



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Miriane da Costa Peregrino

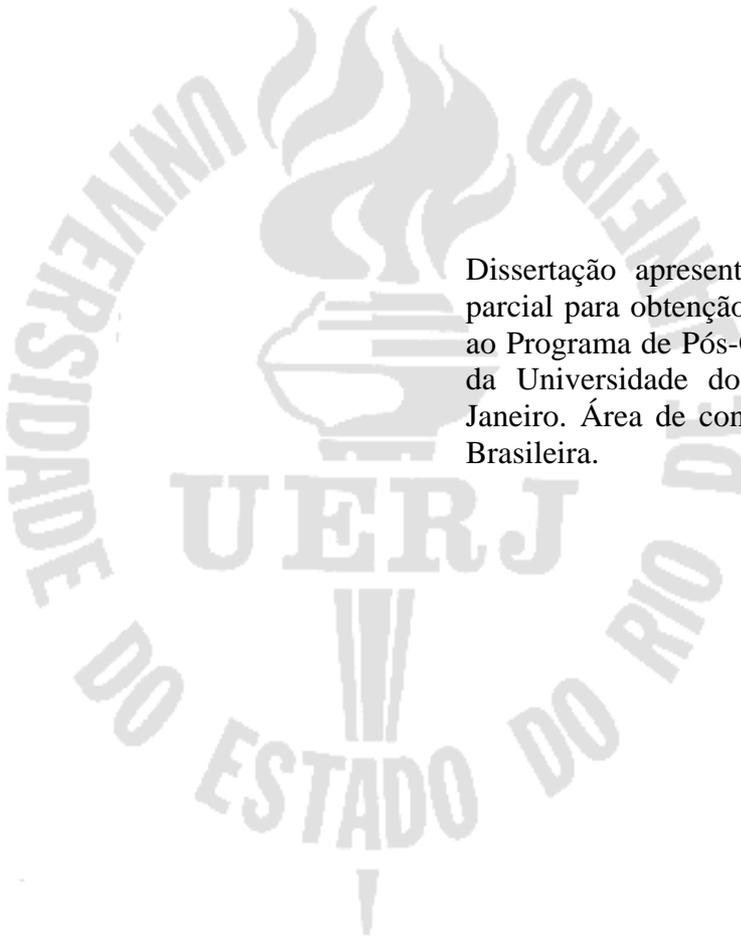
**“Literatura de príncipe herdeiro” ou literatura engajada?:  
dilemas de José Lins do Rego**

Rio de Janeiro

2013

Miriane da Costa Peregrino

**“Literatura de príncipe herdeiro” ou literatura engajada?:  
dilemas de José Lins do Rego**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Victor Hugo Adler Pereira

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

P435 Peregrino, Miriane da Costa.  
“Literatura de príncipe herdeiro” ou literatura engajada?: dilemas de José Lins do Rego / Miriane da Costa Peregrino. – 2013.  
135 f.

Orientador: Victor Hugo Adler Pereira.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Literatura brasileira – Aspectos sociais – Teses. 2. Rego, José Lins do, 1901-1957 – Crítica e interpretação – Teses. 3. Literatura brasileira – História e crítica – Teses. 4. Regionalismo na literatura - Teses. 5. Negros na literatura - Teses. 6. Mulheres na literatura - Teses. 7. Movimentos literários – Brasil - Séc. XIX – Teses. I. Pereira, Victor Hugo Adler. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0(81)(091):308

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

---

Assinatura

---

Data

Miriane da Costa Peregrino

**“Literatura de príncipe herdeiro” ou literatura engajada?:  
dilemas de José Lins do Rego**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Brasileira.

Aprovada em 27 de março de 2013.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Victor Hugo Adler Pereira (Orientador)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Cristina de Rezende Chiara  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Tonani do Patrocínio  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2013

## AGRADECIMENTOS

Mesmo no decorrer de um trabalho isolado e solitário como a escrita, nós não caminhamos sozinhos. As pessoas que nos cercam e as circunstâncias que nos envolvem, podem nos orientar e mesmo nos desorientar nesta jornada.

Por isso, quero deixar aqui o meu muito obrigada para todos que me estenderam a mão nos últimos dois anos. Em especial, a André Costa pelos sonhos compartilhados e pelo que concretizamos. A Marcela Thimóteo pelo apoio constante e longas conversas. A Pâmela Peregrino e Antônio Abreu pela compreensão e pelo agradável espaço cedido para a escrita desta dissertação. A Carmem Tostes pelo acompanhamento e apoio contínuos. Obrigada também as amigas Gleyce Figueiredo e a Priscila Carvalho – nossos cafés foram verdadeiras injeções de ânimo! A Lúcia Barbosa e Paulo César Gomes, da Fundação de Arte de Niterói – trabalhar com vocês tem sido um presente! A Chico Arruda, por nossas conversas sobre sua conterrânea, Rachel de Queiroz, e pelas discussões literárias. E um muito obrigado ao meu orientador, o Professor Victor Hugo, pelas críticas e pelo apoio neste trabalho. Ao Prof. Victor agradeço também minha participação no Projeto *Democratização cultural e políticas públicas: um debate interdisciplinar* como bolsista de mestrado da CAPES. A “tia” Creuza que incentivou minhas primeiras leituras nos tempos de colégio e que, com isso, muito contribuiu para a minha formação. A Ademar, Orlando e Ligia, pela descendência nordestina, que revi em muitos momentos nos autores estudados aqui. E ainda a Débora, Beatriz, Maisa, Miriam e Lydíia; Fabiana Alanis, Sandra, Jane e Kátia, presenças constantes no meu coração – o meu muito obrigada.

Uma vez perguntei-lhe se era comunista. Deu uma risada das suas e me respondeu que era somente humana.

*José Lins do Rego*

Há mais mistérios no regionalismo do que pretende a nossa vã pressa de ser modernos.

*Ligia Chiappini M. Leite*

## RESUMO

PEREGRINO, Miriane da Costa. “*Literatura de príncipe herdeiro*” ou *literatura engajada?*: dilemas de José Lins do Rego. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A efervescência cultural e política dos anos 20 contribuiu para o surgimento do romance nordestino de 30. Nesse momento, o engajamento do intelectual era uma necessidade e as produções artísticas foram mediadas por influências políticas de esquerda ou de direita. Com isso, as obras literárias ganharam um tom de denúncia, expondo nossos problemas sociais. O intelectual brasileiro se viu entre dúvidas e tensões e destacamos, na primeira parte desse trabalho, as posturas dos seguintes escritores: José Américo de Almeida (1887-1980), Rachel de Queiroz (1910-2003), Jorge Amado (1912-2001), José Lins do Rego (1901-1957) e Graciliano Ramos (1892-1953). Na segunda parte, tomamos as obras do escritor paraibano, José Lins do Rego, para analisar o posicionamento desse intelectual frente as questões de sua época. Com base nas discussões que o escritor põe em relevo em seus romances, identificamos a abordagem da relação entre intelectual e operário, os limites da figuração do outro – o negro e a mulher pobre –, a continuidade e a ampliação da escravidão no século XX. Cotejando as respostas de José Lins com as dos demais romancistas nordestinos de 30, verificamos como se estabeleceu o diálogo entre esses escritores e quais são os limites de seus posicionamentos.

Palavras-chave: Regionalismo. Romance de 30. José Lins do Rego. Ciclo da cana-de-açúcar. Negro. Mulher.

## ABSTRACT

The political and cultural effervescence of the roaring 20s contributed for the rising of the northeastern literature romances of the 30s. In those days, the intellectual political engagement was a need and, therefore, influencing art productions which conveyed political issues embraced by either right and left wings of the Brazilian society. Consequently, literature works assumed a denounce attitude by exposing our social issues. The Brazilian literate one was caught among doubts and social tensioned struggles, therefore emerging the following intellectual personalities of the time: José Américo de Almeida (1887-1980), Rachel de Queiroz (1910-2003), Jorge Amado (1912-2001), José Lins do Rego (1901-1957) and Graciliano Ramos (1892-1953) whose stands are covered in the first part of this work. The second part takes the works written by José Lins do Rego in order to analyze the positioning of this writer towards the social affairs of that period. By this token, we approach the debates highlighted by that author in his books. To identify the ways he took so as to deal with the boundaries of his featured characters - such as the black person and the poor woman, the continued slavery and its entangled widening over the 20th century. By comparing the answers given by José Lins in discussions held with other authors in the 30s, one spots the dialog among these writers, their standpoints and the limits surrounding them.

Keywords: Regionalism. 30s Fictitious books. José Lins do Rego. Sugar cane cycles. Black. Woman.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1	<b>A LITERATURA ENGAJADA EM QUESTÃO</b> .....	17
1.1	<b>Algumas reflexões sobre o ofício de escritor</b> .....	17
1.1.1	<u>Origens do Movimento Regionalista e do Romance Nordestino de 30</u> .....	18
1.1.2	<u>A recepção brasileira aos novos “ismos”</u> .....	24
1.1.3	<u>O intelectual entre dúvidas e tensões</u> .....	32
2	<b>RESPOSTAS DE JOSÉ LINS DO REGO</b> .....	44
2.1	<b>As figurações do eu e as figurações do outro no ciclo da cana-de-açúcar (1932-1943)</b> .....	44
2.1.1	<u>Banguê (1934), O Moleque Ricardo (1935), Água-mãe (1941) e Eurídice (1947): entre política, realidade e ficção</u> .....	55
2.1.2	<u>Mulheres e moleques no engenho</u> .....	74
2.1.3	<u>A “servidão” como continuidade da escravidão</u> .....	97
2.1.4	<u>O Capitão Zé Marreira: a exceção que confirma a regra</u> .....	112
3	<b>CONCLUSÃO</b> .....	123
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	126
	<b>ANEXO</b> - Lista das obras analisadas .....	135

*Os romancistas nordestinos de 30*



**Figura 1:** Imagem adaptada da contra-capa do romance “Brandão entre o mar e o amor”.  
AMADO, Jorge. et al... *Brandão entre o mar e o amor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1985

## INTRODUÇÃO

O romance nordestino de 30, inaugurado em 1928 com a obra de José Américo, *A Bagaceira*, voltou-se, em geral, para o retrato da vida social nos grandes latifúndios e o drama da seca, denunciando o sofrimento do povo do *eito*. Esses são os primeiros aspectos que podemos observar ao tomarmos como referência as obras dos principais escritores regionalistas nordestinos: José Américo de Almeida (1887-1980), Rachel de Queiroz (1910-2003), Jorge Amado (1912-2001), José Lins do Rego (1901-1957) e Graciliano Ramos (1892-1953). No entanto, o romance de 30, sob a alcunha de romance social, perde o aspecto generalizante e homogêneo à medida que lemos e analisamos a produção literária desse período. Diante desse conjunto de obras nuances importantes impõem a necessidade de uma análise mais profunda, que leve em conta características específicas de cada obra e de cada autor.

Em 1981, na comemoração dos 50 anos do romance nordestino de 30 foi realizado um seminário no Ceará, promovido pela Universidade Federal do Ceará. Nessa ocasião, alguns críticos apontaram a então atualidade do romance de 30: muitas das mazelas denunciadas continuavam presentes na sociedade brasileira. Jorge Amado, que compareceu ao evento, concordou com isso, acrescentando que o quadro brasileiro se agravara. Josué Montello e Gilberto Mendonça Teles afirmaram a necessidade de se fazer uma revisão crítica do romance nordestino de 30. De lá pra cá, alguns trabalhos acadêmicos foram realizados. Em 2001, por ocasião do centenário de nascimento do escritor paraibano José Lins do Rego, a Academia Brasileira de Letras (ABL) promoveu um prêmio com o nome do romancista. O jornalista Luciano Trigo foi o vencedor, com o livro *Engenho e memória: o Nordeste do açúcar na ficção de José Lins do Rego*, publicado no ano seguinte. E em 2006, Luís Bueno reafirmou a atualidade dos romancistas de 30 e chamou a atenção da crítica literária para a má interpretação de várias obras desse período. Bueno publicou o livro *Uma história do romance de 30* que faz uma revisão crítica bastante detalhada do romance social e que abrange outros autores para além dos nordestinos.

No entanto, a maior parte dos estudos sobre o romance nordestino de 30 se concentra nas obras dos escritores Graciliano Ramos e Jorge Amado. Graciliano Ramos, para alguns críticos, nunca chegou a ser um escritor regionalista, e Jorge Amado, teria superado o esquematismo das primeiras obras depois de 1958, com *Gabriela, Cravo e Canela*. Dessa forma, é a medida que esses autores se afastam do romance nordestino de 30 que suas obras ganham valor para alguns críticos contemporâneos.

Dentre os menos estudados, José Lins do Rego parece ser subestimado pela crítica contemporânea que associa sua narrativa a consagração de uma sociedade decadente, a patriarcal do início do século XX, mas com fortes reminiscências do XIX, e considera sua produção literária fruto primeiro da memória, em detrimento da imaginação. Essas considerações, como veremos na presente dissertação, não estão equivocadas, mas precisam ser verificadas com cuidado. E Rachel de Queiroz, que é a única mulher escritora desse grupo nordestino, é a autora menos estudada. Certamente, seu confesso apoio ao regime militar de 1964 e sua posição contra o movimento feminista contribuíram para isso.

A nosso ver, existe certa relutância por parte da crítica acadêmica em avaliar a contribuição desses escritores na primeira fase, a dos anos 30 mesmo, reconhecendo as diferenças que há entre esses intelectuais e a importância de suas obras. Esses aspectos motivaram nosso estudo e procuramos com a presente dissertação contribuir para uma revisão da produção desses intelectuais nesse período, desconstruindo os rótulos que os acompanham.

Desse modo, a dissertação, “*Literatura de príncipe herdeiro*” ou *literatura engajada: Dilemas de José Lins do Rego*, foi dividida em dois capítulos: **1) A Literatura engajada em questão;** e **2) Respostas de José Lins do Rego.**

Na primeira parte, apresentamos uma contextualização histórica e literária da efervescência cultural e política dos anos 20 e como ela influenciou a postura intelectual da década seguinte, ou seja, de 1930. No pós-Segunda Guerra Mundial, duas forças políticas despontaram e ganharam adeptos em todo o mundo: de um lado, o comunismo que com a vitória da Revolução Russa de 1917 tornou-se inspiração para muitos intelectuais; e de outro, o integralismo cuja fonte estava na extrema direita nazifascista. Como esses “ismos” foram recebidos pelos intelectuais brasileiros e que implicações trouxeram para a produção artística? Veremos que os romancistas nordestinos de 30, como escritores do seu tempo, não escaparam dessas questões.

No segundo capítulo, analisaremos especificamente as respostas do escritor paraibano José Lins do Rego para as inquietações de sua época e que vão desde o engajamento do intelectual até a concepção da produção literária e a tematização das mazelas sociais brasileiras. Temos como indício da posição de José Lins sobre o engajamento político do escritor, a concepção formulada através de seu personagem Carlos de Melo, narrador e protagonista de *Banguê* (1934), a respeito de romancistas, descendentes de senhores de engenho, que decidem contar a história dos pobres das senzalas, do povo do *eito*: o que eles produzem seria uma “literatura de príncipe herdeiro” (REGO, 1993a, p. 125).

Dessa forma, tomaremos para análise, especialmente as obras que compõem o ciclo da

cana-de-açúcar de José Lins, apresentado por Peregrino Júnior: *Menino de engenho, Doidinho, Banguê, O moleque Ricardo, Usina, e Fogo morto*, e cobrem o período de 1932 a 1943. Com base nas discussões que o escritor põe em relevo em seus romances, identificamos a abordagem da relação entre intelectual e operário, os limites da figuração do outro – o negro e a mulher pobre –, a continuidade e a ampliação da escravidão no século XX. Cotejando as respostas de José Lins com as dos demais romancistas nordestinos de 30, verificamos como se estabeleceu o diálogo entre esses escritores e quais são os limites de seus posicionamentos, confirmando os aspectos que os distinguem.

O tempo forneceu a crítica o distanciamento necessário do momento da produção desses intelectuais, o que permite uma releitura importante desses romances. Podemos, com os olhos de hoje, não apenas visualizar o que pode ter passado despercebido pelos críticos da época, mas também apontar novas possibilidades de estudo como as questões de gênero, raça e sexualidade, que aparecem com grande força, em especial em José Lins do Rego e Jorge Amado.

A atualidade dessas obras mostram que o desenvolvimento tecnológico, urbano e humano que vivemos hoje não nos afasta tanto daqueles homens e mulheres do início do século XX, pois os problemas apontados por esses escritores não foram erradicados, tornaram-se, sim, mais complexos. Se por outro lado, o regionalismo encontra seu ponto alto em 1930; por outro, suas principais características (paisagens, tipos, costumes, credences, superstições, modismos, tematização do rural, peculiaridades locais, etc) já apareciam em algumas obras do século XIX e persistem em outras que chegam aos nossos dias. Leite (1994), identifica a obra de Franklin Távora (1842-1888) como precursora do romance nordestino de 30 (LEITE, 1994, p. 674) e afirma que a “persistência da *gaffe* ou da 'praga' [regionalista] ao longo do tempo, por si só deveria fazer a crítica desconfiar de que há mais mistérios no regionalismo do que pretende a nossa vã pressa de ser modernos”. (LEITE, 1994, p. 701).

O impacto da modernização e das pressões do capitalismo internacional, estimularam no Nordeste o desenvolvimento do regionalismo como um instrumento “compensatório de decadência do engenho” (LEITE, 1994, p. 697), ou seja, um meio de preservar a tradição das relações sociais existentes.

Na verdade, como manifestação do ressentimento de uma parcela das elites regionais, o regionalismo não se opõe ao nacionalismo; ao contrário, compõe com ele, da mesma forma que, mesmo perdendo a hegemonia, os fazendeiros do Nordeste ou do Rio Grande do Sul, apesar dos conflitos, em última instância compõem politicamente com as elites que detêm o poder no centro do país, como *forma de defesa e reforço da dominação que eles exercem na sua própria região*. (LEITE, 1994, p. 672, *grifos nossos*).

A ideia de ressentimento e compensação que Leite localiza no Nordeste açucareiro diante da modernização é confirmada pela fala de Rachel de Queiroz. Em entrevista aos Cadernos de Literatura Brasileira do Instituto Moreira Salles, Rachel também evidencia o desconforto das elites diante da ampliação da educação e da mobilidade social: “Não podemos esquecer que o Brasil rural era o Brasil intelectual. De certo modo, ainda somos a relíquia do Brasil Império. Os livros urbanos precisaram de um Machado de Assis, que era mulato e pobre”. (Cadernos..., 1997, p. 24). Este preconceito e incomodo serão fortemente marcados no comportamento e falas de vários personagens de José Lins do Rego no ciclo da cana-de-açúcar, em especial, diante do progresso do negro Zé Marreira, como veremos no capítulo 2, **Repostas de José Lins do Rego**.

Não queremos com isso dizer que todo o romance regionalista é movido por uma medida de compensação em relação a modernização e nem que todos os escritores nordestinos de 30 compartilharam esse projeto. O capítulo 1, **A Literatura engajada em questão**, nos apresenta as opções ideológicas, partidárias e técnicas na vida e na obra desses romancistas, onde teremos oportunidade de analisar as marcas que os distinguem, comprovando que a produção intelectual desses romancistas não é homogênea como alguns críticos nos levam a crer.

Também não dizemos que o regionalismo se limitou, ou se limita, a uma produção da elite e nem que geograficamente se restringe ao Nordeste. O romance regionalista *Olha para o céu, Frederico!* (1939), livro de estreia de José Cândido de Carvalho, é um ótimo exemplo disso. Filho de lavradores portugueses, o escritor José Cândido de Carvalho (1914-1989) nasceu no município de Campos dos Goytacazes, interior do Rio de Janeiro, e chegou a trabalhar em uma refinaria de açúcar antes de cursar a faculdade de direito e iniciar a carreira jornalística. Nada disso o impediu de produzir um romance onde conta a vida de senhores de engenho no interior do nosso estado, o Rio de Janeiro, numa época em que o regionalismo “clássico” vinha do Nordeste e do Rio Grande do Sul.

Acreditamos que todos esses elementos contribuíram para a sobrevivência do romance regionalista. A atualidade desses temas, ocorre também devido a permanência de realidades históricas específicas, como por exemplo, a continuidade da escravidão, já apontada pelos romancistas nordestinos de 30, e que revemos ao longo do século passado e hoje, em pleno século XXI.

Lygia Sigaud, em *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco* (1979), pesquisa e entrevista trabalhadores rurais da Zona da Mata pernambucana, e mostra a relação entre proprietário e *morador* no engenho em moldes muito

próximos dos que veremos nas narrativas do romancista José Lins do Rego. Destacamos o fato de que não existia contrato formal entre proprietários de engenho e moradores, estabelecendo as obrigações das partes: “Sem que fosse necessário consagrá-las no papel, proprietários e moradores, ao estabelecerem o 'contrato' de moradia, *tinham internalizadas as regras de uma relação assimétrica que tornava o morador mais um bem do proprietário*”. (SIGAUD, 1979, p. 34, *grifos nossos*). Em plenos anos 70, a pesquisadora revelou que os trabalhadores rurais identificavam o engenho como um *cativeiro* e a cidade como uma *prisão*. Se por um lado, essas perspectivas apontam que para o trabalhador rural não existia outra alternativa senão a submissão; por outro, ela mostra que a opção menos terrível era a cidade porque nela o trabalhador tinha um mínimo de autonomia. No contexto das reivindicações dos trabalhadores rurais, que desde os anos de 1950 vinham se organizando nas Ligas Camponesas e nos sindicatos rurais, os proprietários não têm mais interesse em mantê-los como *moradores* nos engenhos. Contudo, os trabalhadores que são expulsos e migram para a cidade mais próxima, retornam aos engenhos para trabalhar como “clandestinos”. E essa nova conjuntura não elimina a exploração do trabalho num regime de quase escravidão (ou mesmo escravidão). Segundo a pesquisadora, a histórica submissão a que esses trabalhadores estiveram sujeitos acabou sendo um facilitador no processo de exploração posto em prática pelo proprietário:

As novas condições de trabalho a rigor consistem numa reapropriação de determinados elementos do passado da *plantation*. São formas antigas de mediar a relação entre proprietário e morador, de estimular a produção, de facilitar o cálculo do trabalhador etc que agora os proprietários retomam, para submeter os trabalhadores expulsos. Descontextualizados das relações sociais que lhes davam sentido, esses elementos ao serem reapropriados facilitam a dominação sobre a massa de trabalhadores, na medida em que não os expõem nem os obrigam a trabalhar sob condições estranhas, mas sim sob condições conhecidas e até certo ponto justificadas, o que não deixa de representar uma forma de atenuar o caráter de ruptura. (p. 135)

O *cativeiro*, para os trabalhadores, consiste não na obrigação de trabalhar, mas no fato de fazê-lo doente, cansado, à noite e os seis dias da semana. E, dentre todos os serviços, é o enchimento de carro (...) aquele que mais perfeitamente realiza a imagem do cativeiro. (p. 205)

(SIGAUD, 1979, p. 135; 205).

Ao contrário do personagem Ricardo, em *O moleque Ricardo* (1935), de José Lins do Rego, os trabalhadores entrevistados por Sigaud vão preferir a cidade ao campo embora reconheçam as dificuldades de pagar por todos os meios de subsistência (casa, água, comida, roupas, etc), uma vez que não dispõem de terra para plantar seu sustento. No entanto, a terra do engenho não lhes pertencia, podiam usá-la apenas enquanto isso não fosse de encontro aos interesses comerciais do senhor de engenho (o proprietário, o dono) e isso José Lins deixou explícito nas transformações que o usineiro Juca faz no engenho Santa Rosa, em *Usina* (1936), como oportunamente analisaremos aqui. Segundo Sigaud, o *eito* era uma modalidade

de remuneração por produção que consistia numa “turma de trabalhadores executando o trabalho sob a supervisão de um feitor e sendo remunerado à base diária” (SIGAUD, 1979, p. 136). Essa modalidade foi substituída por volta de 1930 pela *tarefa* que, por sua vez, foi sucedida, por volta de 1950, pela *conta*:

*Tarefa e conta*, como modalidades de remuneração por produção, se distinguem do *eito* porque nelas se dispensa a supervisão durante a execução do trabalho, havendo apenas a fiscalização do trabalho concluído. Enquanto no *eito* o trabalho era coletivo, na *conta* e na *tarefa* o trabalho é individualizado. (SIGAUD, 1979, p. 137).

Aqui nos interessa o termo *eito*, muito usado por José Lins do Rego em seus romances do ciclo da cana-de-açúcar. A expressão *eito* nos remete ainda, segundo o Dicionário Aurélio, a um lugar de trabalho intenso, a roça onde trabalhavam os escravos. E *banguê*, outro termo importante nas narrativas de José Lins, remete à propriedade rural com canaviais e engenho de açúcar com características que antecedem a usina. Os títulos *Banguê* e *Usina* que José Lins deu a dois de seus romances, em 1934 e 1936, não é, portanto, gratuito, ao contrário, as atribuições e até a ordem de sucessão são viscerais.

E mesmo com a virada do ano 2000, podemos identificar a reapropriação de elementos do regime escravista no processo de exploração do trabalho. Sérgio Bianchi costurou bem nosso passado e presente no filme *Quanto vale ou é por quilo?* (2005), que chama a atenção para a continuidade e ampliação da escravidão em nossos dias. A chacina de quatro fiscais do trabalho em Unaí, Minas Gerais, confirma que os conflitos no campo, denunciados sobretudo nas obras de Jorge Amado, continuam: em 28 de janeiro de 2004, numa emboscada, cinco jagunços matam a tiros quatro fiscais da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, perto da Fazenda Bocaina, em Unaí. Quatro homens são mortos por cumprirem seu dever de fiscalizar fazendas do agronegócio. Alguns fazendeiros foram multados, mas passados nove anos, estamos longe de poder afirmar que se fez justiça ou que os casos de exploração do trabalho em sistemas que se aproximam da escravidão acabaram<sup>1</sup>. A aprovação da Lei 12.064, de 2009, que estabeleceu o dia 28 de janeiro como o *Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo* confirma as reminiscências da escravidão na sociedade brasileira, uma realidade cruel e que persiste apesar da organização dos trabalhadores rurais e das “velhas” denúncias dos romancistas nordestinos de 30.

O regionalismo de 30 nos proporciona, sem dúvida, a descoberta (ou redescoberta) e a autoconsciência do país. Está, por todos esses aspectos, muito longe de ser uma categoria

---

<sup>1</sup> O recente estudo de Magali Costa Guimarães, “*Só se eu arranjasse uma coluna de ferro pra aguentar mais...*”: contexto de produção agrícola, custo humano do trabalho e vivências de bem-estar e mal-estar entre trabalhadores rurais, apresentado como tese de Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho na UnB, em 2007, aborda esse problema, mas infelizmente não foi possível realizar a leitura desse material para incluí-lo e debatê-lo nesta dissertação.

ultrapassada em nossos dias. Em última análise, sua evolução hoje é “uma forma de resistência ao processo de globalização” (DINIZ; COELHO, 2005. p 684).

Além disso, revisitar os romancistas nordestinos significa entrar em contato com as nossas próprias raízes na tentativa de compreender as origens da nossa formação. Essas obras falam diretamente aos nordestinos, mas também falam conosco, aqui no sudeste, onde a contribuição deles foi, e tem sido, grande. Por tudo isto, consideramos fundamental colocar essas obras em movimento. Parodiando Jorge Amado, podemos dizer que essa dissertação foi escrita com o máximo de afeto pela literatura e com um mínimo de história, estudo necessário para a compreensão de qualquer processo humano de criação.

## 1 A LITERATURA ENGAJADA EM QUESTÃO

### 1.1 Algumas reflexões sobre o ofício de escritor

Neste capítulo, apresentaremos a efervescência dos anos 20 e 30, partindo do pressuposto que para a compreensão de uma obra artística, ou mesmo científica, é necessário conhecer as circunstâncias de sua produção. Basicamente, a conjuntura histórica e o lugar assumido pelo seu produtor dentro desse contexto.

No Brasil e no mundo, esses são tempos de grande mudanças e de grandes exigências. Torna-se impossível ser indiferente diante das novas tecnologias, da transformação do cotidiano e das sensibilidades, das reivindicações políticas. E a indiferença não seria a marca de movimentos culturais como o nosso modernismo e o nosso regionalismo. Ainda que o grau de engajamento tenha variações, os intelectuais se posicionaram politicamente, e isto marcou profundamente suas obras.

Trata-se de um quadro extremamente importante para nossa história nacional, em geral, e literária, em particular. No entanto, a produção intelectual dessa época, em especial dos anos 30, não tem sido muito estudada atualmente, poucos críticos literários se debruçam sobre as obras desse momento e quando o fazem, observam o conjunto das produções literárias de forma homogênea, não identificando diferenças cruciais entre elas.

As análises superficiais que essas obras receberam indicam que elas foram mal interpretadas e mesmo incompreendidas, como muito bem observa Bueno (2006). Nosso trabalho visa contribuir para uma revisão dessas ideias preconcebidas.

Quando pensamos na função do escritor algumas perguntas nos vêm a cabeça: o escritor pode produzir uma obra *apolítica*? O que significa ser engajado? O engajamento é uma opção do escritor? Como o escritor do início do século passado se posicionou com a difusão do marxismo e do fascismo no Brasil? Qual foi a opção dos regionalistas nordestinos? Qual foi a resposta de José Lins do Rego? E ainda, o engajamento prejudica a qualidade da obra ou a beneficia?

O julgamento recorrente da crítica literária é que a obra sai prejudicada com esse compromisso político, logo, o engajamento literário não seria pertinente. No entanto, nos parece que as obras dos escritores regionalistas nordestinos de 30 foram prejudicadas pela crítica e não pelo escritor. Em muitas falas há uma homogeneização dos autores e de suas obras, interpretações equivocadas ou simplistas e mesmo desconhecimento ou minimização de circunstâncias históricas específicas.

### 1.1.1 Origens do Movimento Regionalista e do Romance Nordestino de 30

O jovem Gilberto Freyre (1900-1987), recém-chegado ao Recife, em 1923, após uma temporada de estudos no exterior, será a principal figura do movimento regionalista nordestino.

Gilberto Freyre, ao lado de Odilon Nestor, Amaury de Medeiros, Carlos Lyra Filho e outros, cria, em 1924, o Centro Regionalista do Nordeste, que viria a ser o realizador do I Congresso Regionalista do Nordeste, em 1926. Nesse meio tempo, Freyre também é o organizador do *Livro do Nordeste*, uma edição comemorativa do centenário do *Diário de Pernambuco*.

Segundo Giucci; Larreta “o preâmbulo do *Livro do Nordeste* deixa claro o objetivo de revalorização das tradições regionais nordestinas” (GIUCCI; LARRETA, 2007, p. 279). No entanto, é um livro cujo resultado desapontou Freyre. Questões importantes não foram tratadas, pois muitos colaboradores não entregaram seus artigos, e entre estes estão os escritores paraibanos José Lins do Rego e José Américo de Almeida. José Lins era então recém-formado em Direito, atuava como jornalista e logo ficou amigo de Freyre, aproximando-o de José Américo de Almeida. (GIUCCI; LARRETA, 2007, p. 280-281). Manuel Bandeira, contudo, contribui com o poema *Evocação do Recife*, publicado pela primeira vez justamente nesta edição comemorativa.

Recife  
 Não a Veneza americana  
 Não a Mauritsstad dos armadores das Índias Ocidentais  
 Não o Recife dos Mascates  
 Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois  
 - Recife das revoluções libertárias  
 Mas o Recife sem história nem literatura  
 Recife sem mais nada  
 Recife da minha infância  
 A rua da União onde eu brincava de chicote-queimado  
 e partia as vidraças da casa de dona Aninha Viegas  
 (...)  
 A vida com uma porção de coisas que eu não entendia bem  
 Terras que não sabia onde ficavam  
 Recife...  
 Rua da União...  
 A casa de meu avô...  
 Nunca pensei que ela acabasse!  
 Tudo lá parecia impregnado de eternidade  
 Recife...  
 Meu avô morto.  
 Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro  
 como a casa de meu avô.  
 (Evocação do Recife, Manuel Bandeira)

Apesar disso, o movimento regionalista desencadeado por Gilberto Freyre não tinha preocupação com a literatura, seu projeto cultural estava voltado para a revalorização do nordeste sob uma ótica mais patrimonialista (edificações antigas) e mais folclórica

(manifestações da cultura popular).

No entanto, passagens do poema de Manuel Bandeira como “Recife da minha infância” e “Recife brasileiro como a casa do meu avô”, mesmo que tenham um caráter mais urbano, remetem aos temas que serão fundamentais na obra do escritor paraibano José Lins do Rego, com destaque para o romance *Menino de engenho* (1932) e a autobiografia *Meus Verdes Anos* (1956), onde a evocação e a revalorização dessa infância, desse avô, desse povo brasileiro, serão constantes. A infância nordestina também foi evocada, especialmente depois de José Lins, pelos principais escritores nordestinos em suas autobiografias: *Infância* (1945), do alagoano Graciliano Ramos; *Antes que me esqueça* (1976), do paraibano José Américo de Almeida<sup>2</sup>; e ainda *O menino grapiúna* (1982), do baiano Jorge Amado.

Não queremos, com essas associações, retirar ou diminuir a influência de Gilberto Freyre sobre os escritores regionalistas, sobretudo, sobre José Lins do Rego. A escritora cearense Rachel de Queiroz, única mulher entre os romancistas regionalistas nordestinos, deixa essa influência bem evidente quando parabeniza Gilberto Freyre por ocasião de seu aniversário de 80 anos:

Sr. Presidente, eu nunca ousou falar nesses concursos de oratória em que se transformam as comemorações especiais deste Conselho. Mas, no caso de Gilberto Freyre (...) até parece que estamos falando de nós mesmos, nós que, há muitos anos atrás, éramos chamados de “Os Meninos do Nordeste”. Nós “somos” Gilberto. José Lins “era” Gilberto. Eu “era” Gilberto. (...) *Parece que Gilberto é como o denominador comum de nós todos.* (BOLETIM do CFC, 1980, p. 45-46, *grifos nossos*).

O discurso acima foi proferido por Rachel em sessão plenária do Conselho Federal de Cultura (1966-1990), no qual ela e Freyre eram conselheiros. Passados tantos anos, a fala de Rachel traz com vivacidade o reconhecimento de que Freyre foi a grande inspiração de sua geração – a geração do romance nordestino de 30. É interessante a afirmação da escritora de que eles eram todos “os meninos do nordeste”, pois Freyre já trazia o tema da infância no poema *Menino de engenho* (1925) e em estudos sobre a educação do menino no Brasil. Dessa forma, quando José Lins publica seu romance de estreia, *Menino de engenho* (1932), Freyre o ovaciona. Passagens do poema de Freyre lembram bem as imagens evocadas por José Lins em seu romance:

Gostava de fazer navegar  
na água das levadas  
em navios de papel  
moscas e grilos  
personagens de romances de aventura  
que inventava  
antes de conhecer negras nuas

---

<sup>2</sup> Embora tenha forte material sobre a infância, José Américo também recorda outras etapas de sua vida nessa autobiografia. Já Rachel de Queiroz publicou suas memórias em 1998, sob o título de *Tantos Anos*. A autobiografia da escritora contempla poucos episódios de sua infância mas também revela traços pessoais reelaborados em seus romances. O estudo *Identidade e autorrepresentação em Memorial de Maria Moura, de Rachel de Queiroz (1992)*, contempla esses aspectos. Ver Peregrino (2010).

e viver seus primeiros romances de amor  
(Menino de Engenho, Gilberto Freyre, 1925)

Ainda que a consagração do movimento regionalista chegue com a publicação de *Casa-grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre – uma das mais importantes obras da nova interpretação do Brasil promovida nos anos 30, ao lado de *Evolução política do Brasil* (1933), de Caio Prado Jr., e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda – são José Américo, com *A Bagaceira* (1928), e sobretudo José Lins, com *Menino de Engenho* (1932), que colocam o regionalismo como tema literário.

A literatura regionalista inaugurada por José Américo de Almeida com *A Bagaceira*, em 1928, se aproxima do programa dos modernistas no que tange a valorização do falar do povo, a língua “brasileira”, coloquial (no plano estético) e a formação de uma consciência nacional (no plano cultural). Desse modo, como afirma José Maurício Gomes de Almeida, “modernismo e regionalismo são apenas faces de um mesmo processo de luta pelo aprofundamento da consciência nacional, na arte como na cultura”. (ALMEIDA, 2003, p. 325).

No entanto, alguns críticos, e até mesmo outros romancistas, não verão com bons olhos essa proximidade da literatura com a fala popular. Wilson Martins (1977) afirmou:

Os anos 30 verão uma geração de maus prosadores, tomando por nacionalismo linguístico o que era apenas desconhecimento da língua e servindo-se desse instrumento rude para a criação do “romance social” e político, transcrito diretamente da vida e quase sem sensibilidade estética. A tendência durará, praticamente, até ao fim da época modernista; é somente depois de 1945 que as gerações estetizantes começam de novo a sentir o virtuosismo linguístico como um valor estético. (MARTINS, 1977, p. 151).

Como veremos mais adiante, outras vozes críticas ao romance regionalista nordestino dos anos 30 farão coro com Wilson Martins usando do mesmo argumento e também acrescentando outros. Mas as vozes dissonantes também existiriam.

Paulo Freyre (2011), ao recordar sua experiência como professor de língua portuguesa, comentou que era a partir dos textos de Gilberto Freyre, de Lins do Rego, de Graciliano Ramos, de Jorge Amado que marcava as diferenças entre o português de Portugal e o do Brasil: [Eram] “Textos que eu levava de casa e que ia lendo com os estudantes, sublinhando aspectos de sua sintaxe estreitamente ligados ao bom gosto de sua linguagem” (FREYRE, 2011, p. 27-28).

Voltando às atividades de Freyre, logo que retorna do exterior, ele faz algumas incursões pelo Estado de Pernambuco e o seu choque com a precariedade de construções antigas, o seu desejo de preservação de casarões e das práticas culturais como a culinária nordestina, nos remetem às viagens dos modernistas pelas cidades históricas mineiras, em 1924. Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral, ao mostrarem o Brasil para o visitante estrangeiro Blaise Cendrars, se dão conta da beleza e da precariedade das

construções históricas barrocas que compõem a paisagem mineira. Assim, a preservação desse patrimônio histórico passa a ser pauta dos modernistas. Não seria por acaso que Mário de Andrade seria o responsável pelo anteprojeto que nortearia a missão do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. Assim, como a admiração e a amizade que Freyre viria a manter com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), fundador e diretor do SPHAN por 30 anos.

Esse ponto inicial de convergência entre Freyre e os modernistas – as viagens pelo Brasil – não teve muita atenção por parte dos autores pesquisados e, no entanto, nos parece de extrema importância para compreensão dos objetivos dos dois movimentos no que tange a preservação do patrimônio histórico nacional. Em muitos estudos, o saudosismo e a nostalgia de Freyre são apontados como ponto de divergência entre ele e os modernistas, no entanto, nos parece que esse é um ponto que precisa ser revisto uma vez que essas serão também marcas da *retórica da perda* do SPHAN e dos modernistas de “repartição” que foram absorvidos nas atividades do órgão desde a sua criação, como Mário de Andrade<sup>3</sup>, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa e Afonso Arinos. Será, portanto, no plano literário, que as visões divergem: a obra intelectual de Freyre é também marcada por uma forte nostalgia do passado, enquanto que a literatura modernista se voltava para o futuro. É dessa forma que o movimento regionalista nordestino, que surge nos anos 20, estará em oposição ao movimento modernista paulista e carioca.

O início do século XX é um tempo de vanguardas, marcado pelo surgimento de diversos “ismos” e seus respectivos manifestos (futurismo, expressionismo, cubismo, dadaísmo, surrealismo, modernismo). Talvez, por isso, Gilberto Freyre tenha se esforçado em maquiagem o passado do movimento regionalista e o seu próprio, ao publicar o *Manifesto Regionalista*, em 1952, insistindo que ele datava de 1926 e fora lido no I Congresso Regionalista do Nordeste. Como lembra Lúcia Helena (1986), os críticos Joaquim Inojosa e Wilson Martins, contestaram a existência desse manifesto desde 1926. Só muitos anos depois a querela seria resolvida, quando Gilberto Freyre admite que escreveu o *Manifesto Regionalista*, em 1952, num artigo publicado no Jornal do Comércio em 14 de dezembro de 1980.

Apesar disso, alguns críticos, como Lúcia Helena (1986, p. 75), Dimas (2003, p. 340)

---

3 É preciso destacar que o anteprojeto de Mário de Andrade (1893-1945) não foi levado às últimas consequências na criação do SPHAN, tendo sido adaptado por Rodrigo Melo Franco de modo a atender ao programa político do Estado Novo. Foram suprimidos, por exemplo, partes do anteprojeto voltadas para a valorização e preservação da cultura popular, que davam os primeiros contornos do que hoje temos como política de preservação do patrimônio imaterial. (Ver Peregrino, 2012b).

e José Maurício G. de Almeida (1980, p. 166), chamam a atenção para o fato de que o programa regionalista encontra sim sua expressão definida nos próprios anos 20 através das propostas do Centro Regionalista do Nordeste (1924), dos objetivos do I Congresso Regionalista do Nordeste (1926) e da concepção do *Livro do Nordeste* (1925) – que traz artigos do próprio Freyre –, o que tornaria a discussão em torno do *Manifesto Regionalista* (1926/1952), um tanto “estéril”. A nosso ver, o esforço de retocar o passado não deve ser minimizado pois, além de revelar a construção de uma imagem idealizada, demonstra uma tentativa de equiparação do movimento regionalista com o modernismo. Portanto, acabará sendo irônico o fato de que a crítica reconhecerá na produção regionalista, um movimento de continuidade do modernismo. Com isso, o que acaba se revelando estéril é o esforço de Gilberto Freyre em tentar sobrepor um movimento ao outro. Apesar disso, entretanto, não negamos que por parte dos modernistas também havia uma recusa e desconfiança do regionalismo.

Mas o fato é que se nos anos 20 os dois movimentos se mantinham em franca oposição e o regionalismo não expressava preocupação com a produção literária, os críticos reconheceriam nas produções regionalistas da década seguinte uma continuação do modernismo. Ao movimento regionalista estariam, assim, filiados o romance regionalista nordestino de 30. Para Wilson Martins (1977), *Casa-grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, “respondia, sem o saber, ao programa obscuro do Modernismo, assim como se beneficiou da atmosfera espiritual criada pelo movimento”. (MARTINS, 1977, p. 196)<sup>4</sup>.

Argutamente, José Maurício (2003) identificou ser “sintomático que, enquanto *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, abre em 1928 uma riquíssima fase criativa para o romance nordestino, *Macunaíma*, deste mesmo ano, representa, em larga medida, um encerramento, ainda que grandioso, do ciclo modernista”. (ALMEIDA, 2003, p. 325).

Segundo Giucci; Larreta, os dois movimentos procuravam “encontrar o caminho mais adequado para representar a nacionalidade” mas o regionalismo aparecia “para muitos modernistas não apenas como uma pobreza de expressão, mas também uma forma 'caipira' de nostalgia” (GIUCCI; LARRETA, 2007, p. 247). Dessa maneira, “o regionalismo constituía um perigo que era necessário evitar” pois, se por um lado, era preciso encontrar uma identidade que desse conta de “ser brasileiro”, por outro, isso não deveria significar ser “caipira, tabaréu, sertanejo, roceiro” (GIUCCI; LARRETA, 2007, p. 248).

---

4 Isto porque, observa Mota (1978), a postura de Gilberto Freyre “contém as ambiguidades daquilo que se poderia denominar uma 'geração' de explicadores da 'cultura brasileira'” e tanto sua obra quanto sua profissão não é “facilmente localizável”. Sua produção intelectual, em especial *Casa-grande & Senzala*, não é literatura, é um fazer “quase ciência”. (MOTA, 1978, p. 54; 64).

Tal perspectiva também aparece no livro *Cyro & Drummond: Correspondência de Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade*, organizado por Wander Melo Miranda e lançado em 2012. Ao divulgar o livro, André Nigri nos fornece trechos polêmicos de cartas onde o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade trata de forma pejorativa a literatura nordestina, denominando-a “arraial das letras” e comenta que Rachel de Queiroz e José Lins do Rego não sabiam escrever.

Em carta datada de 11 de outubro de 1953, o poeta mostra-se inconformado com a projeção destacada do romance regionalista nordestino – estilo que ele batizou pejorativamente de “arraial das Letras”: “O que me impressiona verdadeiramente, depois de tantos anos de residência no Rio e de conhecimento da turma, é o entusiasmo causado por qualquer produto daquela região (*Nordeste*), que faz noticiaristas e críticos avulsos babarem de gozo”, escreve. (...)

#### **Drummond x Nordestinos**

“O arraial das letras anda muito alvoroçado com os últimos produtos do engenho nordestino, que são uma tragédia de Raquel, onde os personagens se matam a metralhadora em cena aberta, e o romance do Zé Lins. (...) O livro de Raquel, pelo menos, tem o mérito de uma linguagem saborosa, mas falta-lhe sequer resquício de interesse psicológico, pois a alma de Lampião e de seus cabras é tão elementar como a do Zé Lins. Já o livro deste lucraria talvez em arte se fosse escrito pelo próprio Lampião.” (de carta de Drummond a Cyro de 11 de outubro de 1953). (NIGRI, BRAVO!, 2011).

Drummond se referia à peça *Lampião*, de Rachel de Queiroz, e a então recente publicação de José Lins do Rego, o romance *Cangaceiros* (1953), espécie de continuação de *Pedra Bonita* (1938). Alguns anos depois, publicamente, Drummond parece reavaliar o papel do romancista José Lins na nossa literatura. Em 1957, por ocasião do falecimento de José Lins, ele escreve:

[José Lins] Construiu alguns livros cuja sorte independe de revisões estéticas, porque são o encontro afortunado de uma situação, de uma experiência e de um dom de narrador. Se José Lins se debruçasse mais sobre si mesmo do que sobre as coisas, se fosse mais sutil ou requintado, como desejariam alguns, esse ajustamento espontâneo não seria possível, e nossa literatura teria perdido um de seus monumentos. (ANDRADE *apud* BUENO, 2006, p.151).

Para além da hostilização do regionalismo por seus traços rurais, se somaria a posição Norte x Sul, a oposição romancistas sociais x intimistas. Isso ocorre quando ganha espaço dentro do romance regionalista nordestino de 30, o *romance proletário*. Segundo Bueno, o Norte do Brasil “acabaria conquistando para o romance social uma hegemonia que para alguns pareceria detestável” e até Octávio de Faria, “um dos primeiros a elogiar o grupo, se voltaria contra eles, escrevendo um ferino artigo chamado ‘Excesso do Norte’”. (BUENO, 2006, p. 402-403).

No entanto, se o regionalismo não deve ser superestimado nos termos de Gilberto Freyre, subestimá-lo seria incorrer em outro erro. Recordando Melquior, Reis (2007) afirma que a obra de Freyre “representou um avanço colossal em nosso conhecimento de nós mesmos, brasileiros” (REIS, 2007, p. 53). E esse avanço também tem seu débito com o romance regionalista nordestino.

Afinal, os romancistas nordestinos fizeram o que o próprio Freyre admitiu não conseguir fazer: popularizar as concepções regionalistas, alcançando um público mais amplo. Pensando nisto, Freyre escreveu a José Lins<sup>5</sup> e manifestou suas preocupações: Ando “inteiramente esquecido desse grosso público que, entretanto, precisa de quem o salve da absoluta estupidez. Eu, entretanto, não nasci para o grosso público, e faço algo contra meu temperamento quando escrevo pensando nesse público”. (FREYRE *apud* GIUCCI; LARRETA, 2007, p. 231). Nas palavras de Freyre a José Lins temos a indicação da função social do escritor.

No entanto, se caberia ao romancista realimentar o nacionalismo através de uma literatura que alcançasse um maior número de leitores, isso seria realizado de um lugar determinado – o lugar de fala do autor. E esse lugar de fala, na perspectiva de Gilberto Freyre, de José Lins do Rego e de José Américo de Almeida, por mais que denunciasses abusos promovidos pela estrutura social e econômica de então, era realizado do ponto de vista da casa-grande, do alpendre, de onde eles observavam a senzala e os trabalhos nos campos.

### 1.1.2 A recepção brasileira aos novos “ismos”

Em *A derrota da dialética* (2009), o pesquisador Leandro Konder historizou a chegada das ideias do filósofo Karl Marx ao Brasil. As primeiras notícias decorreram da repercussão da Comuna de Paris<sup>6</sup>, em 1871, primeiro governo popular da história ocidental. No Brasil eram lidas matérias sobre o marxismo e não obras do próprio pensador. Segundo Konder, disso resultará muitas confusões que comprometerão a recepção do marxismo no nosso país.

Muito arguto, Machado de Assis, aborda essa questão numa crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, em 13 de janeiro de 1885. Na crônica, ele apresenta o personagem Petroff, um socialista russo que chega ao Brasil para divulgar as ideias marxistas e foi convidado a ir a uma associação recreativa. Acreditando estar numa organização política, Petroff faz um discurso inflamado. O desencontro é duplo: os brasileiros aplaudem o visitante sem entender o que ele diz e Petroff sai satisfeito, achando que seu discurso fora um sucesso e o Brasil é um país a caminho do socialismo. (KONDER, 2009, p. 107).

Nos primeiros anos do século XX, a situação se agravaria, pois a predominância das ideias anarquistas, difundidas pelos imigrantes estrangeiros, distorcia a ideologia marxista.

---

5 Sobre a intensa troca de cartas entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego, ver Giucci; Larreta, 2007.

6 Insurreição popular de resistência a invasão dos prussianos e as concessões feitas pelo governo francês, após derrota da França na guerra franco-prussiana. Dela resultou o primeiro governo popular da história ocidental, ainda que por um curto período (26 de março a 28 de maio de 1871).

Dessa situação, resulta por aqui um forte ecletismo, misturando ideologias mal compreendidas:

O ecletismo correspondia a uma tentação difícil de ser controlada, já que a sua prática dava a cada um a impressão de estar sintetizando habilmente as contribuições provenientes de campos de ação diversificados, fundindo ideias que só não convergiam por força de rivalidades pessoais menores e mal-entendidos. (KONDER, 2009, p. 139-140).

Konder lembra que os poucos livros de Marx no Brasil não eram acessíveis aos trabalhadores e, geralmente, as edições eram francesas.

A Revolução Russa, em 1917, dará novo impulso à difusão das ideias marxistas no Brasil, mas as informações continuavam chegando de modo confuso. O escritor João do Rio, por exemplo, descrevia os bolchevistas como “terríveis criaturas”, “canalhas ambiciosos”, “grosseiros criminosos” e até mesmo chamava-os de “bandidos epiléticos”. (KONDER, 2009, p. 153).

Ainda assim, muitos intelectuais se sentiram curiosos diante daquela revolução na Europa. Astrojildo Pereira (1890-1965) que até então era anarquista, se aproxima das ideias marxistas e é um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922. O partido recém-formado não deu conta, contudo, da difusão das ideias marxistas (KONDER, 2009, p. 178). Ainda nos anos 20, a Coluna Prestes (1925-1927) e a posterior aproximação de um dos seus líderes, o capitão Luís Carlos Prestes (1898-1990) com o marxismo, dão novo impulso à divulgação das ideias marxistas.

No plano cultural, Konder nota que os modernistas, com exceção de Di Cavalcanti, “não manifestaram interesse no comunismo ao longo dos anos 20” e observa que “o marxismo, em várias áreas da nossa vida cultural, era repellido pela violência que assumia e também pela violência que lhe atribuíam: não precisava sequer ser conhecido para se ver sumariamente rejeitado” KONDER, 2009, p. 194; 199).

A nosso ver, no entanto, os anos 20 contribuíram para um amadurecimento político dos intelectuais e suas escolhas estarão mais definidas na década seguinte. Conforme observa Wilson Martins:

Será um pouco desagradável, mas temos de aceitá-lo: *no destino e na natureza do Modernismo existia, não apenas uma vocação política, mas, ainda, uma vocação política totalitária, de Direita ou de Esquerda*, a verdade é que os tempos estavam maduros para um recuo espetacular da democracia convencional e para a desmoralização temporária das ideias liberais. (MARTINS, 1977, p. 127, *grifos nossos*).

No Brasil, depois da Revolução de 30, a ideia de revolução ganha um aspecto concreto. O termo já não remete a uma abstração e as revoluções europeias distantes. Diante desse quadro, aumenta a inquietação das classes dominantes e qualquer discurso preocupado com as camadas populares inspirava desconfiança e era sumariamente rotulado de “comunista”. (KONDER, 2009, p. 208).

Uma literatura anticomunista passa a difundir que os comunistas pregavam a socialização das mulheres, o fim da família e outros. Konder observa que o silêncio dos militantes comunistas diante dessas acusações, o franco desinteresse em estudar os fundamentos teóricos marxistas, a absorção simplificada do manual stalinista culminaram na derrota do comunismo no Brasil. Para o pesquisador é emblemático que nenhuma voz tenha se manifestado para lembrar que, naquele mesmo momento, “em lugar de se empenhar em dissolver a família, o estalinismo estava preparando a adoção de uma nova legislação que restringiria o divórcio, proibiria o aborto” (KONDER, 2009, p. 233).

Contrariando um pouco Konder, nós encontramos em *Suor* (1934) e em *São Jorge dos Ilhéus* (1944), de Jorge Amado, algumas tentativas de desmistificação do comunismo. Em *Suor*, Jorge Amado denunciou o mau uso do cinema. As fitas que já não agradavam as crianças brancas eram repassadas no cinema para os adultos negros que se encantavam com as histórias. Outra manobra que Amado denunciou foi a exibição de uma fita que mostra os terrores da Revolução Russa:

Exibiam uma fita americana sobre a revolução russa. Revolucionários queimavam palácios, destruíam casas, matavam multidões de pessoas, decepavam cabeças, mutilavam criancinhas, causando lágrimas às mulheres que assistiam ao espetáculo.  
O espanhol dizia para o vizinho:  
\_Não foi assim! É uma infâmia!  
(AMADO, 1974c, p. 301).

Indignado com a versão tendenciosa da fita americana, o personagem espanhol retorna ao cinema em outra sessão e apedreja a tela em protesto contra a fita. Acaba preso e incompreendido por muitos, mas o recado do romancista está dado: a revolução russa sob a ótica dos norte-americanos não poderia ser boa e o brasileiro precisa estar atento para não acabar manipulado pela propaganda anticomunista.

Em *São Jorge dos Ilhéus*, Jorge Amado mostra o temor dos coronéis diante do comunismo e como acabavam financiando o integralismo como uma forma de defesa:

Para os coronéis a palavra comunismo tinha um trágico significado. Viam logo as filhas prostitutas, as terras tomadas, um caos inimaginável. E os integralistas exploravam admiravelmente o fato, espalhando notícias espantosas: “os comunistas iam tomar as terras de todo mundo como tinham feito na Rússia e botar os coronéis na enxada”, o “General Luís Carlos Prestes estava no Brasil, escondido em alguma parte, planejando a revolução comunista”. Por mais absurdos que fossem os boatos, os coronéis não só discutiam. Tinham vagas notícias sobre os comunistas, liam as vezes volantes que pediam maior salário para os trabalhadores, sabiam que na Ilha das Cobras existiam sujeitos capazes de tudo. Era um horror. E davam dinheiro para os integralistas, mesmo quando pertenciam aos tradicionais partidos do governo e da oposição. (AMADO, 1974e, p. 207).

Mas se a resposta de Jorge Amado chegou um pouco atrasada com *São Jorge dos Ilhéus*, pois o livro é dos anos 40, o mesmo não aconteceu com *Suor*, de 1934. No crucial período da década de 30, não encontramos entre os demais romancistas nordestinos, qualquer defesa ao comunismo e/ou sua desmitificação. Apesar disso, o tema do comunismo ganhou força entre os intelectuais:

Em seu livro *Que é que há?*, de 1931, Paulo Duarte ironizava: “comunismo é hoje um mote de conversas de salão”. (...) “O comunismo no Brasil está como a arte moderna nos seus primeiros dias: um refúgio de todos os fracassados. Não há entre nós maltrapilho intelectual que não espete o indicador condenando o capitalismo à morte!”. [Segundo Konder, o posicionamento de Paulo Duarte é] “um indicador sugestivo do crescimento do interesse pelo tema do comunismo” (KONDER, 2009, p. 226).

Também ganharam força nesse momento, o tradicionalismo católico e o fascismo italiano. Até inícios de 30, os intelectuais dessas frentes eram confundidos com os comunistas. Wilson Martins ilustra bem essa situação ao lembrar que *O País do Carnaval* (1931), de Jorge Amado, foi recebido como um livro anticomunista, devido as inquietações existenciais do protagonista e que *O Esperado* (1931), de Plínio Salgado, fora recebido como o romance comunista do ano. (*Cadernos de Literatura...*, 1997, p. 72). Mas a fundação da Ação Integralista, em 1932, por Plínio Salgado e a difusão do nazismo alemão, vão estabelecendo as diferenças e evidenciando a polarização política.

O fundamental para nós é que, como observou Portella, “A literatura não ficaria indiferente a esse pugilato ideológico” (PORTELLA, 1983a, p. 138). Os escritores brasileiros escolhiam as suas trincheiras e essa efervescência política será matéria de muitos romances – tanto para elogiar quanto para criticar a militância do intelectual.

Dos romancistas nordestinos que nos interessam: Rachel de Queiroz e Jorge Amado se filiam ao Partido Comunista nos anos 30. Rachel desvincula-se do partido em menos de um ano após sua filiação e aproxima-se dos trotskistas (opção de esquerda mas em oposição ao stalinismo). Jorge Amado chegou a ser deputado federal pelo partido, em 1946. Graciliano Ramos, que foi preso sob a acusação de comunista em 1936, só se filiaria ao partido em 1945. Adiantamos que o rumo ideológico de muitos intelectuais de esquerda mudaria diante das arbitrariedades do governo de Stalin na União Soviética (1922-1953). Em especial, nos anos 50, quando o líder soviético Nikita Khrushchev denuncia as execuções sumárias de milhões de pessoas e que foram promovidas pelo governo de Joseph Stalin. Já José Américo de Almeida, logo depois de *A Bagaceira* (1928), ingressou na política e participou intensamente da Revolução de 30. José Américo foi ministro da Aviação e Obras Públicas no Estado Novo. E o nosso José Lins do Rego, até onde sabemos, não se filiou a nenhum partido, mas teve uma aproximação com os integralistas. Segundo Bueno, o “fascínio de Lins do Rego pelo integralismo havia sido passageiro e não chegara a arranhar sua reputação”. (BUENO, 2006, p. 217).

Como lembra Rachel de Queiroz, naqueles anos, “o necessário era engajar-se numa ideologia” e existia paralelo ao grupo comunista, “o grupo integralista, cada qual mais radical. Dom Hélder, por exemplo, era integralista. Zé Lins também, por uns tempos. Adonias Filho foi outro, mas brigou com eles antes do movimento de 1938”. (QUEIROZ; QUEIROZ, 1998,

p. 75).

Por outro lado, a divergência de orientação política não comprometeria a solidariedade e amizade que se estabeleceu entre esses romancistas nesse período. Ivan Cavalcanti Proença nos lembra (2010) a amizade que havia entre José Lins e Graciliano Ramos, o “Velho Graça” e como José Lins apoiou o amigo durante e depois de sua prisão em 1936. Quando Graciliano, doente e sem dinheiro, saiu da prisão é com José Lins que ele foi morar.

*Essas formas de solidariedade e o sentido social das suas produções impediram-no [José Lins] depois (1953) de ir visitar sua filha casada, que morava nos Estados Unidos. Não lhe deram visto no passaporte. Era a época do macartismo, quando se fazia naquele país uma verdadeira “caça às bruxas”, na perseguição de intelectuais esquerdistas. (PROENÇA, 2010, p. 160, grifos nossos).*

Assim, essa dimensão solidária e a preocupação social manifesta nos romances de José Lins motivaram as desconfianças dos anticomunistas. No entanto, por mais que existisse um sentido social na obra de José Lins do Rego, é a perspectiva conservadora que marca seus romances. José Lins não conseguiu romper com essa visão, mas fez exercícios que ampliam a leitura de sua obra. Mais do que a personificação de um negro pobre e operário e seu ambiente, em *O moleque Ricardo* (1934), José Lins criou com as figuras de Ricardo e do Seu Abílio, personagens negros e pobres que revelam pensamentos e dúvidas. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1983), isso foi possível porque “se há – e há – relação entre a posição ideológica e a produção literária de um autor, *esta relação não é direta, mas mediada*”. (OLIVEIRA, 1983, p. 134, *grifos nossos*). Ainda assim, na maioria de seus romances, José Lins vê os trabalhadores do alpendre. Tal como ocorre com Gilberto Freyre, a senzala é vista através dos olhos e das intenções da casa-grande.

Gilberto Freyre é outro intelectual que foi inicialmente rotulado como de esquerda. No Recife dos anos 30 e 40, havia forte oposição a Freyre. Nery Fonseca (2003) nos conta que os usineiros consideravam Freyre um agitador comunista e chegou até mesmo a circular em jornais da época a caricatura do sociólogo “ostentando no braço uma faixa com a foice e o martelo” (FONSECA, 2003, p. 31). A recepção positiva e elogiosa de *Casa-grande & senzala* (1933) por reconhecidos militantes do Partido Comunista, também deve ter contribuído para tal confusão.

[Astrojildo Pereira] a certa altura destacou a importância da obra-mestra [*Casa-grande & senzala*] pelo fato de trazer para o primeiro plano da história social brasileira o fator “massa” (índios, negros, escravos, trabalhadores), deslocando os “heróis” oficiais e beneficiando os “heróis” coletivos e anônimos. (MOTA, 1978, p. 68).

De certo, Gilberto Freyre teve papel fundamental na inclusão no negro como elemento da identidade cultural brasileira, pois, como observa Borges (2003), a abolição não resultou no reconhecimento do legado do negro ou da escravidão.

Mas a convicção quanto à centralidade da escravidão na formação do Brasil não existia antes de 1933, antes de *Casa-grande & senzala*. A primeira geração intelectual republicana (1888-

1930) não falava da escravidão como fator na composição da nação. E isto foi uma novidade – um parêntese – no discurso público brasileiro. (...) A omissão da escravidão do discurso público brasileiro começou bruscamente e imediatamente depois da abolição, e durou até a geração de Freyre (BORGES, 2003, p. 206; 207).

No entanto, ainda que a obra de Freyre seja um salto na abordagem do negro e da escravidão, ela também foi um alívio para a classe dominante (da qual Freyre era membro) pois “lhes devolveu a autoconfiança que as teorias racistas do final do século XIX lhes tinham tirado” (REIS, 2007, p. 69). Finalmente, um intelectual mostra que o atraso brasileiro não tinha causas biológicas e sim históricas e eram, portanto, corrigíveis. A miscigenação não causara um dano eugênico ao Brasil, ao contrário, a suposta “democracia racial” em vigor tornava os brasileiros um bom exemplo para outros países. Embora a interpretação de Freyre minimizasse antagonismos e conflitos sociais ele “era associado a 'esquerda democrática' pela organização do I Congresso Afro-brasileiro [1934] e como deputado pela UDN [1946] era tido como a grande esperança da '*esquerda aristocrática*'” (MOTA, 1978, p. 70, *grifos nossos*). Se não era óbvio para os contemporâneos de Freyre, o tempo fez com que se tornasse óbvio para nós que uma “esquerda aristocrática” é a soma de ideologias antagônicas e inconciliáveis.

Ainda que interpretado confusamente, o engajamento era uma necessidade dos intelectuais. Se havia discursos de escritores, nesse momento, afirmando que sua obra era *apolítica*, desconhecemos – as formas artísticas *apolíticas* serão uma moda dos nossos dias, quando muitos de nós, intelectuais ou não, procuramos negar a dimensão política de nossas ações.

Para os dias de hoje, um intelectual engajado é uma figura obsoleta, antiquada, inconveniente ou mesmo ressentida e revanchista. Dessa maneira, para muitos estudiosos de hoje será um estorvo voltar os olhos para a produção intelectual dos dias passados. Quando se encontra um meio de isolar um autor ou reconhecer nele um desvio, seu conjunto sobrevive. Dos romancistas regionalistas de 30, Wilson Martins afirmou que só Jorge Amado e Graciliano Ramos se salvaram, pois Graciliano “não era modernista nem nordestino”, e Jorge “venceu as limitações ideológicas iniciais” (MARTINS, 1977, p. 275).

O irônico é notar que permaneceram justamente os dois escritores formalmente filiados ao Partido Comunista. Há pelo menos duas razões para isso: 1) A força literária de intelectuais como Jorge Amado e Graciliano Ramos estaria num desvio do padrão da época ou na superação dele que geralmente ocorreu após o afastamento e/ou desligamento do partido político; e 2) O retorno das ditaduras na América Latina e suas marcas, na segunda metade do século XX, ainda estão muito vivos na nossa memória recente. E isso, por um lado, contribui para a permanência desses intelectuais de esquerda e, por outro, para o esquecimento dos de

direita, os que apoiaram e/ou participaram do regime militar no Brasil (1964-1985).

Quando a obra e/ou o lugar histórico desses intelectuais são grandes demais para similar ignorância de sua existência e contribuição, os atos de apoio que tiveram junto aos militares são convenientemente isolados e mesmo não mencionados. Em parte, isso ocorre porque muitos que agiram como eles (ou mesmo pior) continuam aí, sem falar nos descendentes. E em tempos de lutas “pela verdade, memória e justiça”, é conveniente que certas histórias sejam esquecidas. Esquecidas, pelo menos, até que ocorra uma nova virada no contexto político e os esquecidos de hoje possam ser exacerbadamente exaltados amanhã, sem que isso resulte em qualquer tipo de constrangimento.

O caso da escritora regionalista Rachel de Queiroz é particularmente interessante e já tivemos oportunidade de estudá-lo com mais detalhes<sup>7</sup>. Nos anos 30, Rachel se filiou ao Partido Comunista, em pouco tempo se desligou, pois censuraram seu romance *João Miguel* (1932) onde um operário mata o outro; foi perseguida na Ditadura Vargas, seus livros foram queimados em praça pública assim como os de Jorge Amado e Graciliano Ramos. Mas, nos anos 60, ela apoiou o golpe civil militar de 1964. Sua residência no Rio de Janeiro foi ponto de encontro de militares conspiradores. E ela esteve vinculada ao Conselho Federal de Cultura, órgão criado em 1966, nos moldes conservadores do regime, durante toda a existência dele. Não obstante, ela foi eleita para a Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1977. Todavia, não se tratou de uma eleição corriqueira: Rachel foi a primeira mulher a entrar na ABL. O estatuto da academia precisou ser modificado para que ela pudesse ser admitida.

Mesmo que a obra intelectual de Rachel pudesse ser ignorada, esse episódio a coloca para sempre em nossa história social, em geral, e na história das mulheres e da literatura, em particular. No entanto, não é só o apoio que ela declaradamente deu aos militares que torna sua lembrança *impertinente*, ela também era antifeminista.

*Eu sempre tive horror das feministas; elas até me chamavam de machista. Eu acho o feminismo um movimento mal orientado. Por isso sempre tomei providências para não servir de estandarte para ele. Às vezes, uma feminista dá entrevista falando mal de um homem; pois eu achava um jeito de dizer que gostava do atacado só para marcar minha posição.* (QUEIROZ, 1998, p. 26, grifos nossos).

Mesmo com toda essa controvérsia, o nome da escritora deve ser mencionado e seu retrato deve constar na galeria histórica e literária da sociedade brasileira. O que sinceramente nos preocupa é *como* essa figuração é feita.

Recentemente, foi divulgado um comercial onde surgiam algumas imagens de mulheres que tiveram destaque na nossa sociedade e entre elas estava a imagem de Rachel de Queiroz. Claro que Rachel tem um lugar de destaque, mas ela deve ser associada a uma

---

7 VER Peregrino, 2010; e Peregrino; Pereira, 2012.

propaganda sobre políticas públicas para mulheres e igualdade de gênero? Rachel foi uma mulher emancipada e em sua literatura criou personagens femininas que lutaram para ter as rédeas da própria existência – mas isso não nos desobriga a lembrar que eram mulheres brancas e de classe social média ou elevada e que, algumas vezes, a emancipação feminina se dava através da inversão de papéis. Não se pode e não se deve excluir Rachel da nossa galeria, mas o que não devemos e não podemos fazer, é excluir trechos de sua biografia, ocultando passagens inconvenientes para enfeitar legendas, estabelecer heroínas.

Há muitos outros exemplos de intelectuais que contribuíram com os militares no poder, mas citaremos aqui só mais dois. Gilberto Freyre, que nunca se filiou ao Partido Comunista, era rotulado como comunista nos anos 30 e, como Rachel, foi perseguido na Ditadura Vargas, mudou com os anos e quando o Brasil encarou uma nova ditadura – a militar dos anos 60 – ele a apoiou e participou do governo: “Como o sociólogo, que os usineiros nordestinos chamaram de ‘comunista’ e de ‘soviético’ nos anos 30, conseguiu se tornar o ideólogo informal do regime militar?” (VENTURA, 2000, p. 15). Além disso, a revisão de sua interpretação do Brasil promovida pelos marxistas, em especial Florestan Fernandes, vêm revelar os limites de sua obra, apontando seu conservadorismo. Não obstante, *Casa-grande & senzala* (1933) foi uma obra revolucionária para sua época, assumindo o componente africano na formação da identidade nacional, reconhecendo o negro como componente da nação. As contradições foram muitas também, mas pelo porte desse intelectual e sua obra, sua produção foi e será sempre mencionada.

Outro caso de sombreamento pós-64 é o de Renato Soeiro, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) – sucessor do lendário Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que dirigiu o órgão quando sua denominação ainda era SPHAN. Suceder um homem como Melo Franco, que dirigiu a casa por 30 anos, com certeza era uma tarefa desafiadora e foi agravada pelo fato de que a sucessão se deu justamente em 1969, no auge dos anos de chumbo do regime militar. Com a abertura política, Soeiro foi sucedido por Aloísio Magalhães, que chefiou brilhantemente a casa entre 1979 a 1982, quando veio a falecer prematuramente. A gestão de Soeiro ficou espremida e apagada entre a fase heroica de Melo Franco e a renovação do órgão promovida por Aloísio Magalhães. Embora o caso de Soeiro não chegue perto da relevância dos de Rachel e de Freyre, o apagamento do período da gestão de Soeiro num órgão da importância nacional e internacional, como é o IPHAN, não deixa de revelar certa conveniência.

Como podemos observar, o passar dos anos modificou bastante a orientação ideológica de alguns intelectuais. Jorge Amado deixou o partido comunista em 1955, mas ainda que o

horizonte de seus temas tenha mudado, sua literatura continuou falando das classes populares, apontando tensões econômicas e o escritor se colocou contra a ditadura militar de 1964, criticando publicamente a censura. Como nos lembra Portella, “passada a febre ideológica” dos romancistas de 30, “sobreviveria uma saudável preocupação política, que desenha, em grande parte, o perfil das relações interpessoais ao longo do corpo romanesco” (PORTELLA, 1983a, p. 138).

Esse breve quadro confirma que a orientação política dos romancistas regionalistas nordestinos era bastante diversificada e que também se modificou com o decorrer dos anos. Portanto, a insistência em caracterizar todos como intelectuais de esquerda é um erro. Rotulou-se como “literatura de esquerda” qualquer romance que apresentasse preocupação social e esse rótulo, que se mostra com ares de classificação, deve ser revisto. Acreditamos que a histeria anticomunista desencadeada após a Revolução Russa (1917), que deu uma forma concreta ao comunismo, e após a II Guerra Mundial (1939-1945), quando ocorre um avanço do bloco socialista, culminando na Guerra Fria (1945-1989), foi a primeira responsável pelo julgamento superficial e sumário desses intelectuais e suas obras.

### 1.1.3 O intelectual entre dúvidas e tensões

Para começar, entendemos que não existe ação desprovida de intenção política. Como muito bem lembra o crítico Benoît (2002), de Pascal a Sartre, o engajamento intelectual sempre existiu e o interesse dos governantes em censurá-lo e controlá-lo também: “o poder sempre se preocupou com os escritores e as suas obras: desde as reflexões de Platão, na *República* (...) até a maneira na qual o poder real organizou a edição e a censura no século XVIII” e esse quadro “indica que a literatura não foi nunca um objeto neutro e indiferente em termos políticos” (BENOÎT, 2002, p. 11). A relação entre literatura e política, ou seja, literatura e poder, existiu com outras designações e Benoît as chama de “literatura de combate” em oposição ao termo contemporâneo de “literatura engajada” (BENOÎT, 2002, p. 9-11). Historicamente, o termo “literatura engajada” está vinculado à concepção sartriana de engajamento e foi consagrado no calor das grandes guerras e revoluções do século XX, que tornaram imperativa uma produção assumidamente política – o que observamos com a literatura marxista, a literatura feminista, entre outras.

Benoît apresenta ainda duas concepções que serão muito úteis para nosso trabalho, a de *literatura engajada* e de *literatura militante* – “a primeira vem à política porque é nesse terreno que a visão do homem e do mundo da qual ela é portadora se concretiza, enquanto que a segunda já é desde o início política” (BENOÎT, 2002, p. 35-36). Dessa forma, mesmo que o

intelectual não tenha filiação política, sua obra acaba mediada pelos interesses e questões de sua época. Nesse sentido, engajar-se significa *tomar uma direção*. O escritor faz escolhas a partir dos valores que possui e acredita.

[Beauvoir] insiste no fato de que o escritor não se engaja somente inteiramente na realização da sua obra, mas que ele engaja aí a totalidade da sua pessoa, no sentido de que ele aí coloca o conjunto dos valores nos quais acredita e pelos quais ele se define. Por isso, o escritor engajado coloca em jogo bem mais do que a sua reputação literária; ele arrisca a si mesmo integralmente na escritura, fazendo aparecer aí a sua visão do mundo e as escolhas que dirigem a sua ação. (BENOÎT, 2002, p. 46).

Poderíamos apresentar aqui o debate de vários críticos para definir o controverso tema do engajamento, mas nenhum parece agora mais oportuno e objetivo do que os versos da poeta Wislawa Szymborska (1923-2012).

Somos os filhos da época  
e a época é política.  
Todas as tuas, nossas, vossas coisas  
diurnas e noturnas,  
são coisas políticas.  
Querendo ou não querendo,  
teus genes têm um passado político,  
teus olhos, um aspecto político.  
O que diz tem ressonância,  
o que silencia tem eco  
de um jeito ou de outro político.  
(...)  
Versos apolíticos também são políticos  
(...)  
Não precisa nem mesmo ser gente  
para ter significado político.  
Basta ser petróleo bruto,  
ração concentrada ou matéria reciclável.  
Ou mesa de conferência cuja forma  
se discutia por meses a fio  
(...)  
Enquanto isso matavam-se os homens,  
morriam os animais,  
ardiam as casas,  
ficavam ermos os campos,  
como em épocas passadas  
... e menos políticas.  
(Os Filhos da Época, Wislawa Szymborska)

O escritor se coloca naquilo que faz, é algo maior do que seu ponto de vista sobre as coisas, é seu ser que passa para o papel e o que escreve se torna uma extensão do seu próprio corpo, sua aparência física (aquilo que ela revela e todas as descendências escondidas), sua classe social, sua história familiar, seu trajeto profissional, seus amores, seus valores, suas ambições, suas conquistas, suas decepções, suas histórias de perdas e doenças, enchentes e secas que, mais do que acontecimentos factuais em sua geografia pessoal, são marcas trágicas na sua própria existência. Fica na obra literária, enfim, sua humanidade. Suas motivações dão conta de um processo dinâmico, passível de desvios, tomada de novas rotas, ainda que com alguma predeterminação.

Partindo das classificações de Benoît, inferimos que o engajamento do escritor estará manifesto em sua obra mesmo quando ele optar por ser *apolítico*. O que o escritor pode ou

não recusar é a produção de uma literatura militante que em nossos dias não se restringe a partidos políticos, compreende também os movimentos sociais. E por mais desconfortável que possa parecer a alguns críticos, o engajamento existirá sempre: em épocas de efervescência política e cultural; em épocas da experiência totalitária de direita ou de esquerda; ou ainda, “em épocas passadas e [aparentemente] menos políticas”, como sublinhou a poeta.

Conflitos e dúvidas acompanharam muitos intelectuais que decidiram assumir a tarefa de desvendar o mundo e o próprio homem para os outros homens. Assim, “a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele”. (SARTRE, 1989, p. 21). Diante do mundo revelado pelo artista, com todas as suas mazelas, o leitor não poderia ser indiferente, ele também, precisa se posicionar.

A personagem Helena Ruiz, mulher do dono da “Panificações Reunidas” em *Jubiabá* (1935), de Jorge Amado, não é uma leitora, mas o mundo lhe é revelado duas vezes: 1) quando sua ex-lavadeira, também chamada Helena, a procura para pedir-lhe ajuda e 2) quando seu marido, Antônio, nega ajudar os empregados.

“Meninos passando fome? Não é possível, meu Deus...” diz Helena assombrada diante da narrativa da ex-lavadeira. O marido da lavadeira, que trabalhava na “Panificações Reunidas” e recebia uma miséria de salário, aderira a greve dos padeiros e não tinha mais como manter a família. Os patrões não queriam negociar e a polícia tratava os grevistas como criminosos. Por essas razões, a Helena lavadeira recorria a Helena patroa, pedindo-lhe que intervisse junto ao Sr. Antônio Ruiz, contando as dificuldades de seus empregados. Helena Ruiz, muito prestativa, afirma que falará com seu marido: “\_Vá descansada, xará. Agora mesmo vou falar com Ruiz. Ele ignora estas coisas. Mas eu vou contar e ele aumenta logo os homens. Você vai ver. Ele é tão bom”.

No entanto, quando fala ao marido que ele precisa aumentar o salário dos empregados e conta as dificuldades dos pobres, Helena leva um novo choque. Seu marido sabia sim da existência daqueles sofrimentos:

\_O que é isso, Lena? Eu sei, sim.  
 \_E não faz nada? Não aumenta estes homens? Concorda com esse crime?  
 \_Que crime, Lena? - o espanto de Ruiz não é fingido.  
 \_Que crime? - dona Helena vai de espanto em espanto – Então você acha que não é um crime deixar esses homens, essas mulheres, essas crianças, Ruiz, crianças passarem fome...  
 \_Mas, minha filha, eu não digo nada. Desde o princípio do mundo é assim... Sempre houve pobres e ricos...  
 (...)  
 \_E você que é tão bom... Parecia...  
 \_Eu sou igual aos outros. Nem pior nem melhor. (...) Você sabe o que é que eles querem?  
 \_Querem tão pouco...  
 \_Mas é preciso não dar nada. Se a gente der hoje esse aumento, amanhã, quererão outro, depois mais outro, e um dia quererão as padarias...  
 \_Sei é que tem crianças com fome. E eles ganham mesmo uma miséria. Você nunca me falou que sabia destas coisas. E eu não sabia. Se eu soubesse...

Ruiz se irrita:

*„Se soubesse o que é que fazia? Você lá sabe de nada. Eu estou defendendo o seu automóvel, a sua casa, o colégio de Leninha. Você acha que eu devo trabalhar para esses canalhas? (AMADO, 1974d, p. 299-300, grifos nossos).*

As estruturas que sustentam o mundo de Helena são desvendadas e ela já não pode ser indiferente a essa revelação. Desesperada, ela chora, tem raiva do marido, pena de si mesma e até inveja os operários que podem se rebelar. Helena já não pode se considerar inocente diante daquela verdade nua e crua.

Esse encontro de Helena com a realidade, seu choque e a sua tomada de posição ilustram o papel que, segundo Sartre, o escritor deve exercer junto ao leitor.

(...) podemos concluir que o escritor decidiu desvendar o mundo e especialmente o homem para os outros homens, a fim de que estes assumam em face do objeto, assim posto a nu, a sua inteira responsabilidade. Ninguém pode alegar ignorância da lei, pois existe um código e a lei é coisa escrita: a partir daí, você é livre para infringi-la, mas sabe os riscos que corre. Do mesmo modo, a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele. (SARTRE, 1989, p. 21).

Exercer a função de revelar o mundo para o outro, muitas vezes, não foi (nem será nunca) tarefa fácil. E o outro, vai aceitar passivamente a presença do intelectual como seu porta-voz? Aceitará ser representado? *Caminho de Pedras* (1937), de Rachel de Queiroz, talvez seja o primeiro livro que aborde a questão do relacionamento entre intelectuais e operários, dentro de um partido político.

[Roberto] é um rapaz inteligente que *saiu da classe dele para ajudar o proletariado*. Conversou com os companheiros do Rio e *traz ordens para reorganizar aqui* as bases de uma região.

(...)

—Qual é classe do camarada? [questiona um dos operários]

Aquele remoque doeu a Roberto, que tinha vindo cheio de entusiasmo fraternal.

—*Sou um jornalista pobre*, sou um revoltado. Há muito tempo que desertei da burguesia. *Sou um explorado como vocês*.

(...)

—*Ele [Roberto] pode ser sincero, mas chegando aqui é pra dominar! Vem organizar, vem chefiar, vem controlar...* O operário é que *deve guiar o operário* e não elemento estranho à classe!

—*Mas é preciso alguém que ensine o operário a ler!* [um outro operário retruca]

—*O operário não tem culpa de não saber ler, porque vive debaixo do chicote do burguês, trabalhando!*

(QUEIROZ, 1985, p. 7-9, grifos nossos).

Os trechos do romance que destacamos ilustram bem a recepção e o conflito que se estabelece entre o intelectual e o operário. Entre os operários as opiniões sobre o intelectual recém-chegado, Roberto, se dividem. Ao mesmo tempo em que a presença do intelectual é necessária porque os operários precisam de alguém que os ensine a ler, ela deixa em evidência a precária situação da classe trabalhadora, que é explorada e não tem acesso à educação. Mas os problemas da formação intelectual podiam realmente ser resolvidos pelos intelectuais? Que implicações essa relação apresenta?

A fala de um dos personagens é capital: o intelectual “*chegando aqui é pra dominar! Vem organizar, vem chefiar, vem controlar...*”.

E a luta pelas posições dentro da organização se armou aberta. Declaravam os operários que

os intelectuais eram incapazes de exercer um cargo de confiança porque lhes faltava “consciência proletária”.

E os outros, certos de sua superioridade de intelectuais, disputavam abertamente as posições, faziam ressaltar perversamente as falhas e erros dos 'eleitos'. As reuniões eram agora sessões tumultuosas, cheias de choques violentos e de palavras azedas. (QUEIROZ, 1985, p. 37).

O personagem Roberto já antevia essas considerações e, por isso, logo no começo declarou “*Sou um explorado como vocês*”. A exploração que Roberto afirma sofrer não é negada pelos operários, mas isso não o torna um igual: “*O operário é que deve guiar o operário*”.

A situação do intelectual narrada em *Caminho de Pedras* confirma os problemas apresentados pelo historiador Nelson Werneck Sodré.

(...) o acesso ao saber não é igual para todos e, conseqüentemente, os intelectuais são recrutados na classe dominante.

(...) Enquanto intelectual, enquanto trabalhando com os conhecimentos ou com as artes, ele não explora o trabalho alheio (...) o intelectual é forçado a vender o seu produto de trabalho.

(...) É também certo, entretanto, que as condições de vida e de trabalho do intelectual não são as proletárias. O seu nível de existência, via de regra, é burguês, e ele luta para manter esse nível de vida. Para subsistir como intelectual, é obrigado a sujeitar-se ao mecanismo de divulgação, e este, é caracterizadamente burguês. (SODRÉ, 1965, p. 53; 58-59).

Segundo Sodré, o intelectual entra em conflito com sua classe de origem e busca uma alternativa junto à classe operária, contudo, “não se acomoda nesse campo, pelo seu individualismo, e todo esforço de trabalho disciplinado lhe parece uma restrição à liberdade, ao que, nele, um acentuado individualismo venceu”. (SODRÉ, 1965, p. 60).

*Caminho de Pedras*, como Rachel de Queiroz declarou muitos anos depois em entrevistas e memórias, foi um livro de crítica ao Partido Comunista, uma resposta a censura de *João Miguel*, em 1932. No entanto, quando foi publicado em 1937, “esse aspecto, que salta à vista do leitor de hoje, passou despercebido – ou não-referido – pela crítica da época” (BUENO, 2006, p. 431).

Bueno afirma que *Caminho de Pedras*, além de mal recebido, foi mal lido e acabou sendo considerado um romance proletário – e como a moda desse tipo de romance já tinha acabado, foi muito criticado.

Nem mais de amadora a senhora [Rachel] merece o título. *Volte aos seus cuidados domésticos e seus alunos infelizes, e deixe-nos a prantear tristemente a grandeza, a decadência e o fim rápido e melancólico da primeira romancista brasileira.* (...)

Não discutamos a parte doutrinária do romance, que tem pretensões a romance de tese, de ideias, revolucionário e soviético.

Apenas achamos que depois que a autora reingressou nas fileiras da burguesia, perdeu sua dialética... (CAMPOS *apud* BUENO, 2006, p. 427-428, *grifos nossos*).

A violenta crítica fora publicada num jornal em 1937, sob autoria de Luís de Mello Campos, que Bueno acredita ser um pseudônimo. Graciliano Ramos ficou indignado com o artigo e o atribuiu a algum “integralóide”, referindo-se pejorativamente aos integralistas. Mas Bueno desconfia que possa ter sido escrito por algum comunista, uma vez que fala do retorno da escritora as “fileiras da burguesia”. O artigo ainda tem um forte teor machista, pois a intenção do autor é:

(...) proclamar o fim da carreira literária de Rachel de Queiroz, expressando um desejo de exclusão de seu nome da vida literária brasileira. Insiste em chamar uma mulher de 26 anos de “D. Rachel!” apenas para sugerir a ela que se dedicasse aos afazeres do lar e deixasse esse negócio de escrever de lado – ou então para transformá-la numa velha em fim de carreira. (BUENO, 2006, p. 427).

Por todos os aspectos apontados, *Caminho de Pedras* não era um romance proletário, dos que ficaram na moda entre 1933 e 1936. O romance proletário tinha um discurso de exaltação da classe operária, trazia como protagonista a massa popular ou indivíduos representativos dela. Por mais que o proletariado faça parte do romance, o tema é a crítica da relação entre o intelectual e os operários (Roberto) e as dificuldades de uma mulher divorciada (Noemi).

Luís Bueno (2006) considera que fora *Cacau* (1933), de Jorge Amado, que inaugurou o romance proletário em 1933. Jorge Amado deixou uma nota para o leitor onde expressou o desejo pela nova experiência estética: “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?”. O debate proposto por Amado foi aceito por diversos críticos, tanto de direita quanto de esquerda e o romance proletário entrou numa intensa fase áurea.

Muitos escritores decidiram fazer o mesmo experimento, mas entre os regionalistas nordestinos Jorge Amado foi, sem dúvida, o grande entusiasmado e suas obras subsequentes dariam, por algum tempo, conta desse gênero.

Rachel de Queiroz parece não ter rebatido as críticas de que *Caminho de Pedras* era um romance proletário, mas podemos considerar seu *João Miguel* (1932) como tal, pois a proposta de uma literatura voltada para a classe operária já estava embutida no programa internacional comunista e imposta a todos os seus intelectuais antes que Jorge Amado a declarasse em *Cacau*. Mesmo que Rachel não tenha aceito a censura do partido ao seu livro, preferindo mesmo se desligar dele; mesmo com a polêmica cena (para o Partido Comunista) de um operário matar o outro, podemos entender *João Miguel* não só como um romance proletário, mas feminista. O discurso tem o tom de militância, um grito agudo de denúncia. A galeria de mulheres das camadas populares em *João Miguel* é grande e Rachel teve uma sensibilidade para narrá-las que não se repetiria em seus romances posteriores.

José Lins, em *O moleque Ricardo* (1935), também se lançou nesse experimento, mas Ricardo não é um herói, é “um negro manso” que fora levado para a greve sindical por seus colegas e não por desejo seu. O grande herói negro que surgiria com o romance proletário seria Antônio Balduino em *Jubiabá* (1935), de Jorge Amado. Bueno comenta que esse personagem está “num degrau acima em termos de valorização do negro proletário do que

colocara José Lins com a criação de Ricardo” (BUENO, 2006, p. 274-275). Ainda assim, Bueno considera a criação de Ricardo fundamental porque veio de um “um escritor como José Lins do Rego, que declarou ter preconceito de cor e, não obstante, criou um grande protagonista negro, Ricardo”<sup>8</sup> (BUENO, 2006, p. 270). Foi, portanto, um exercício fundamental de alteridade.

O reconhecimento dessa limitação, no entanto, não pode implicar desconsideração do importante papel que esses intelectuais tiveram para a cultura brasileira. De um modo ou de outro, eles fizeram o esforço de olhar para além dos limites de sua própria classe e integraram à cultura letrada brasileira elementos até aquele momento tidos como bastardos ou nitidamente inferiores. (...)

Olhar de cima, mas olhar: de um modo ou de outro, “estávamos aprendendo, através da literatura, a respeitar e a identificar o camarada da fazenda, o rachador de lenha de pé no chão”, como sintetizou Antônio Cândido. Este gesto não pode ser menosprezado, ainda que não deva ser, ele próprio, idealizado. (BUENO, 2006, p. 270).

Graciliano Ramos seria o regionalista nordestino mais relutante em aderir à proposta do romance proletário. Em carta a sua irmã Marili Ramos, Graciliano comenta o romance produzido por ela e deixa sua preocupação literária expressa:

*Julgo que você entrou num mau caminho. Expôs uma criatura simples, que lava roupa e faz renda, com as complicações de uma menina habituada aos romances de e ao colégio. As caboclas da nossa terra são meio selvagens (...). Como pode você adivinhar o que se passa na alma dela? Você não bate bilros nem lava roupa. Só conseguimos deitar ao papel os nossos sentimentos, a nossa vida. (...) As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos. E você não é Mariana, não é da classe dela. Fique na sua classe, apresente-se como é, nua, sem ocultar nada. (RAMOS apud BUENO, 2006, p. 244-245, grifos nossos).*

A preocupação de Graciliano é bastante legítima: que autoridade o escritor tem para falar do outro dessa maneira? De um lugar que não é o seu? De uma vida que não lhe pertence? Não se trata de um exercício simples e Graciliano teme prejudicar o material literário com ele. Os caminhos escolhidos por Rachel e José Lins para falar sobre esse outro que não é de sua classe foram apontados por Bueno:

Em primeiro lugar, a opção pela terceira pessoa, num gesto de *abandono de qualquer tentativa de falar de dentro*. Em segundo lugar, enfatizando o que há de cuidado em afastar a identificação fácil entre narrador e personagens proletários, a atitude de distanciada onipresença que se vê nesse narrador: nada daqueles comentários que encontramos em *Suor* (...) Em terceiro lugar, o uso do discurso indireto livre, que permite à voz narrativa, mantendo sua distância, dar voz também ao pensamento que não chega a ser verbalizado pelo personagem proletário. (BUENO, 2006, p. 274, grifos nossos).

Para Graciliano a literatura não se faz só com imaginação, mas também com material conhecido, observado, enraizado dentro do escritor. Será por essa razão que Graciliano se irritou com a passagem do personagem Ricardo pela prisão de Fernando de Noronha, em *Usina* (1936), de José Lins do Rego:

Um crítico absurdo julgara-o simples memorialista, e o homem [José Lins] se decidia a expor imaginação envolvendo-se em matéria que desconhecia. Pessoa de tanta experiência, de tanto exame, largar fatos observados, aventurar-se a narrar coisas de uma prisão distante. (RAMOS apud COUTINHO, 1970, p. 300).

Alguns críticos não entendiam essa relutância de Graciliano e não compreendiam

<sup>8</sup> Bueno faz essa afirmação com base no texto de Gilberto Freyre, *José Lins do Rego e eu: qual dos dois influenciou sobre o outro?* (Alhos e bugalhos, p. 51).

porque seus personagens eram, na maioria, da pequena burguesia. Mas a postura de Graciliano mudaria ou pelo menos ele encontraria suas repostas em 1938, com a publicação de *Vidas secas*. Para Wilson Martins “não houve ninguém mais estranho ao 'realismo socialista' do que esse *escritor comunista*” (MARTINS, 1977, p. 289-290, *grifos nossos*). Grifamos a expressão “escritor comunista” porque já dissemos aqui que Graciliano só se filiou ao Partido Comunista em 1945, ou seja, na época de suas declarações, no auge do romance proletário, ele exprimia uma preocupação social em seus romances que era descomprometida com programas políticos. Seu personagem Luís da Silva, em *Angústia* (1936), andando por bairros pobres e bebendo em botecos, observa os homens que por ali habitam:

Os vagabundos não tinham confiança em mim. Sentavam-se, como eu, em caixotes de querosene, encostavam-se ao balcão úmido e sujo, bebiam cachaça. Mas estavam longe. As minhas palavras não tinham para eles significação. Eu queria dizer qualquer coisa, dar a entender que também era vagabundo, que tinha andado sem descanso, dormido nos bancos dos passeios, curtido fome. Não me tomariam a sério. Viam um sujeito de modos corretos, pálido, tossindo por causa da chuva que lhe havia molhado a roupa. (RAMOS, 1990, p. 113).

Em seguida, Luís da Silva chega a uma conclusão crucial: “A literatura nos afastou: o que sei deles foi visto nos livros. Comovo-me lendo os sofrimentos alheios (...)”. (RAMOS, 1990, p. 114). Mesmo com a simplicidade de um servidor público sem casa própria, de um intelectual sem grande destaque, o personagem Luís não era próximo dos vagabundos. Era um pequeno burguês que descendendo de um avô Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva acabara reduzido a um Luís da Silva.

Em outro momento, Graciliano parece falar através de seu personagem o que pensa sobre a relação entre arte e política: “A tecla de sempre, arte como instrumento de propaganda política. Eu queria contrariar o judeu, mas esmorecia, sem coragem para a discussão”. (RAMOS, 1990, p. 161). Luís pensa na revolução que dizem próxima e se pergunta: “Quando houver uma reviravolta, utilizarão as minhas habilidades de escrevedor?” (RAMOS, 1990, p. 158).

Luís era contra Julião Tavares, o rico burguês deflorador de moças pobres. Odiara-o desde o primeiro encontro. Não era comunista, ouvia as discussões nos bares, muitas vezes as evitava. Mas pensava: qual seria o futuro de Julião se uma revolução popular viesse, e mais, qual seria o seu futuro? Em outra passagem, ao andar por um bairro pobre ele lê num muro: “Proletários, uni-vos.’ Isto era escrito sem vírgula e sem traço, a piche. Que importavam a vírgula e o traço? O conselho estava dado sem eles, claro, numa letra que aumentava e diminuía”. Mais adiante, Luís conclui: “Aquela maneira de escrever comendo os sinais indignou-me. Não dispenso as vírgulas e os traços. Quereriam fazer uma revolução sem vírgulas e sem traços? Numa revolução de tal ordem não haveria lugar para mim”. (RAMOS, 1990, p. 164). A passagem é clara, uma revolução comunista não poderia prescindir da norma

culta, de uma preocupação estética.

Concordamos com Bueno (2006) que situa o romance proletário como uma experiência estética pela qual tiveram interesse escritores de esquerda e de direita. Para tentar falar do outro do modo mais fiel possível, Jorge Amado admite na dedicatória de *Jubiabá* que realizou “viagens para recolher material” e compor o romance. Graciliano, enquanto romancista, relutou em aderir a essa moda experimental.

O fato é que a proposta do romance proletário contribuiu para a compreensão do outro, daquele que é diferente de nós, seja em classe social, cor ou gênero. A tarefa não era fácil, como nos lembrou Aducci Novaes, na história do Brasil há, desde 1500, uma incapacidade de compreender o Outro. Os primeiros foram os europeus que, chegando em nossas terras, tiveram muitas dificuldades em reconhecer os habitantes do novo mundo. Na maioria das vezes se toma a própria imagem como modelo para o Outro, “Como se o olhar não tivesse outra saída a não ser o reflexo de si mesmo no Outro”, sendo necessário defini-lo “através de um sistema de axiomas já consagrados”. (NOVAES, 1999, p. 8; 10).

Como observa Forget, o Outro é sempre um produto das nossas imagens e de apropriações que realçam as posições das quais o “eu/si” elaboram o Outro.

Ele [o locutor] pode mencionar o Outro, reconhecer suas particularidades como evocá-las no todo ou em parte, subordiná-las a seu projeto e, logo, hierarquizar a partir de uma ordem de valores que é toda sua. Logo, não se pode perder de vista este egocentrismo inerente à tomada de palavra que faz com que a ordem das relações humanas e a percepção dos acontecimentos passem pelo prisma da subjetividade. FORGET, 2001, p. 11).

Para Bueno, Graciliano em *Vidas secas* (1938) faz esse exercício de alteridade, colocando-se por trás não só do cabra Fabiano, mas de sua mulher Sinhá Vitória, seus filhos e até de sua cachorra Baleia.

A experiência desse gênero de romance só declina quando Getúlio Vargas começa uma nova perseguição aos intelectuais, em resposta à Intentona Comunista (1935). Mas falar do outro já era de tal forma fundamental que Vargas decidiu criar em 1942, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um concurso de romance e teatro para se “elaborar uma literatura que não existe no mundo” e que seria a responsável por fundar no Brasil, nas palavras do então ministro Marcondes Filho, “*a verdadeira literatura proletária*” (PARANHOS, 2008, p. 69, *grifos nossos*).

Essa “verdadeira literatura proletária” seria justamente produzida pelo próprio operário e os trabalhos vencedores seriam distribuídos nos sindicatos. Como observa Paranhos, há uma grande condição para a produção dessa literatura: “os textos literários, produzidos por operários em plena ditadura estado-novista” estavam “em sintonia com todo o repertório governamental que propagava a harmonia entre as classes” (PARANHOS, 2008, p.

70).

Paranhos (2008) nos apresenta trechos da peça teatral *Julho, 10!*, das operárias Leda Maria de Albuquerque e Maria Luisa Castelo Branco e do romance *Pedro Maneta*, do trabalhador Paulo Licio Rizzo, vencedores do concurso. A data que é título da peça faz alusão à data de promulgação da Constituição Federal de 1934, que incorpora a legislação social e trabalhista. Já no romance, o personagem principal perde um braço durante o trabalho e recebe o apelido de “maneta”. Diante do acidente, Pedro Maneta é persistente e volta a trabalhar.

(...) Fiquei a pensar no milagre que se operava na mentalidade da nossa gente nesses três anos de Estado Novo.

(...) Não tínhamos agora privilégios garantidos os quais a anarquia do sonhado Diretório bolchevista jamais nos poderia proporcionar? O matracar dos teares aquecia e multiplicava meus pensamentos. Trabalhava com voracidade numa ânsia de produzir.

(...)

[Por fim ainda responsabiliza o trabalhador por sua situação:] mas quantos “manetas” existem por aí com dois braços perfeitos.

(RIZZO *apud* PARANHOS, 2008, p. 72; 73).

Os trechos de *Pedro Maneta* parecem até encomendados para ratificarem a política trabalhista do Estado Novo, pois condena o movimento grevista, estimula que trabalhadores se conformem com as dificuldades da vida, busquem por si mesmos a felicidade e valorizem os benefícios recebidos pelo governo. É um tipo de “engajamento às avessas” como bem pontuou Paranhos.

Vargas teve a proeza de difundir uma literatura anticomunista escrita por operários e para operários, não satisfeito, destacava que aquela sim era a “verdadeira literatura proletária” - a validade do exercício dos intelectuais na produção do romance operário era questionada. Não sem ironia, Vargas atingia certamente os intelectuais militantes de esquerda e os de consciência social, além do próprio Partido Comunista. Vargas dava aos operários a oportunidade de falarem de si próprios, mas isso com um limite óbvio – era para fazê-lo em concordância com a ditadura vigente.

Outro ponto importante sobre o romance proletário é sua filiação ao realismo socialista, estética oficial do governo de Stalin na antiga União Soviética. O realismo socialista previa narrativas de cunho didático para educação das massas operárias e era instrumento de propaganda política. As obras de Jorge Amado, nos anos 30, são fortemente influenciadas por essa corrente estética. Mas, entre os romancistas nordestinos de 30, essa tendência se limitou a Jorge Amado. A técnica narrativa de *Cacau* (1933) se aproxima de *João Miguel* (1932), de Rachel de Queiroz, mas em nada se assemelha da de *O Moleque Ricardo* (1935), de José Lins do Rego. Embora este romance de José Lins tenha sido considerado um romance proletário pelo crítico Luís Bueno (2006), veremos no próximo capítulo como essa

obra se afasta do discurso partidário de Jorge Amado. A produção de José Lins do Rego está próxima do realismo francês do século XIX, não do soviético no século XX.

O realismo francês<sup>9</sup> teve como principais representantes os escritores Balzac (1799-1850) e Stendhal (1783-1842) e desenvolveu-se a partir do longo processo que marca a afirmação da classe burguesa na França. Auerbach (1987) chama nossa atenção para a importância da figura de Julien Sorel, de *O vermelho e o negro*, de Stendhal: “O fato de encaixar de forma tão fundamental e consequente a existência tragicamente concebida de um ser humano de tão baixa extração social, como aqui a de Julien Sorel, na mais concreta história da época, e de desenvolvê-la a partir dela, constitui um fenômeno totalmente novo e extremamente importante” (AUERBACH, 1987, p. 408). Segundo Bakhtin (1988), até o século XVIII a forma da literatura clássica (épica) só tomava para si personagens socialmente elevados (deuses, reis, cavaleiros); é justamente com o advento do romance moderno que personagens de outros segmentos sociais entram em cena. A ampliação da representação do homem na literatura ocorre com a ascensão da burguesia.

A questão da representação da realidade, a *mimésis*, contudo, tem raízes na antiguidade, sendo um conceito capital na *Póetica* de Aristóteles. Segundo Aristóteles, como o poeta imita as coisas do mundo, a *mimesis* (a representação) implica na captura de uma referência externa e ao voltar-se para ela, o poeta tem três possibilidades: “ou imita as coisas como eram ou são (na realidade presente ou passada); ou como os outros dizem que são e elas parecem ser (na opinião pública); ou como elas deveriam ser (situação ideal)”. (COSTA, 1992, p. 52-53). Assim, a imitação é criadora de uma nova realidade – a ficcional.

A *mimésis* permanece um conceito vivo e isso pode ser confirmado com uma breve análise de obras contemporâneas, tanto na literatura quanto no cinema, onde se destaca o que o crítico inglês James Wood chama de “realismo comercial”: “o realismo comercial monopolizou o mercado e se tornou a marca literária mais poderosa”, assim, o cinema é o lugar “de onde a maioria das pessoas, hoje em dia, extrai a ideia do que é uma narrativa 'realista’” (WOOD, 2011, p. 198; 199).

Compagnon nos lembra que a insistência dos estudos literários em rejeitar a representação da realidade tem resultado num efeito contrário: quanto mais negada, mais ela

---

9 Anterior ao realismo francês, contudo, já temos o “realismo formal” que encontrou nas transformações históricas, sociais e econômicas da Revolução Industrial na Inglaterra, as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Valores tradicionais como religião e família, em uma cidade como Londres, foram substituídos pelo valor econômico e as relações sociais totalmente modificadas, tais aspectos contribuíram decididamente para uma reestruturação da representação da personagem como uma figura subjetiva e individualizada, recebendo inclusive nome próprio comum. Sobre as questões que o emprego de nome próprio nas personagens suscita ver os artigos de Watt (1990) e Gallagher (2009).

permanece como objeto de discussão. Ele nos oferece ainda uma solução conciliadora (com o qual concordamos) das duas teses conflitantes sobre a *mimesis*:

Examinei até aqui as duas teses extremas sobre as relações entre literatura e realidade. Relembro-as, cada uma, por uma frase: segundo a tradição aristotélica, humanista, clássica, realista, naturalista e mesmo marxista, a literatura tem por finalidade representar a realidade, e ela o faz com certa conveniência; segundo a tradição moderna e a teoria literária, a referência é uma ilusão, e a literatura não fala de outra coisa senão de literatura. (p. 111).

(...) o fato de a literatura falar da literatura não impede que ela fale também do mundo. Afinal de contas, se o ser humano desenvolveu suas faculdades de linguagem, é para tratar de coisas que não são da ordem da linguagem. (p. 123).

(COMPAGNON, 2010, p. 111; 123).

Desse modo, a literatura se baseia numa “imitação criadora” do mundo, atestando a “autonomia da literatura em relação à realidade” (COMPAGNON, 2010, p. 95). E mesmo quando indícios de referencialidade histórica em uma obra possam confundir o leitor, essa autonomia torna-se inegável diante do reconhecimento dos limites do personagem de um romance. O fato é que “as personagens, como seres textuais, são sempre limitadas” (GALLAGHER, 2009, p. 654) e a “acessibilidade à vida interior [das personagens] é sinal evidente de que nos achamos diante de uma personagem ficcional”. (GALLAGHER, 2009, p. 651-652).

Fora isto, entendemos que a maioria dos estudos literários relutam em se debruçar sobre uma produção literária que soma engajamento e realismo. Aliás, como diz Compagnon (2010), o realismo é “a ovelha negra” dos estudos literários. E nós acrescentamos aqui o engajamento político.

## 2 RESPOSTAS DE JOSÉ LINS DO REGO

### 2.1 As figurações do eu e as figurações do outro no ciclo da cana-de-açúcar (1932-1943)

Em um ritmo quase ininterrupto de produção literária, José Lins do Rego Cavalcanti, ou simplesmente José Lins do Rego como ele preferiu assinar, publicou doze romances ao longo da sua vida<sup>10</sup>: *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936), *Pureza* (1937), *Pedra Bonita* (1938), *Riacho Doce* (1939), *Água-mãe* (1941), *Fogo Morto* (1943), *Eurídice* (1947) e *Cangaceiros* (1953).

Peregrino Júnior divide a obra do romancista paraibano em três ciclos: 1) **ciclo da cana-de-açúcar** que compreende os cinco primeiros romances de José Lins – *Menino de engenho*, *Doidinho*, *Banguê*, *O Moleque Ricardo*, *Usina* – e *Fogo Morto*; 2) **ciclo do lirismo erótico**, formado por *Pureza*, *Água-mãe*, *Eurídice*, e *Riacho Doce*; e 3) **ciclo do cangaço**, com os romances *Pedra Bonita* e *Cangaceiros*.

O crítico José Aderaldo Castello sugere outra divisão pois considera que *O Moleque Ricardo* não faz parte do ciclo da cana-de-açúcar, classificando esse romance como *independente*. Na classificação de José Aderaldo as obras foram distribuídas da seguinte forma: 1) **ciclo da cana-de-açúcar** – *Menino de engenho*, *Doidinho*, *Banguê*, *Usina* e *Fogo Morto*; 2) **ciclo do cangaço** – *Pedra Bonita* e *Cangaceiros*; e 3) **obras independentes** – *O Moleque Ricardo*, *Pureza*, *Água-mãe*, *Eurídice*, e *Riacho Doce*.

Ficaremos aqui com a classificação de Peregrino Júnior, em primeiro lugar porque o próprio José Lins incluiu *O Moleque Ricardo* no ciclo da cana-de-açúcar e, em segundo, porque compreendemos que embora a temática desse romance esteja na cidade, no operário e nas greves, a presença do campo é constante. As lembranças das práticas econômicas e socioculturais do engenho chegam a Ricardo em oposição e comparação às da cidade. Além disso, o moleque Ricardo é personagem secundário nos outros romances do ciclo e retorna ao engenho em *Usina*, ou seja, a compreensão desse personagem pode ser refinada com a leitura do conjunto de romances que forma o ciclo da cana-de-açúcar.

Com *Usina* termina a série que chamei um tanto enfaticamente de “ciclo da cana-de-açúcar”. A história desse livro é bem simples – comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. (...) Mas, o mundo do Santa Rosa não era só Carlos de Melo. Ao lado dos meninos de engenho havia os que nem nome de menino podiam usar, os chamados “moleques da bagaceira”, os Ricardos. (REGO, 1980a, p. 3).

Outra questão é que a própria fuga de Ricardo para a cidade pode ser encarada como uma faceta do mundo rural, pois campo e cidade se relacionam, falar de um não significa

10 Lins do Rego atuou também como jornalista, cronista e memorialista.

excluir o outro. *Doidinho* também leva seu protagonista para uma cidade. O personagem Carlinhos vai estudar num colégio interno em Itabaiana – uma cidade menor que Recife –, e apresenta outras aflições que não o engenho, mas, nem por isso, cogita-se retirar *Doidinho* do ciclo da cana-de-açúcar. Como lembrou Mário de Andrade, “Lins do Rego é desse gênero de artista cuja obra só adquire toda a sua significação em seu conjunto e, com pequenas variações de valor, muito dependentes dos gostos pessoais de quem lê, se conserva toda dentro da mesma grandeza moral”. (ANDRADE, 1956, p. 7).

Rachel de Queiroz, por ocasião do 40º aniversário de *Menino de engenho*, lembrou que a ideia de um ciclo da cana-de-açúcar foi sugerida pelos críticos e que José Lins “se submeteu à aparente rotulagem, lisonjeado como fica todo artista criador quando atribuem um sistema, uma ideologia diretora” a sua obra. (QUEIROZ, 2010, p. 19). E José Lins adotou-o por um longo tempo, mas aboliu-o nas reedições dos romances a partir de 1943. Talvez o autor tenha abolido a expressão porque ela parecia remeter a um sentido documental, sempre apontado por alguns críticos. O caráter de *documento*, com o tempo, passou a incomodar o romancista.

O exemplo mais evidente dessa evolução gradativa da consciência regionalista pode ser encontrado em José Lins do Rego, de todos os escritores nordestinos o que mais intimamente partilhou o projeto cultural de Gilberto Freyre. No seu “ciclo da cana-de-açúcar”, de *Menino de engenho* (1932) a *Fogo morto* (1943), constata-se a passagem de um enfoque nostálgico, idealizante, da sociedade patriarcal canavieira, para o retrato trágico e pungente de seu desmoronamento. (ALMEIDA, 1980, p. 324).

Entre 1932 e 1936, José Lins dedicou-se ininterruptamente a contar a história do engenho Santa Rosa e considerou sua tarefa concluída com a publicação de *Usina* (1936), como vimos na nota a 1ª edição do romance. A partir daí, sua geografia e sua temática percorreram o sertão, e mesmo outros estados como Alagoas, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 1943, contudo, voltou ao ciclo da cana-de-açúcar com o romance *Fogo Morto*, retomando e aprofundando a história do engenho Santa Fé e seus moradores. *Fogo Morto* revela um grande amadurecimento do tema e da narrativa de José Lins, tendo sido elogiado por diversos críticos.

A grande realização de José Lins do Rego em *Fogo morto* está em ter conseguido projetar a imagem de uma vivência coletiva através do destino individual de alguns poucos personagens, sem que isso implique esquematismo psicológico ou qualquer gênero de deformação caricatural. O social não se constitui em detrimento do existencial: ao contrário esses dois aspectos da realidade humana realimentam-se mutuamente fazendo com que *Fogo morto*, apesar de profunda e radicalmente regionalista, se torne também um dos romances da literatura brasileira mais universais no seu significado. (ALMEIDA, 1980, p. 215-216).

O acadêmico Josué Montello, em palestra na ABL, lembra a importância deste romance nos seguintes termos:

Há um momento em que a obra de José Lins do Rego alcança o seu ponto culminante, que é a publicação de *Fogo morto*. Este é de fato o grande romance, tão importante para a nossa literatura quanto é *Dom Casmurro*, *Os sertões* e qualquer uma das obras fundamentais da literatura brasileira, porque é representativo de uma técnica, de um processo narrativo e,

sobretudo, da capacidade de exprimir-se, dando a autenticidade que faz com que a literatura dele não se confunda com a literatura de seus contemporâneos. O que ele realiza é da mais perfeita significação intelectual para a compreensão da nossa evolução. (MONTELLO, 2001, *site*).

Consideramos que *Fogo morto* põe em cheque a afirmação de alguns críticos de que José Lins era apenas um bom narrador e um memorialista, menosprezando sua capacidade criativa e técnica como escritor. José Maurício ainda observa que o coronel José Paulino é retratado de forma diferente nesse romance, “como se José Lins do Rego desejasse corrigir aqui um pouco da perspectiva idealizante com que o personagem é focalizado no romance de estreia”. Se a lembrança da autoridade do avô era inspiradora para Carlinhos; no trabalhador José Amaro, os gritos do coronel Zé Paulino deixaram marcas dolorosas e despertou um ódio feroz. Assim, José Lins “talvez quisesse apenas mostrar o quanto a realidade pode mudar, quando muda o ponto de vista” (ALMEIDA, 1980, p. 192). Esse é um dos momentos em que identificamos a capacidade do escritor em dar voz ao outro, exercitando-se na tarefa de criar uma figuração do *outro*. A figuração do *eu* do escritor está bastante clara no personagem Carlos de Melo, onde encontramos pontos de contato entre o autor e seu personagem, tais como a perda precoce da mãe, a infância no engenho do avô, a formação em Direito. Essa aproximação estará mais evidente em 1956, quando José Lins publica *Meus Verdes Anos*, sua autobiografia. Segundo Wilson Martins, a autobiografia “explica' *Menino de engenho* (e, em grande parte, todo o ciclo da cana-de-açúcar)”. (MARTINS, 1977, p. 273).

Para além da questão da memória, a proximidade de José Lins com o movimento regionalista ainda nos anos 20 deve ter contribuído para a qualidade de *documento* que seus romances adquiriu diante dos olhos de alguns críticos. Não é por acaso que José Maurício Gomes de Almeida (1980), chamará José Lins de “o herdeiro do movimento regionalista”. (ALMEIDA, 1980, p. 183).

Devido talvez à estreita ligação com Gilberto Freyre e à participação ativa que teve, ao lado dele, no movimento intelectual dos anos 20, José Lins do Rego assimila à sua obra, mais do que qualquer outro escritor nordestino, o espírito do regionalismo e a visão estético cultural defendida pelo autor de *Casa-grande & senzala*. Com José Lins do Rego o regionalismo torna-se objetivo conscientemente definido e buscado de forma sistemática. (ALMEIDA, 1980, p. 183).

Os comentários do próprio Gilberto Freyre contribuem para a identificação da obra de José Lins (e dos demais romancistas nordestinos de 30) com um documento social da realidade brasileira. Embora o sociólogo, diante do ponto de vista da sua profissão, fizesse um elogio a literatura de José Lins, críticos propriamente literários verão nisso uma marca inferior. Em 1936, Freyre faz o seguinte comentário na revista *Lanterna Verde*:

O que principalmente *passou a caracterizar o romance novo foi o seu tom de reportagem social e quase sociológica; a sua qualidade de documento; as evidências que reuniu de vida esmagada, machucada, deformada por influências de natureza principalmente econômica; os*

seus transbordamentos políticos. Tal o caso dos romances de Jorge Amado (...). O caso, até certo ponto, dos romances de José Lins do Rego, de Graciliano Ramos, de José Américo de Almeida, de Rachel de Queiroz – formidável documentação de vida regional, do maior interesse sociológico e até político, e suprimindo a falta de inquéritos, sondagens, pesquisas sistematizadas. *Quase nada nesses “romances” é obra de ficção: apenas os disfarces; apenas a deformação para efeitos artísticos*, sentimentais ou, em certos casos, políticos. (FREYRE *apud* BUENO, 2006, p. 207-208, *grifos nossos*).

Ao colocar “romances” entre aspas, Freyre indica não reconhecer a qualidade ficcional dessas obras, o que há de literatura nelas ele chama de *disfarces* e *deformação*. Para Freyre, são obras baseadas na memória e no cotidiano desses escritores, mas não na literatura. No entanto, esses romances apresentam uma paisagem muito conhecida dos conterrâneos e contemporâneos dos romancistas nordestinos e, à medida que seus pares os leem, encontram elementos que despertam suas memórias. É bastante provável que ao ler *Menino de engenho*, por exemplo, muitos leitores tenham se reconhecido ali e, mais do que as memórias do autor do romance, reviveram as suas próprias lembranças. Assim, esbarramos na subjetividade do autor e na nossa própria subjetividade interpretativa enquanto leitores.

No entanto, mesmo levando em consideração que José Lins tenha utilizado suas memórias como matéria-prima de suas produções literárias, não podemos caracterizá-las como *documentos*. O chamado disfarce lembrado por Freyre mostra que os romancistas nordestinos de 30 não desprezam a imaginação, ao contrário, deformar a realidade é justamente atribuição de uma obra ficcional. Esses romancistas não vetaram o ficcional, como Rampazzo<sup>11</sup> erroneamente afirmou.

Além disso, devemos lembrar aqui que os relatos autobiográficos se confundem com os autoficcionais. O francês Lejeune estabelece uma classificação rígida para a distinção dessas categorias, pois a “autobiografia não é um jogo de adivinhação” (LEJEUNE, 2008, p. 26). Segundo o pesquisador, o critério básico para um texto ser autobiográfico é a identificação entre autor/narrador/personagem, sendo, portanto, um relato assumido e assinado pelo escritor através do seu nome próprio. Dessa forma, textos que insinuem cunho autobiográfico, mas não tenham a identidade entre a assinatura do nome próprio do escritor como autor, e o nome do narrador e do protagonista da história, não podem ser considerados autobiográficos. Essa relação é o princípio básico do denominado *pacto autobiográfico*, estabelecido entre o autor e leitor.

Podemos classificar algumas obras de José Lins, como *Menino de engenho*, como um *romance autobiográfico*, no qual, segundo Lejeune, é o leitor que estabelece as semelhanças

---

11 [O aspecto importante do romance de 30], “é o seu caráter documental, que despreza a imaginação e veta o ficcional” (RAMPAZZO, 1983, p. 178).

entre obra e vida, biografia e ficção.

Chamo assim todos os textos de ficção em que o leitor pode ter razões de suspeitar, a partir das semelhanças que acredita ver, que haja identidade entre autor e personagem, mas que o autor escolheu negar essa identidade ou, pelo menos, não afirmá-la. (...) ele se define por seu conteúdo. À diferença da autobiografia, ele comporta graus. (LEJEUNE, 2008, p. 25-26).

José Lins ganhou o título de memorialista muito cedo, mas foi só em 1956, quando ele publicou sua autobiografia *Meus Verdes Anos*, que o leitor pôde traçar um paralelo com o romance *Menino de Engenho*, no exercício de aproximar autor e personagem. Mas não podemos menosprezar o tempo que afasta as duas produções: são 24 anos! Isso nos permite pelo menos uma grande dúvida: *Meus Verdes Anos* está apoiado nas memórias do autor sobre o tempo vivido da infância ou será que, decorrido tanto tempo, ela já não se apoia nas memórias que ele ficcionalizou no romance autobiográfico, *Menino de Engenho*?

E em livros de memórias *procurei reter tudo o que ainda me resta daquela “aurora”* (...). Fiz livro de memória, com a matéria retida pela engrenagem que a natureza me deu. *Pode ser que me escape a legitimidade de um nome ou de uma data. Mas me ficou a realidade do acontecido como o grão na terra.* A sorte está em que a semente não apodreça na cova e que o fato não tenha o pobre brilho do fogo-factuo. É tudo o que espero *dos “verdes anos” que se foram no tempo, mas que ainda se fixam no escritor que tanto se alimenta de suas substâncias.* (REGO, 1956, p. 5-6, grifos nossos).

Nessa nota a edição de *Meus Verdes Anos*, José Lins reconhece as limitações de seu projeto autobiográfico e reconhece que sua infância é matéria que o alimenta enquanto ser humano, em primeiro lugar, e enquanto escritor, em segundo. O que confirma a sentença de Martins sobre José Lins: “o livro de memórias proporciona a chave para a interpretação do romancista e mostra até que ponto ele empenhou na literatura a sua substância de homem”. (MARTINS, 1977, p. 273). No entanto, sentença semelhante é feita por estudiosos na análise das autobiografias de Jorge Amado e Graciliano Ramos, sem diminuir a importância dos mesmos como escritores.

Lima (2008) observa que em *O menino grapiúna* (1981), Jorge Amado cria uma espécie de *mito de origem* como autor:

Rapazola, meu pai abandonara a cidade sergipana de Estância, civilizada e decadente, para a aventura do desbravamento do sul da Bahia, para implantar, com tantos outros participantes da saga desmedida, a civilização do cacau, forjar a nação grapiúna. (AMADO *apud* LIMA, 2008, p. 3).

O trecho acima traz um sentido de aventura muito próximo do que encontramos em *Terras do Sem Fim* (1943), romance no qual Jorge Amado conta a história de uma “terra adubada com sangue”, onde a narrativa é rica em lutas pela conquista da terra e pelo enriquecimento através da produção de cacau no sul da Bahia. O escritor afirmou em nota a edição de *São Jorge dos Ilhéus* (1944):

É verdade este romance [São Jorge dos Ilhéus] e o anterior, “Terras do Sem Fim”, formam uma única história: a das terras do cacau no sul da Bahia. Nesses dois livros tentei fixar, com imparcialidade e paixão, o drama da economia cacauzeira, a conquista da terra pelos coronéis feudais no princípio do século, a passagem das terras para as mãos ávidas dos exportadores nos dias de ontem. E se o drama da conquista feudal é épico e o da conquista imperialista é apenas mesquinho, não cabe a culpa ao romancista. Diz Joaquim que a etapa que está por vir

será plena de heroísmo, beleza e poesia, e eu o creio. (AMADO, 1974e, p.v)

Acreditamos que o ciclo do cacau<sup>12</sup> de Jorge Amado pode ter sido inspirado no ciclo da cana-de-açúcar, de José Lins. Embora os senhores dos engenhos e das fazendas de cacau sejam igualmente chamados pelos romancistas de “senhores feudais”, as bases de seu poder diferem e também não tem relação ao regime feudal.

Em primeiro lugar, o senhor de engenho vem de uma tradição mais antiga, muitas terras lhes foram concedidas pela coroa portuguesa já no período colonial. Já o senhor de uma fazenda de cacau, em geral, é um homem que ascendeu socialmente com muito trabalho e com muitas injustiças também. Senhores poderosos como o personagem coronel Horácio (*Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus*) começaram a vida como tropeiros, alguns foram pequenos lavradores.

Quanto a aproximação desses senhores (do engenho e do cacau) com o senhor feudal, alguns historiadores apontam que a escravidão e sua adaptação e continuidade depois do 13 de maio de 1888, criou semelhanças com o regime feudal europeu. Surgem no Brasil vários sistemas de exploração: a meação, o arrendamento, a prestação de serviços gratuitos, “em troca do uso de pequenas porções de terras etc (...) que alguns autores confundiram com relações do tipo feudal”. (ANDRADE, 1991, p. 9). Gilberto Freyre, foi um desses intelectuais: “A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal” (FREYRE, 1980, p. 66). No entanto, como aponta Queiroz, a escravidão americana é um fenômeno original e particular, imposto pelo sistema capitalista vigente na Época moderna. É próprio da modernidade e não tem nada do regime medieval europeu. (QUEIROZ, 1987, p. 7). Dessa maneira, o “feudalismo brasileiro” foi um erro de interpretação histórica que também alcançou alguns romancistas.

Já o título de *coronel*, segundo Andrade, era atribuído pela população aos grandes proprietários de terra pelo interior do Brasil, mas a origem da denominação “deriva do fato de os grandes proprietários terem recebido títulos de coronel de milícias, no período colonial, e de coronel da guarda nacional, no período imperial e na Primeira república”. (ANDRADE, 1991, p. 78).

Voltando a análise de *O menino grapiúna*, nesta autobiografia, Jorge Amado nos apresenta seu pai como um desses coronéis desbravadores: “Desbravador de terras, meu pai erguera sua casa mais além de Ferradas, povoado do jovem município de Itabuna, plantara

---

12 *Cacau* (1933) é o primeiro romance de Jorge Amado sobre esse tema. Depois de *Terras do Sem Fim e São Jorge de Ilhéus* outros romances voltarão a esse ciclo, como por exemplo, *Gabriela, cravo e canela* (1958).

cacau, a riqueza do mundo. Na época das grandes lutas”. (AMADO *apud* LIMA, 2008, p. 5). E o trecho a seguir nos remete justamente as “terras adubadas com sangue” de *Terras do Sem Fim*:

A luta pela posse das matas, terra de ninguém, se alastrava nas tocaias, nas trincas políticas, nos encontros de jagunços no sul do Estado da Bahia; negociavam-se animais, armas e a vida humana. (...) As cruzeiras demarcavam os caminhos do alardeado progresso da região, os cadáveres estrumavam os cacauais. (AMADO *apud* LIMA, 2008, p. 5).

Jorge Amado guardou dessa época impressões muito fortes mas de episódios que nem sempre foram vividos por ele próprio, como o episódio em que seu pai escapou com vida de uma tocaia, sabido através de sua mãe: “De tanto ouvir minha mãe contar, a cena se tornou real como se eu houvesse guardado memória do acontecido” (AMADO *apud* LIMA, 2008, p. 5). Talvez por isso, no final de *Terras do Sem Fim*, Amado destaca um menino que assistia ao julgamento do poderoso coronel Horácio Silveira, insinuando ao leitor que se tratava dele próprio: “Um menino, que anos depois iria escrever as histórias dessa terra, foi chamado por um meirinho para sacar da urna o nome dos cidadãos que iriam constituir o conselho de sentença”, e ainda “o menino se levantara para vê-lo melhor [o coronel Horácio] e o encontrou soberbo, jamais o esqueceria”. (AMADO, 1973, p. 268; 269).

Álvaro Lins, ao abordar *Infância* (1945), de Graciliano, também reconheceu nas memórias do romancista aspectos de seus livros:

...é em *Infância* que poderemos encontrar a significação de *S. Bernardo* e *Angústia*. As memórias da vida real explicam o mundo de ficção do romancista. (...) O Sr. Graciliano Ramos é um anti-sonhador por excelência; e deu à expressão das suas lembranças um caráter de intransigente realismo. (...) Pergunta-se: o que é rigorosamente real e o que é imaginado neste livro de memórias? A resposta não terá importância para o conhecimento psicológico do autor. (LINS, 1972, p. 20).

Desse modo, Álvaro Lins nos lembra que aquele que escreve está sempre na perspectiva do *agora*, do momento em que escreve/narra sua história, o que dá ao escritor/narrador um distanciamento temporal que lhe permite ficcionalizar a si mesmo enquanto personagem. Não podemos esquecer que escrever uma autobiografia pressupõe transformar a nós mesmos em personagem.

Um artista, ao deformar a vida, não mistifica a ninguém, apenas a si mesmo. Quando um artista traça a si próprio uma imagem – ela tem sempre autenticidade, se não a dos fatos, a da vida interior, que é a principal no caso. Ele realmente é o que imagina ter sido. (...) Para se definir e revelar há ainda que levar em conta o processo, o espírito de escolha do memorialista. Não lhe é possível narrar tudo o que aconteceu durante a infância, nem exprimir todas as impressões e sensações de menino. (...) Ao abandonar certos aspectos da infância, ao fixar-se em outros, o artista não o faz arbitrariamente, mas determinado pelas impressões que se prolongam nele, que o influenciaram, que marcaram depois os seus sentimentos, ideias e visões de adulto. (LINS, 1972, p. 20-21).

A seleção dos acontecimentos passados é um dos ingredientes que Pierre Bourdieu vislumbra como componente da “ilusão biográfica”. Segundo esse autor, além de selecionarmos, nós não temos como dar a uma narrativa biográfica, ou autobiográfica, a totalidade que os narradores afirmam conceder ao leitor. Além disso, ela também procura dar

conta de um “eu” projetado para o futuro, para a imagem que se desejar perpetuar de si mesmo. (BOURDIEU, 1998, p. 185). O autobiografado faz uso da melhor maquiagem, do seu melhor ângulo, e ao idealizar seu passado ficam evidentes os limites de seu projeto de contar a verdade sobre sua vida.

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja se conformar com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 1998, p. 185).

A escritora Rachel de Queiroz, que foi responsável pela tradução de alguns capítulos da autobiografia de Charles Chaplin (1965), afirmou que o livro revelava um Chaplin vaidoso e ofuscava o talento do artista. Desse trabalho, e também da leitura de outras autobiografias, Rachel concluiu que “Mesmo quando seu senso crítico é apurado, você acaba se traindo, principalmente quando a vaidade domina o tom de seus apontamentos” e o resultado é uma obra que dá a impressão de que o autor “quer se justificar das coisas que fez” produzindo “uma maquiagem do que foi”. (QUEIROZ *apud* NERY, 2002, p. 31).

É muito difícil em apontamentos para memórias ir a fundo na questão, no total desnudamento. *A ficção é muito mais reveladora.* A sua *memória* para as coisas vividas é sempre *seletiva*; e há coisas que acaba não contando, até porque tem que falar também dos outros que participaram dessas coisas vividas, junto com você. E como dá para ser imparcial num relato de memórias? É difícil. (...) *Tudo isso é melhor observado a partir da leitura dos poucos romances que escrevi, das crônicas publicadas nestes tantos anos de atuação literária.* O que tinha de ser dito está lá. *Acho desnecessário e redundante escrever memórias.* (QUEIROZ *apud* NERY, 2002, p. 31-32, *grifos nossos*).

As observações de Rachel são bastante oportunas para nossa discussão. Lembremos, antes, que apesar de considerar desnecessário e redundante escrever uma autobiografia, Rachel, assim como boa parte de nossos escritores, não resistiu a essa tentação. Escreveu uma autobiografia em parceria com sua irmã, Maria Luísa<sup>13</sup>. Mas, o importante aqui é que a fala de Rachel dá conta de várias questões sobre memória e imaginação: 1) narrar implica selecionar o que será contado; 2) selecionar implica em criar uma versão do vivido, significa criar um personagem para si próprio e 3) o melhor espaço para nos inventarmos enquanto personagens é na própria ficção, nela podemos nos contar sem receios, sem restrições.

Há, portanto, muito de ficcional na produção de memórias, mas também há algo de experiência vivida diluída na ficção. Em todos os homens e em todos os escritores, a memória do vivido é substância enriquecedora. Existe sempre um *referencial* no próprio escritor e isso não foi um privilégio de José Lins. Dessa maneira, as observações de Ivan Cavalcanti Proença sobre José Lins do Rego foram felizes.

Uma observação deve ser feita: a transposição de um fato real para o plano artístico não ocorre sem deformação. Quanto mais artística for a autobiografia, mais ela se afastará da

13 Em *Tantos Anos* (1998), Rachel conta partes de sua vida sob o estímulo de Maria Luísa. Há, no entanto, passagens em que Maria Luísa toma para si esse papel, completando ou mesmo acrescentando episódios a história de Rachel. E há outros em que a própria Maria Luísa não resistiu e se autobiografou no livro de memórias de sua irmã mais velha. Ver Peregrino, 2010.

factualidade do depoimento. É uma questão de grau de distorção da realidade, como também ocorre entre o jornalismo e a literatura. As fronteiras são ambíguas e dependem da óptica do crítico.

Em José Lins do Rego, a “memória” torna-se artística porque bem construída e o texto literário torna-se representativo de seu momento histórico também porque foi bem elaborado. Menos pela “sinceridade” do escritor e mais pela coerência de seu trabalho literário. (PROENÇA, 2010, p. 175).

Álvaro Lins também faz uma importante defesa de José Lins e o uso que o escritor faz da memória. Para esse crítico, a “imaginação é da memória mesma que nasce e se desenvolve” e afirma que não sabe “de ninguém que possa ter imaginado sem ter memória, lembrando a propósito que o ser mais dotado de capacidade imaginativa – o profeta – também se acha possuído de um dom espantoso de retenção do passado”. (LINS, 1980c, p. 245). Para Álvaro Lins, em José Lins do Rego a memória e a imaginação se apresentam juntas e inseparáveis; a memória não domina a imaginação. Mário de Andrade também se manifestou em defesa de José Lins afirmando estar claro que “Lins do Rego faz, antes de mais nada, arte, como ele mesmo proclamou. E da melhor arte”. Em artigo publicado em 1939, ele discorreu sobre a questão da memória na obra do romancista paraibano:

De José Lins do Rego já se disse que tem pouca invenção e vive preso às reminiscências de sua vida nordestina. Ora, inventar não significa tirar do nada e nem muito menos se deverá decidir que uma das onze mil virgens tocando urucungo montada num canguru em plenos Andes escoceses é mais inventado que descrever reminiscências de infância. Aliás, tudo em nós é de alguma forma reminiscência; e a invenção, se invenção justa e legítima não se prova pelo seu caráter exterior de imediatismo e sim pelo seu poder de escolha que, de todas as nossas lembranças e experiências sabe discernir nas mais essenciais, as mais ricas de caracterização e sugestividade. (ANDRADE, 1956, p. 8).

A insistência de alguns críticos em reduzir a obra desse escritor a um *documento social*, revelou-se um grande erro. Por todos esses aspectos, podemos reconhecer na obra de José Lins, desde *Menino de Engenho*, a exploração de temas intimistas sem prejuízo de sua preocupação social e do seu exercício de dar voz ao outro<sup>14</sup>.

José Lins do Rego ao comentar a criação de seu personagem Vitorino Carneiro da Cunha, em nota à edição de *Fogo Morto*, mostra como memória e imaginação andam juntas em sua produção literária:

Muita gente me pergunta: este Vitorino Carneiro da Cunha existiu mesmo? Respondo que sim, que existiu um Vitorino Carneiro da Cunha. E para me certificar da minha afirmação *eu passo a comparar e analiso as duas criaturas, a de carne e osso e a de ficção, a que minha imaginação produziu em conluio com a memória.*

O que recobrou da realidade e o que acrescentara à realidade? Eu mesmo não sei dizer com segurança.

As semelhanças do personagem do romance com o personagem que viveu podem não corresponder à verdade, mas *são aquelas realidades que é mais do que o real.* (REGO, 1984, p. 5-6, *grifos nossos*).

Para o escritor o importante não é corresponder fielmente a verdade histórica, “de carne e osso”, da figura que existiu, pois ele criou uma outra verdade, a verdade ficcional e a

<sup>14</sup> Da segunda metade do século XX aos nossos dias assistimos a um *boom* da memória (em autobiografias, biografias e romances autobiográficos e também em redes sociais) e, principalmente, do desejo de conhecer o outro, tão presente na sociedade do espetáculo. Temos o impulso de contar a própria vida, somado ao de conhecer e consumir a vida do outro.

realidade criada pela imaginação tem peso maior.

Outro dado fundamental que pode ter justificado a qualificação de *documento* dada aos romances de José Lins é a marca da tradição oral que se faz presente em suas narrativas. Luís Bueno (2006) reconhece que o narrador protagonista dos primeiros livros do romancista (*Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê*), o personagem Carlos de Melo, tem como matrizes de narrador a velha Totonha e o seu avô, o Coronel José Paulino. A primeira representa a cultura popular, é uma contadora de histórias analfabeta, “sem um dente na boca” cuja ligação está com a tradição oral e cujo tema são as lendas. Já o segundo, é de uma cultura letrada, ainda que rude, e cujo conteúdo das narrativas versa sempre sobre acontecimentos que estão marcados histórica e geograficamente, como por exemplo, a passagem do Imperador pela vila do Pilar, cheias do rio Paraíba, secas e outros.

Não há dúvida. O primeiro grande exemplo de narrador para Carlos é o do contador popular que repete as velhas histórias e, numa marginalidade que é também independência pessoal, leva sua arte de porta em porta como os velhos jograis. *Aqui José Lins do Rego vai além de onde Gilberto Freyre fora no Manifesto Regionalista ao considerar a importância da cultura popular.* Mais do que salvar do esquecimento práticas populares (ou os “valores plebeus”), mais do que criar ambientes mais ou menos artificiais – coisa que os museus sempre são – para preservá-las, como restaurantes em que se vendessem as comidas tradicionais ou jardins portugueses em que se plantassem as espécies nativas ou já plenamente adaptadas, em *Menino de Engenho* a tradição é vista, através da velha Totonha, como matéria viva a alimentar as obras da cultura erudita. (BUENO, 2006, p. 153, *grifos nossos*).

E, uma vez lido *Meus Verdes Anos*, podemos reaplicar essa lógica, aproximando o personagem Carlos de seu autor, uma vez que ali também encontramos uma negra contadora de histórias (que não por acaso também se chama Totonha<sup>15</sup>) e reconhecemos a figura do avô do escritor, que também era um senhor de engenho, narrando causos para visitas, familiares e, em especial, para o então menino José Lins.

A nosso ver, José Lins do Rego realimenta a cultura popular através de sua técnica de narrativa. Se por um lado, Gilberto Freyre “arrumou a casa para a grande festa [do romance nordestino] de 30” e reconheceu na oralidade popular “uma fonte de expressão genuína” (PORTELLA, 1983a, p.144;145); por outro, verificamos que se o sociólogo tinha uma relação “de mestre e discípulo” com José Lins<sup>16</sup> (GIUCCI; LARRETA, 2007, p. 232) ela acabará, senão superada, ressignificada. Em carta à José Lins de 13 de agosto de 1924, Freyre observa: “Sinto em você influências minhas, não por macaqueação mas por plasticização, conservando você certo sabor selvagem de temperamento” (GIUCCI; LARRETA, 2007, p. 238-239). Também podemos identificar em José Lins um destacado papel na difusão das concepções do movimento regionalista. Provavelmente foi através dele que Graciliano Ramos, Rachel de

15 Em algumas publicações o nome aparece sob a grafia de Totônia.

16 O deslumbramento intelectual de José Lins pelo então recém-chegado ao Recife, Gilberto Freyre, foi tão grande, que ele iniciou o projeto (nunca concluído) de elaboração de uma biografia do pernambucano. (GIUCCI; LARRETA, 2007, p. 238-239).

Queiroz, Jorge de Lima e outros, tomaram conhecimento do movimento regionalista, pois José Lins passa a fazer parte desse grupo em 1926, quando se muda para Maceió. Mais tarde, continuariam próximos no Rio de Janeiro para onde todos se mudariam na década de 30.

Se para Mário de Andrade a repetição recorrente nas narrativas de José Lins surge como um problema, pois “cada vez que uma personagem aparece, fazem com que ela pense as mesmas ideias já pensadas antes, e quase com as mesmas palavras” (ANDRADE *apud* TELES, 1983, p. 58); para Afonso Arinos, “a repetição em José Lins do Rego é natural e coerente com o gênero da sua narração. O estilo natural é como a natureza: ressurgente, renasce, continua” (ARINOS *apud* VILLAÇA, 1993, p. xxv). Para nós essa aproximação com a fala popular é enriquecedora e não prejudicial a obra de José Lins, como Wilson Martins fez crer:

Haverá, pois, daqui por diante, a tendência previsível de subestimá-lo [José Lins], assim como ele foi, indiscutivelmente, superestimado [em sua época]. (...) esses livros de tanto sucesso suportam dificilmente a releitura; relê-los será, forçosamente, reavaliá-los – e reavaliá-los será forçosamente, em nossos dias, tirar-lhes, e não acrescentar-lhes valor. (MARTINS, 1977, p. 275).

Todas as considerações feitas até aqui contrariam esta sentença de Martins. Rer ler as obras dos romancistas nordestinos de 30 deu-nos a oportunidade de reconhecer valores já existentes e acrescentar outros, que hoje podemos perceber. O fato de que José Lins foi um sucesso de público em sua época e colaborou para a ampliação do público leitor nacional não significou que sua obra fosse inferior alcançando um leitor rude, ao contrário:

(...) o romancista do Nordeste soube utilizar uma linguagem coloquial que, a despeito dos regionalismos, *se manteve dentro de uma norma culta, panbrasileira, de fácil entendimento*. Além de ter manejado técnicas da narrativa tradicional, sem complicações estruturais, claramente seguidas pelo leitor (...). Ajunte-se a isso a temática, bem brasileira e viva, atual, como o caso das secas e, em consequência, o banditismo e o messianismo e, ainda, os problemas agrários e humanos que foram objeto dos romancistas. (PORTELLA *apud* TELES, 1983, p. 70).

Em 12 de dezembro de 1956, José Lins do Rego tornou-se acadêmico. Seu discurso de posse<sup>17</sup> na Academia Brasileira de Letras começou assim: “Aqui estou sem ter feito uma caminhada de aventuras. (...). A Academia não me foi uma ideia fixa, um posto a conquistar com todo o meu sangue. E nem vendi a alma ao demônio para obter a vossa imortalidade”. Em seguida, o romancista responde às críticas que recebeu:

Chego a esta Casa sem arrependimentos pelo que fiz nem temor de falar como sempre falei, com a língua solta que Deus me deu. Estou certo de que a Academia não restringirá os meus surtos, as minhas palavras. Trago ao convívio de doutos e mestres a simplicidade de um falar ligado ao povo. Não me complicarão a sintaxe a presença de sábios e os rigores dos que manejam o estilo. Tenho para mim que a função essencial da nossa Academia é de ser menos de polícia do que de ligação entre as gerações. O espírito acadêmico não deve agir como um livro rígido de bem-dizer. As gerações não falam e não comem pela mesma boca. (REGO, 1956, *site*).

Ao apresentar-se de forma tão firme, José Lins defende sua técnica de escritor e critica a rigidez da Academia, lembrando a casa de Machado de Assis que o convencional deve ser o

17 O Discurso de Posse de José Lins na ABL consta no site da instituição e foi acessado em 14 de janeiro de 2013: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=12297&sid=256>

seu exterior, a “farda, espada, chapéu de dois bicos, tudo isto é a sua superfície. Para se eternizar, para chegar à verdadeira imortalidade, tem que fazer como os próprios deuses, que tiveram naturezas humanas”. (REGO, 1956, *site*). Sem dúvida, o romancista paraibano foi bem-sucedido em sua tarefa. Ainda que sob certos aspectos ele tenha olhado a senzala sob o ponto de vista da casa-grande, ou seja, de sua posição social, ele não se esquivou do exercício de falar e dar voz ao outro.

### 2.1.1 *Banguê* (1934), *O Moleque Ricardo* (1935), *Água-mãe* (1941) e *Eurídice* (1947): entre política, realidade e ficção

Em alguns de seus romances, José Lins trouxe a discussão sobre o engajamento do escritor, a filiação política, a criação literária e o embate entre realidade e ficção. Analisaremos aqui algumas passagens de *Banguê* (1934) e *O Moleque Ricardo* (1935), que fazem parte do ciclo da cana-de-açúcar, e ainda de *Água-mãe* (1941) e *Eurídice* (1947), romances considerados independentes do ciclo, mas que apresentam questões pertinentes para nosso estudo.

#### *Banguê* (1934)

Carlinhos, mais tarde Carlos de Melo, é o personagem principal dos três primeiros romances do escritor paraibano José Lins do Rego (1901-1957). *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933) e *Banguê* (1934), respectivamente, trazem a infância, a adolescência e a maturidade do personagem, revelando em conjunto sua trajetória de vida. Não se trata de uma trajetória linear, evolutiva; mas sim de fases que trazem consigo as incertezas, aflições e alegrias que lhe cabem. Para chegarmos ao escritor Carlos de Melo de *Banguê* é interessante passar por sua formação intelectual, apresentada nos primeiros livros. Dessa forma, proponho a identificação dos elementos que apontam as leituras de mundo, o contato e a importância do letramento na formação do narrador e personagem principal desses romances, a fim de mapear e analisar sua relação com o mundo das letras.

Em *Menino de Engenho*, Rego nos apresenta um narrador nostálgico, que se volta para seus dias de infância. Esse narrador não nos diz em que tempo ele está, nem porquê conta sua história ou para quem conta. O fato é que o romance começa apresentando o fim trágico da família primeira de Carlinhos: um marido enfurecido mata a esposa. Carlinhos é então levado para a casa do avô materno, o coronel Zé Paulino, velho senhor de engenho. No engenho Santa Rosa passa o resto de sua infância até ser mandado para o colégio interno, quando

termina o romance.

No Santa Rosa, Carlinhos fica sob os cuidados de sua Tia Maria, filha mais nova de Zé Paulino. É Maria que, após chamar a atenção do sobrinho por andar vadiando pelo engenho com os moleques, inicia-o no mundo das letras: “Para a semana vou começar a lhe ensinar as letras”. (REGO, 1986, p. 56). Nesse contexto, a iniciação à leitura é antes de tudo uma medida disciplinar coercitiva, que fica na memória de Carlinhos como “um martírio bem difícil de vencer”, pois as letras não entravam na sua cabeça. (REGO, 1986, p. 60).

Depois da carta de *abc*, na casa do dr. Figueiredo e de sua esposa, D. Judite, Carlinhos dá um novo passo na sua formação intelectual e humana. Entre as lições e a paixão silenciosa pela professora, percebe o sofrimento matrimonial de sua mestra que apanha do marido. O silêncio cruel daquela agressão aparece na narrativa revelando a sensibilidade do menino. Mais tarde tem um novo mestre, o Professor Zé Guedes, com quem Carlinhos aprende mais lições sobre as mulheres do que sobre as letras. Carlinhos ainda vai para uma escola perto do engenho, mas ali, era tratado com privilégios, não apanhava como os outros meninos porque era filho do importante coronel. (REGO, 1986, p. 76-78).

Com o casamento da Tia Maria e as aventuras amorosas e precoces de Carlinhos, o colégio interno figura como solução: “Recorriam ao colégio como a uma casa de correção. Abandonavam-se em desleixos para com os filhos, pensando corrigi-los no castigo dos internatos”. (REGO, 1986, p. 164). Era a anunciação do próximo romance, *Doidinho*, apresentará justamente a chegada de Carlinhos ao colégio. *Menino de Engenho* termina justamente com a ida do nosso protagonista para o colégio interno, dirigido pelo Professor Maciel.

Em *Doidinho*, a posição privilegiada de Carlinhos é ofuscada, ele, enfim, conhece a palmatória: “Agora não havia mais disso [os privilégios]. Era somente um Carlos de Melo como os outros” (REGO, 1998, p. 7). Mas no Instituto Nossa Senhora do Carmo, em Itabaiana, os apelidos chegavam logo. Todos tinham o seu (Coruja, Pão-duro, Papa-figo, etc) e Carlinhos passa a ser chamado de Doidinho. O apelido deveu-se a fragilidade de sua saúde e a sua herança hereditária: seu pai estava internado num hospital psiquiátrico, fora considerado louco após matar a esposa.

Como observa Antônio Carlos Villaça, a “opção de Doidinho pela cultura letrada é difícil, é marcada pelas hesitações, pelo sofrimento”.(REGO, 1998, p. xviii). A sensação de prisão é constante no colégio do Professor Maciel, onde as palmatórias são rotinas após as lições de leituras: “Acordar à hora certa, comer à hora certa, dormir à hora certa. E aquele homem impiedoso para tomar lições, para ensinar à custa do ferrão o que eu não sabia”

(REGO, 1998, p. 7).

No ambiente autoritário do colégio, Carlinhos gagueja, erra as lições, toma bolos, manda carta ao avô denunciando os abusos do mestre Maciel, mas, no decorrer da narrativa a experiência da prática dos livros de leitura vai se transformando:

Era um pedaço da *Seleta clássica*, que até me divertia. Lá vinha o Paquequer rolando de cascata em cascata, do trecho de José de Alencar. (...) A 'Queimada' de Castro Alves e o "há dois mil anos te mandei meu grito" das 'Vozes da África'. (...) Esses trechos da *Seleta clássica*, de tão repetidos, já ficaram íntimos da minha memória. (REGO, 1998, p. 15).

Lajolo; Zilberman (1996) chamam nossa atenção para a presença da literatura no currículo escolar, lembrando-nos que "as seletas do final do século começam a dar lugar ao escritor nacional". No entanto, ao historicizar a formação do leitor no Brasil, as autoras confirmam a forte influência de literaturas estrangeiras, a portuguesa, a princípio, a francesa, em particular, mas também a inglesa e a italiana. O italiano *Cuore*, de Edmondo De Amicis, obra da 2ª metade do século XIX, torna-se popular no Brasil e é também citada em *Doidinho*. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 203; 225).

A *Seleta clássica* era cheia de discursos, de versos. Mas o *Coração* estremecia a nossa sensibilidade de meninos, nos interessava naqueles conflitos que eram os nossos. Este livro de tanto amor à Itália me fez amar aos que eu não conhecia, aos estranhos, aos meninos sujos porque não tinham roupas limpas, aos heróis dos contos. A minha infância sem Júlio Verne e sem soldados de chumbo imaginou os seus heróis como eram os do *Coração*, os seus grandes homens, os que morriam pela pátria e os que davam a vida pelos pais. (REGO, 1998, p. 29).

Se por um lado há nostalgia nas narrativas de Carlinhos, há por outro a lembrança de uma prática de aprendizado obrigatória, repetitiva, maçante, reveladora da ineficiência do ensino escolar. Não é por acaso que em *Doidinho* há explícita referência ao romance de Raul Pompéia, *O Ateneu* (1888). A crítica à escola é constante, aquela "miniatura da grande sociedade" (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 157).

Ainda não falara no Grêmio Literário do colégio. Pagava cada aluno um tostão por semana. Faziam-se discursos, ou melhor, *decoravam-se os discursos de seu Maciel*. (...) Estes intérpretes dos talentos do diretor faziam uma *espécie de corte no colégio*. (...) O Grêmio Literário só servia para isto: *uma espécie de desabafo literário de seu Maciel*. (REGO, 1998, p. 131-132, *grifos nossos*).

No entanto, será o grêmio da escola que aproximará Carlinhos da realidade institucional da literatura, fazendo-o pensar na figura do poeta e do escritor e na produção literária propriamente. Mas, antes disso, Carlinhos vai descobrir ainda outras literaturas: as pornográficas, as de medicina, as históricas. (REGO, 1998, p. 92;117;126-127). Descobrirá ainda os bondes, o cinema, os telegramas. Fará seu primeiro bilhete amoroso, escrito para uma aluna externa do colégio, e a primeira descrição de uma paisagem, motivada pelas sessões do Grêmio Literário do colégio. Em *Doidinho* o narrador recorda seu encanto pela literatura:

Fazer verso para mim tinha qualquer coisa de sagrado, de impossível. Eu era de uma família sem letrados, de gente que fazia da terra a sua única obra de arte, a sua maior alegria. Havia palavras que me tentavam. Sublime era uma delas. Corruscante era outra. (REGO, 1998, p. 133;134).

Os trechos acima dão conta do início de um interesse mais profundo pela literatura, que foi construído ao longo do romance e não esteve com Carlinhos desde sempre, como ele dá a entender no livro posterior: “Não sei por que nascera assim com esse gosto pela fantasia”. (REGO, 1993, p. 6). Outro elemento importante é a confissão da primeira leitura prazerosa de Carlinhos, realizada durante uma breve estadia no engenho, quando encontra um livro pornográfico de seu Tio Juca:

Fazia o meu ensaio na literatura frascária, e nunca um livro se ligou tão intimamente com as minhas tendências. Lendo-o, era como se estivesse animando os meus sentidos, doidos para se soltarem. (...)

*A literatura começava a me seduzir com ares assim de deboche.* Era o primeiro livro que lia do começo ao fim *por gosto, sem a obrigação da lição.* E me empolgou a leitura de tal forma, que me confundia com os desejos libertinos da história. (REGO, 1998, p. 92, *grifos nossos*).

Esses elementos apontam para a formação do leitor Carlos de Melo. Ou seja, para algo que não brotou simplesmente de uma fantasia, foi construída através de experiências e circunstâncias concretas que corroboraram para a formação de um espírito sensível a literatura. Com *Bangüê* (1934), romance que sucede *Doidinho* na cronologia das obras de José Lins, podemos atribuir essa naturalização da literatura ao distanciamento do narrador e personagem Carlos de Melo, então homem de 24 anos e bacharel em direito, de seus tempos de internato. Assim, o distanciamento provocado pelo tempo, ameniza as marcas da experiência, da história.

Em *Bangüê*, a leitura e a escrita são desejos constantes do narrador. Mas Carlos só consegue concretizar a leitura. Agora, tomado por este prazer, Carlos procura nos livros uma companhia amiga, pensa a literatura e questiona seu vínculo com o real. Em uma longa passagem sobre a leitura de *Os Maias*, romance de Eça de Queiroz, Carlos nos conta suas impressões. O romance é para o protagonista de José Lins, um “livro de uma humanidade profunda” e triste (REGO, 1993a, p. 19). Além disso, faz Carlos pensar no avô Zé Paulino, aproximando-o do avô ficcional de *Os Maias*. A comparação incomoda o personagem e o estatuto da literatura se manifesta:

Lera este livro sem parar, procurando encontrar no avô daquelas páginas humanas o velho Zé Paulino do Santa Rosa. É uma coisa chocante quando a gente vai ler um romance com este propósito. Porque *o modelo do livro excede de quando em vez a figura em que se pensa, reduz até a tamanho insignificante a pessoa que queríamos meter em comparações.* Junto de Afonso da Maia o velho Zé Paulino perdeu muito. (...)

*Não deveria ter procurado trazer o meu avô para perto daquele tipo perfeito da criação.* (REGO, 1993a, p. 20, *grifos nossos*).

Embora ciente da distância entre a personagem de *Os Maias* e seu avô, da autonomia da literatura sobre a realidade, Carlos ainda insiste na observação. Suspende a leitura do livro para olhar o velho coronel “arrastando os chinelos, de cacete na mão, molhando o beiju no chá e escarrando no chão” e se autocensura, pois um herói de romance era um herói de romance, não era justa a comparação entre “um homem criado pela fantasia” e outro, “feito de

carne e osso”. Zé Paulino tinha seu valor, era *real*: “Ele não era de romance. A sua existência não dependia da imaginação de ninguém” (REGO, 1993, p. 20). O narrador de *Bangüê* tenta convencer o leitor de que sua história é *real*, afastando-a da inegável ficcionalidade de *Os Maias*. O desejo de aproximar a literatura do mundo concreto, é constante, mas trata-se de um recurso que visa seduzir o leitor e não diminuir a autonomia da produção literária.

Os elementos relacionados com a realidade histórica nacional do mesmo período de que tratam as obras de José Lins do Rego nos levam a elementos de referencialidade, e não de espelho do real. João Ribeiro, comentando o romance *Menino de engenho*, declarou: “Nada há [em *Menino de engenho*] que não seja o espelho do que se passa na sociedade rural e na das cidades do Norte e do Sul do Brasil” (REGO, 1986, p. 11). O romance nordestino de 30, marcado pelo regionalismo, pelo engajamento do escritor, pela denúncia social almejava não ser um espelho da realidade, mas deixá-la desmascarada diante do leitor.

A intenção de denúncia social é denominada por Lajolo; Zilberman (1996), de “*livro-soco no estômago*”, estilo resultado de “uma tomada de posição por parte da literatura brasileira” desde a década de 30 explicitamente embora já aparecesse desde fins do século XIX, segundo as autoras, no Naturalismo. Ao longo do tempo, essa literatura “foi assumindo crescentemente uma ótica social, voltada à revelação das mazelas do país” e impõe ao escritor a pergunta: como representar o outro? o despossuído? (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 55).

Pelo menos desde *Doidinho*, o protagonista Carlos de Melo manifesta seu crescente encanto pela produção literária, colocando os poetas na esfera do sagrado e imaginando como seria escrever um livro: “Fazer um livro – coisa misteriosa para mim. E os oradores, os escritores e os poetas me pareciam sempre gente que andava por cima de todos nós”, e finaliza, “O grêmio me aproximava mais dessa realidade”. (REGO, 1998, p. 133).

Em *Bangüê*, escrever um livro é um dos desafios com os quais Carlos se depara. E o livro, sonhado e discutido, é tal como a profissão (no que tange a orgulhar o avô: “O velho Zé Paulino, tão sem vaidade para as outras coisas, amava o luxo da bacharelise”), e, sobretudo, o engenho, mais um desejo irrealizado na vida do narrador. (REGO, 1998, p. 73). No caso dos estudos, Carlos se forma mas não exerce a profissão, e no caso do engenho, ele herda mas não consegue dar continuidade nem tão pouco manter o legado do avô.

Nesses dois casos, Carlos alcança materialmente o objeto desejado, mas ele foge entre os dedos do protagonista. O livro é um desejo irrealizável e fica no plano do abstrato. Carlos cogita escrever, discute temas, imagina a repercussão do romance publicado, tem o desejo, mas não rabisca nada, não chega a se sentar com papel e tinta para iniciar a operação. Isso,

contudo, não retira a importância da literatura em *Bangüê*. Carlos é leitor e sonhando a escrita, ele concilia os dois opostos da teoria literária, pois nos mostra que “a literatura fala do mundo” e “a literatura fala da literatura”. (COMPAGNON, 2010, p. 97).

Assim como o próprio José Lins deve ter-se questionado, Carlos avalia suas motivações para escrever e para quem o faria, sem perder de vista sua posição social. Ele lembra que naquele período, tudo “era de literatura que se fazia naquele tempo” e um “senhor de engenho era um motivo literário de primeira ordem” (REGO, 1993, p. 6). Ainda na faculdade, escreve ensaios sobre a vida nos engenhos e tece genealogias honrosas.

Viam-se esses homens toscos como verdadeiros aristocratas, comendo com facas de prata e andando de carruagem. A tradição dessa vida me enchia de orgulho de ter saído de tal gente. Ia longe nos meus sonhos, pensava em montar no humilde Santa Rosa o luxo dos meus antepassados. (...) Escrevera até em jornais indagando pelos restos desta nobreza. E os meus artigos falavam da glória de uma civilização que se fora, dos Megaípes, virados de papo para o ar, de um Pernambuco que falava grosso pela voz dos seus morgados, dos seus barões de Goiania, do Cabo, da Escada. Tudo literatura. (REGO, 1993, p. 6).

Essa literatura fantasiosa, que alegra e martiriza o protagonista, defronta-se com a representação do real, e Carlos vacila: “Pensava em barões, em carruagens, quando o velho José Paulino era um simples, um homem sem luxo. (...) As minhas preocupações de estudante não mediam a extensão das minhas ambições” (REGO, 1993, p. 6). A apatia o abate e a carta de um amigo do Recife, Mário Santos, o perturba ainda mais. Mário informa que corre boato sobre Carlos – ele escreveria um romance sobre o avô, o coronel Zé Paulino, “nada menos do que toda a história da cana-de-açúcar na Paraíba” (REGO, 1993, p. 23). Há expectativas sobre Carlos, mais uma.

A carta, porém, me feriu profundamente com aquela história do livro. A literatura, a pose de me fazer de uma grande família, criara em meu derredor aquela fama de avós morgados. Esperava-se um livro, um grande livro, de quem vivia a brincar com moscas, trancado num quarto como um lunático. (REGO, 1993, p. 26).

A chegada de Maria Alice ao Santa Rosa vêm mudar o quadro. O marido da moça, preocupado com sua saúde, pede que o coronel Zé Paulino a hospede por um tempo, para que ela recupere a saúde. Com a presença da prima, Carlos passa a ter disposição para tudo: ler mais, acorda cedo para acompanhar as atividades do engenho e sonha com a produção do livro. Sensibilizada pela vida dos pobres no *eito*, Maria Alice sugere a Carlos que ele escreva um romance sobre a vida daquela gente: “Em vez de exaltar a vida dos donos, o doutor podia se interessar pelos pequenos”. Embora pense que Maria Alice é comunista, Carlos gosta da ideia e a avalia com certo sarcasmo. (REGO, 1993, p. 52).

Achei uma boa ideia. Concordava com tudo o que ela dizia e prometi-lhe então que daria começo a um inquérito sobre a vida e a miséria dos homens do eito. *Seria um gesto grandioso, porque viria de um que herdaria mais tarde estas terras e estes homens.* (REGO, 1993, p. 52-53, grifos nossos).

Quando o marido de Maria Alice regressa, os amantes se separam. Ela parte para uma promessa de vida no Rio de Janeiro enquanto Carlos planeja vinganças: “Escreveria o meu

livro. Ela ficaria besta quando visse o meu nome nos jornais, o meu retrato nas revistas” (REGO, 1993, p. 83). Deprimido, Carlos passa uns dias na casa do tio Lourenço e da tia Maroca, no Gameleira, onde um novo cotidiano o motiva a escrever: “*Pensei em começar o meu livro, a vida dos pobres do engenho*”. (REGO, 1993, p. 97, *grifo nosso*). Novamente, o desejo não se materializa, pensando está e pensando Carlos fica e avalia sua incapacidade para a escrita: “Tinha lá paciência para fazer livro, para meditar? Gostava de ficar imaginando as coisas, tirando conclusões no meu íntimo. *Fosse para o papel que não saberia alinhar uma frase*” (REGO, 1993, p. 97, *grifos nossos*). Aqui, Carlos se aproxima da fala do personagem Azevedo Gondim, do romance *São Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos: “A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, *mas arranjar palavras com tinta é outra coisa*. Se eu fosse escrever como falo, ninguém lia”. (RAMOS, 1977, p. 9, *grifos nossos*).

Para além da dificuldade da escrita, Carlos avalia a necessidade de engajamento. Ele não queria enaltecer uma vida rural que não existia, com brasões e nobrezas, mas não podia falar dos pobres, um lugar social que não era o seu. Se falasse deles, como sugerira Maria Alice, faria o que definiu como uma “literatura de príncipe herdeiro”.

Mário Santos me escrevera, falando do material rico de que eu dispunha. Fazer livro sobre a minha família. *O que ele desejava era que eu mentisse como os outros vinham fazendo, na exaltação da vida rural; (...)*. Maria Alice me aconselhava a tratar dos homens de eito, da vida dos servos. Sentia a miséria deles, mas, *me criara bem junto dos pobres* para ter força bastante para me revoltar. *Me acostumara com os João Rouco, os Zé Passarinho, as Maria Pitu*. Não faria livro nenhum. *Puro pedantismo pensar nestas coisas*. (REGO, 1993a, p. 97, *grifos nossos*).

Com a morte do avô, o personagem Carlos assume o engenho Santa Rosa, sua herança, e observando suas próprias ações, conclui que o projeto de escrever um livro sobre a vida dos pobres do engenho era uma “Literatura de príncipe herdeiro. Mal me via com o cajado na mão, fazia as mesmas coisas que os outros” (REGO, 1993a, p. 125). Inserido no romance de denúncia social de 30, a narrativa de *Bangüê* faz tanto uma autocrítica quanto uma crítica aos seus contemporâneos. Independente da opção do escritor, de narrar os opressores ou os oprimidos, o desejo de revelar a realidade não pode se materializar.

Neste sentido, compartilhamos a noção adotada por Lajolo; Zilberman, bastante oportuna e que concilia as dimensões “mundo” e “literatura”: “Noção de contextualização contínua, onde cada elemento funciona como contexto do(s) outro(s), de modo que uma época, um autor, uma obra são, respectiva e reciprocamente, contextualizantes e contextualizáveis”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 308).

O romancista, José Lins, teceu várias considerações sobre a realidade e os limites, e mesmo certa liberdade da literatura diante do mundo, a partir das narrativas de seu protagonista Carlos de Melo. No Santa Rosa, era a primeira vez que Maria Alice ia a uma

fazenda. Até então, ela só conhecia a vida dos engenhos pelos romances, belos mas distantes do real, como afirma Carlos: “mas os romances sempre iam além da realidade” (REGO, 1993a, p. 50).

Ao afirmar que o romance vai *além* da realidade, a narrativa não apenas desobriga a literatura de ser espelho, como era recorrente alguns autores e escritores afirmarem, mas sinaliza a singularidade da literatura, sua autonomia, ainda que a referencialidade não seja negada. Até porque a ficção de José Lins se apoia na memória íntima, o que faz da referencialidade uma constante. Figuras como D. Judite, o Dr. Figueiredo e a velha Totonha estão, como lembram Lajolo; Zilberman, ancoradas “no discurso memorialista de Zé Lins” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 117). Elas são recordadas em *Meus verdes anos* e surgem como personagens nos romances citados.

Na trajetória de Carlos, verificamos a formação de um leitor, de um homem, de um aspirante a escritor e, sem dúvida, de um crítico literário. Carlos pensa a literatura com profundidade enquanto avalia a produção de um livro, um romance sobre a vida no engenho. Entre seus questionamentos e indecisões, são travados importantes debates sobre a questão da *mimêsis*: a literatura é autônoma, fala de si própria e fala do mundo. E ainda, sobre o engajamento do escritor, questão bastante discutida no contexto dos anos 30.

### *O Moleque Ricardo (1935)*

“Na faculdade alguns estudantes se interessavam pelos operários” (REGO, 2005, p. 87) – é dessa forma que José Lins do Rego começa o capítulo 9 do romance, dando início a uma rica discussão em torno da relação entre intelectual e operário, que terá ainda a contribuição de Jorge Amado (*Cacau, Jubiabá*, e outros) e Rachel de Queiroz, com *Caminho de Pedras* (1937) – que já analisamos no capítulo anterior.

Em *O Moleque Ricardo*, José Lins torna protagonista não um “menino de engenho”, mas um “moleque do engenho”. O termo pejorativo já indica o lugar social de Ricardo na estrutura cotidiana do engenho. Ainda adolescente, desejando mais da vida do que se acabar no *eito* como todos os da sua classe e cor, Ricardo deixa o engenho. A convite de um maquinista parte para o Recife e se emprega na casa dele para executar pequenos trabalhos. Depois, empregado na padaria do português, Seu Alexandre, Ricardo entra em contato com as questões sindicais, as greves e toma conhecimento de importantes discussões políticas.

O romance é narrado na 3ª pessoa, mas com fluxos de consciência que permitem o leitor entrar em contato com pensamentos e inquietações do personagem Ricardo. Como a

passagem em que ele ouve seus colegas da padaria falarem que Carlos de Melo era contra os operários: “o moleque ficou pensado, Carlinhos era contra eles. Lembrou-se então do companheiro. De todos os meninos brancos de engenho era o melhor, o que mais brincava com os pretos”. (REGO, 2005, p. 94).

Ricardo tinha dificuldade de ver Carlinhos como um inimigo de sua classe. Lembrou-se de tê-lo encontrado no Recife, onde o neto do coronel José Paulino, estudava Direito. Carlinhos fora muito simpático, oferecendo ajuda ao moleque, dando-lhe seu endereço para o caso de precisar de alguma coisa. Os pensamentos de Ricardo se agitaram, não havia dúvida, Carlinhos não mudara.

Contudo, ao longo da narrativa, Ricardo volta a essa questão: “Seu Carlinhos estava contra os operários. Florêncio ouvira isto na casa do chefe [Dr. Pestana]. Bem que podia ser verdade. Se o Santa Rosa ia ficar para o povo, Carlinhos não queria saber de operários”. (REGO, 2005, p. 97). E o Santa Rosa ficaria mesmo para o povo? Ricardo avalia os entusiasmos de seus colegas da padaria, cheios de promessas de sindicato, de desejos de revolução. O mundo podia mudar?: “O moleque não demorava muito com esta convicção. O Santa Rosa era do coronel Zé Paulino. Só no dia de São Nunca passaria para as mãos dos cabras” (REGO, 2005, p. 97). Cabe aqui um breve parêntesis: É uma pena que no romance de sequência, *Usina*, José Lins não tenha trabalhado a visão de Ricardo sobre Zé Marreira, o moleque do engenho do coronel Zé Paulino que vira senhor do engenho Santa Fé, vizinho ao Santa Rosa, e que passa a ser chamado de capitão.

Voltando ao romance *O Moleque Ricardo*, a relação entre estudantes e operários também é discutida. Dr. Pestana, um professor, consegue o apoio de vários estudantes:

O Dr. Pestana se dirigia aos trabalhadores:  
\_Quero vê-los num só bloco para que a redenção do operariado seja realidade um dia. A Rússia de hoje é governada por operários de mãos calosas. A Alemanha entrega ao partido dos operários o seu governo. A burguesia chega ao fim. (REGO, 2005, p. 78).

O estudante José Cordeiro, se levanta e grita que a greve geral proposta pelo Dr. Pestana era uma farsa, uma manobra política. Ricardo toma conhecimento do ocorrido. Seus colegas falam mal do rapaz e defendem Dr. Pestana, mas Ricardo intui que há mesmo algo de errado, afinal, seu patrão apoiava a greve: e o que levaria Seu Alexandre a fazer isso? Ricardo recebe conselhos do pai de santo Seu Lucas: “Menino, você está com os grevistas? Não acredite nisso não”. E Seu Lucas justifica: “Gente de pé no chão nunca tem razão. No fim o povo é quem leva na cabeça. O melhor é a gente se conformar com o que tem. Para que está aí com rebuliço?” (REGO, 2005, p. 81).

A opção pela greve, como o final do romance mostrará, será a última opção de Ricardo e ele não a fará por entusiasmo pela causa, não. Ele a faz porquê se sente perseguido pelo

fantasma da falecida esposa, porque deseja fugir, esquecer. O sindicato, ao longo do romance, se revela aos olhos de Ricardo como objeto de desconfianças. Ricardo era um “negro manso”, não queria ter preocupações, dormia feliz, por isso, “Quando Florêncio chamava para irem à Sociedade, dava uma desculpa, uma dor de dentes, uma história qualquer para fazer”. (REGO, 2005, p. 84).

Mais adiante, o caso de seu amigo Florêncio o deixará ainda mais desconfiado do sindicato. Florêncio, tão entusiasmado pela causa, não recebe apoio do sindicato nos momentos em que mais precisa e, depois de participar da greve e ser gravemente ferido, morre sem qualquer auxílio, sem emprego, deixando a mulher e os filhos numa penúria ainda maior. (REGO, 2005, p. 116).

A narrativa ainda revela um intelectual, o Dr. Pestana, interessado em uma deputação (REGO, 2005, p. 225). Subir às custas da classe operária também seria tema para Jorge Amado em *Jubiabá* (1935). Neste romance, o advogado Gustavo Barreira, contratado pelos sindicalistas, faz acordo com os empresários, visando subir e ter sucesso na sua carreira. Quando os grevistas perguntam se o acordo era favorável aos trabalhadores, Barreira responde que ele é uma solução “honrosa”. O suborno dos empresários é explícito:

\_Pois pode levar a boa nova aos operários, doutor. Que aquelas crianças (sim, são simples crianças – afirma Gustavo – fáceis de contentar) voltem amanhã ao trabalho. Terão cinquenta por cento de aumento e devem isto à irradiante simpatia do doutor Gustavo. (...)  
[Após a conversa, o advogado faz as contas]: Um automóvel para a mulher, reputação, uma casa em Copacabana, possivelmente uma fazenda de cacau. Cinquenta por cento de aumento era muita coisa. (AMADO, 1974d, p. 281).

Os grevistas, em *Jubiabá*, ao contrário do que acontece em *O Moleque Ricardo*, desmascaram o advogado.

Voltando à questão do estudante/operário de *O Moleque Ricardo*, o centro acadêmico da Faculdade de Direito era dominado pelo estudante Antônio Campos, aliado do Dr. Pestana, em oposição ao estudante José Cordeiro. Os dois estudantes eram a favor da classe operária, mas Cordeiro não concordava com aquele apoio ao Dr. Pestana.

Em Cordeiro está o reconhecimento das dificuldades da militância:

Cordeiro lia os mestres da revolução, decepcionado com o meio em que vivia. As grandes correntes que deviam se desencadear pelos seus leitos naturais mudavam de curso. Não era que faltasse aos homens que conhecia coragem para agir. Faltava-lhes a consciência da ação. Deixavam-se manobrar como bonecos por mãos de empreiteiros, de mestres de obras desonestos. (REGO, 2005, p. 137).

O centro acadêmico tornava-se um microcosmo de disputas políticas maiores. E a corrupção era visível: “O fato é que estudantes pobres andavam endinheirados, gente fazendo roupa nova, gastando nas pensões de raparigas”. E o narrador conclui: “A faculdade se vendera”. E ainda: “Operário era a mesma coisa que capanga, e estudantes como as raparigas” (REGO, 2005, p. 140-141; 195).

Diante deste quadro, Cordeiro se lamentava: “Era uma decepção aquele material apodrecido antes do tempo. Melhor é ficar em casa. Operários fanatizados, estudantes vendidos, mocidade incapaz de tudo. Só mesmo fugindo do meio deles, ficando para um canto. E viver com a revolução pelos livros” (REGO, 2005, p. 141). Há nessa passagem um grande desencanto com a atividade política, pois Cordeiro considera “*Melhor é ficar em casa*”. A resignação de Cordeiro nos remete a conformação de Ricardo, e até de Carlos de Melo, como veremos mais adiante.

Toda essa agitação política só seria interrompida pelo carnaval. Naqueles dias, ninguém mais fala de revolução, do Dr. Pestana, da greve. O único assunto era a folia.

Na Faculdade de Direito, Carlos de Melo procurava não tomar partido nas discussões, pois tanto Campos quanto Cordeiro censuravam sua fama de “herdeiro de latifúndios” e sua posição de neto de senhor de engenho tornava-o alvo de comentários dos colegas: “Sempre que no Centro Acadêmico se referiam a explorador do trabalho, o colega [Antônio Campos] não o perdoava: *\_Quem deve saber bem disso é o Carlos de Melo*” (REGO, 2005, p. 88).

Junto aos entusiastas da revolução do dr. Pestana, Carlos de Melo passava por um intruso, um sujeito perdido, que trazia nas costas os crimes de exploradores, de malvados senhores de escravos. Ele não podia se colocar em um ponto doutrinário que não lhe passassem na cara a sua condição de neto felizardo. Menino rico. (REGO, 2005, p. 88-89).

É certo que essas discussões na faculdade contribuíram para a visão crítica que Carlos de Melo assumiu em *Banguê*, ao pensar em escrever um livro falando dos pobres, pois para ele era *natural* que estivesse do outro lado:

Carlos de Melo temia o entusiasmo dos colegas. E já que não aderira aos partidários do Professor Pestana, se sentia naturalmente do outro lado. Não queria, porém, aparecer, mostrar-se adversário. Estava ali tirando o seu curso. Para que lutas, complicações inúteis? (REGO, 2005, p. 89).

A posição de neutralidade que Carlos tenta assumir na faculdade, o aproxima da postura de Ricardo, quando esse se esquivava do sindicato. As razões para se afastarem das atividades políticas são, obviamente, diferentes. Carlos assume que seu lugar é ao lado do avô, na defesa da propriedade, enquanto que Ricardo, não luta porque não acredita numa mudança profunda que transforme o mundo e as relações de dominação.

Esses personagens se caracterizam pela indecisão política, pela dúvida e por muitos questionamentos políticos. Do nosso ponto de vista, *O moleque Ricardo* é um romance engajado, onde José Lins coloca sua visão de mundo, posiciona-se diante das questões de seu tempo. Por isso, não concordamos com a avaliação de Trigo (2002) de que *O moleque Ricardo* “é um romance que, pela sua estrutura e pelas ideias, só teria chance de sucesso se fosse escrito por alguém de arraigadas convicções ideológicas, que faltavam a José Lins”. (TRIGO, 2002, p. 43). A avaliação de Trigo parece medir este romance tendo como parâmetro as narrativas de escritores com direta filiação política partidária, como Jorge Amado,

esquecendo-se das origens e da orientação política do próprio José Lins. Assim, Trigo reduz *O moleque Ricardo* ao que ele esperava que o romance fosse, desconsiderando o projeto do autor. Embora o livro tenha sido escrito e publicado sob o calor do romance proletário, a narrativa de *O moleque Ricardo* em nenhum momento se propõe a ser um “grito” como a literatura militante de Jorge Amado. José Lins se anima a dar voz ao outro, criando um protagonista negro e pobre, um *moleque de engenho*, em oposição ao *menino de engenho* que protagonizou seus três primeiros romances. E Ricardo, por sua vivência, por sua internalização do regime patriarcal, não poderia ser um personagem revoltado e de temperamento esquentado como Antônio Balduino, de Jorge Amado (*Jubiabá*/1935). É justamente nessas diferenças que reside a força política da obra de José Lins, que faz sua denúncia política e social sob um outro ponto de vista.

Ricardo entende que para os seus, a greve cobra um preço muito alto: desemprego, fome, necessidades. É por isso que ele não entende a persistência de Florêncio naquela luta, depois de todos os sabores que o sindicato lhe causou: “Florêncio morrera para que eles soubessem que o sacrifício do masseiro fora inútil. Que lucrou Florêncio com a morte? Nem um enterro lhe deram” (REGO, 2005, p. 195). E não entenderá, em *Usina* (1936), o envolvimento de Sebastião na organização de uma nova greve, depois de cumprirem pena em Fernando de Noronha: “A gente perde, eles perseguem mas a raiva fica no meio dos pobres. E no dia que a raiva tomar conta da gente toda, eles cedem, eles abrandam para o nosso lado” (REGO, 1980a, p. 33).

A fala de Sebastião não comove Ricardo, preocupa-o, e ele conta o episódio a Jesuíno que reage com indignação: “Aquele não se emenda. Você viu que a gente passou o diabo por causa da greve. Morreu gente na bala, foi-se pra Fernando. Sebastião não muda. Os filhos da gente que se desgraçam todos, que se morra de fome. Não vou atrás de conversa não” (REGO, 1980a, p. 33-34).

É nesse momento que em *Usina*, Ricardo decide voltar para o engenho Santa Rosa, rever a mãe e os irmãos, fugir daquela necessidade urgente que a cidade lhe trazia: a greve.

E, enquanto o trem corria, Ricardo sonhava. Há não sei quantos anos num banco daquele viera para a terra, aonde os negros eram mais livres, mais do que no engenho, aonde, em vez de alugados, seriam empregados, tivessem regalia de homem livre, pudessem mandar em sua vida. Tivera a vida nas mãos e fora aquela desgraça. (REGO, 1980a, p. 36).

Através de Ricardo, José Lins revela ao leitor que a liberdade das cidades, daqueles novos tempos, eram na verdade uma prisão. Ricardo “Tivera a vida nas mãos e fora aquela desgraça”. No entanto, o engenho, nos moldes antigos ou nos novos, teria lhe trazido melhor sorte? Será que o que Ricardo realmente queria “era viver como os outros, ser manso como nascera”? (REGO, 2005, p. 223). Ricardo, embora seja constantemente caracterizado pelo

narrador como um “negro manso” e “bom” tinha consciência de sua condição social como mostra o trecho a seguir:

*Ele [Ricardo] tinha uma alma igual à dos outros. E sabia mesmo fazer tudo melhor. E apesar disso, quando o outro crescesse [Carlinhos], seria dono, e ele um alugado como os que via na enxada. (...) O que aprendeu num ano que passou na escola, nada lhe valia. Deu somente para lhe abrir uma brecha para o mundo, para a vida. Ninguém passaria por aquela brecha tão estreita. Ali em Recife pelo menos um dia poderia ser alguma cousa. (REGO, 2005, p. 43, grifos nossos).*

Quando vai para o Recife, Ricardo ainda tem esperança. E quando volta para o Santa Rosa, também. Mas o mundo que Ricardo conhecia se transformara muito. Se não era bom, ficou pior. Ricardo tinha consciência das injustiças do mundo e não sabia como agir diante delas. Sua falta de ação é o que o impede de ser um herói. Até mesmo seu ato heroico de abrir as portas do armazém para que o povo faminto do Santa Rosa se alimentasse, é fracassado. Ricardo é baleado nas costas por um colega de trabalho, que quer impedir a entrada dos famintos, e acaba pisoteado pelo povo que consegue avançar sobre o armazém.

Ao contrário de Ricardo, não falta ação ao personagem Antônio Balduino de *Jubiabá* (1935). Jorge Amado cria um personagem negro que se emociona e se apaixona pela greve, depois de um longo processo de amadurecimento e conscientização. Mas a opção de Jorge Amado é política e a de José Lins também. Se Jorge Amado utiliza a linguagem literária como forma de divulgação política de seu partido; José Lins deixa antever o peso de sua origem social na abordagem que faz sobre Ricardo e sobre os negros e pobres, em geral, em todas as suas obras.

Desde *O País do Carnaval* (1931), Jorge Amado mostra a opção pelo comunismo através do personagem José Lopes (AMADO, 1974a, p. 112). Mas essa opção torna-se cada vez mais explícita e a greve figura como tema de vários romances posteriores.

Em *Cacau* (1933), o jovem José Cordeiro é operário, mas é branco e sua família era dona de uma fábrica em Sergipe. Depois da morte do pai, tudo acaba nas mãos de um tio corrupto. José decide aventurar-se pelas famosas terras do sul da Bahia e consegue emprego numa fazenda como alugado. Cabe a José narrar o sofrimento daquelas terras: “a história de sinhá Margarida seria chamada pelos escritores de horrorosa tragédia, se escritores viessem às roças de cacau”. (AMADO, 1974b, p. 170). Admitindo não ter preocupação literária (o que não é estranho visto que Jorge Amado declarou escrever *Cacau* com um “mínimo de literatura”), José Cordeiro conta como produziu o livro:

*Reuni algumas cartas de trabalhadores e rameiras para publicar um dia. Depois, já no Rio de Janeiro, relendo essas cartas, pensei em escrever um livro. Assim nasceu “Cacau”. Não é um livro bonito, de fraseado, sem repetição de palavras. É verdade que hoje eu sou um operário, tipógrafo, leio muito, aprendi alguma coisa. (AMADO, 1974b, p. 210).*

No entanto, antes de ir para o Rio de Janeiro, já ardia em José Cordeiro a “consciência de classe”, suas ideias já eram tidas como comunistas, como observou a personagem Maria,

filha do fazendeiro.

\_Você não é igual a eles... Como veio parar aqui?  
 \_Nós todos somos iguais. Somos todos explorados.  
 (...)  
 \_Você é socialista?  
 \_Não conheço essa palavra.  
 Não conhecia de fato. Maria não explicou. Talvez ela mesma não soubesse o que significava perfeitamente. (AMADO, 1974b, p. 191).

José Cordeiro se apaixonou por Maria, mas prefere deixá-la do que trair sua classe, casando-se com a filha do fazendeiro: “O amor pela minha classe, pelos trabalhadores e operários, amor humano e grande, mataria o amor mesquinho pela filha do patrão” (AMADO, 1974b, p. 221). Anos depois, ele retorna ao sul da Bahia para repassar o que aprendeu. Há no romance uma tentativa frustrada de greve – e será a única greve em Jorge Amado que não dá certo nos romances dessa fase:

Um dia, por fim, diminuíram os salários para três mil réis. Eu chefei a revolta. Não voltaríamos às roças. Combinamos tudo à noite, na casa do velho Valentim (...). João Grilo chegou por último. Vinha de Pirangi e quando soube do nosso plano nos desanimou.  
 \_Nem pense... Chegou trezentos e tantos flagelados [seca no Ceará] que trabalha por qualquer dinheiro... e a gente morre de fome.  
 \_Estamos vencidos antes de começar a luta.  
 \_Nós já nasce vencido... - sentenciou Valentim.  
 Baixamos as cabeças. E no outro dia voltamos ao trabalho com quinhentos réis a menos. (AMADO, 1974b, p. 216).

Em *Suor* (1934), a jovem Linda se aproxima do agitador Álvaro Lima e inicia leituras comunistas, passa a panfletar e ajudar na organização de greves. Durante um discurso, ele é baleado: “a bala pegou na testa, ele caiu em cima de Linda. A moça sentiu o sangue no rosto e no vestido. Mas não teve medo, nem se moveu. Então, a multidão [grevista] avançou para os investigadores, de braços levantados”. (AMADO, 1974c, p. 339).

*Cacau* e *Suor*, assim como *Jubiabá*<sup>18</sup> e *São Jorge dos Ilhéus*, trazem como marca profunda a idealização do militante em face de sua luta contra o sistema capitalista. Os grevistas enfrentam tiroteios, mas seguem em frente. Essa coragem também aparece em *O Moleque Ricardo*, mas diante dela o narrador não se entusiasma, antes lamenta a sorte daqueles homens que acabarão presos e terão suas famílias ainda mais desgraçadas. A opção de José Lins é a resignação enquanto que a de Jorge Amado é a esperança, a luta idealizada.

Outra marcante diferença entre esses romancistas é na abordagem da relação estudante e operário. Já vimos como José Lins trata a questão em *O Moleque Ricardo*, agora vejamos *Jubiabá* (1935). Neste romance, o estivador Antônio Balduino escuta a fala de um representante dos estudantes na greve, procura compreendê-lo e o aplaude.

O sindicato dos estudantes de direito estava solidário aos grevistas. Dizia no seu discurso que todos os operários, os estudantes, os intelectuais pobres, os camponeses e os soldados se deviam unir na luta contra o capital. Antônio Balduino não o entendeu muito bem. Mas o negro que discursou lhe explica que capital e ricos querem dizer a mesma coisa. Ele então

18 No fim da greve, em *Jubiabá*, haverá tiroteios e mortos, mas os grevistas persistem e vencem a greve integralmente (AMADO, 1974d, p. 295-296). Balduino conclui que a greve o salvou e que com ela aprendeu a lutar.

apoia o orador. (AMADO, 1974d, p. 275).

A diferença de tom entre “O sindicato dos estudantes de direito estava solidário aos grevistas”, de Jorge Amado, e “Na faculdade alguns estudantes se interessavam pelos operários”, de José Lins, fica evidente. Jorge Amado anuncia a participação dos estudantes na greve em tom conciliador, enquanto José Lins apresenta o interesse deles pela classe operária com desconfiança.

Já em *São Jorge dos Ilhéus* (1944), Joaquim, filho dos pequenos lavradores Antônio Vítor e Raimunda, será o operário que dialogará com o intelectual Sérgio Moura. Para Joaquim, “o partido é o seu lar, sua escola, sua razão de vida” (AMADO, 1974e, p. 149). Depois de receber treinamento do partido no Rio de Janeiro, Joaquim volta para o sul da Bahia com a mesma motivação de José Cordeiro, em *Cacau*: repassar o que aprendeu. Ao visitar a família não hesita em dizer ao pai que ele está explorando os trabalhadores:

Antônio Vítor não podia entender aquele filho bem falante, que queria que ele pagasse melhor aos poucos trabalhadores que lhe ajudavam na colheita das roças, que dizia que ele os estava roubando. No dia que Joaquim lhe disse isso, na hora do jantar, numa visita que fizera a roça, Antônio Vítor deu-lhe uma bofetada na boca que tirou sangue do rapaz. (...) Antônio Vítor pagava, como toda gente, cinco mil-réis aos poucos trabalhadores que contratava por ocasião das safras. (...) ele não tinha sequer armazém na fazenda como os grandes coronéis. (AMADO, 1974e, p. 85; 86).

Joaquim será o responsável pela mudança que se dá na poesia e no poeta Sérgio Moura. Sérgio não é filiado ao Partido Comunista mas é solidário a sua luta. Joaquim admite não confiar muito em intelectuais, mas Sérgio lhe parece sincero.

E quem vai fazer a revolução? Os operários, o povo, a gente pobre, não é? Como é que essa poesia vai ajudar a revolução se a gente que vai fazer a revolução não entende o que ela diz? Eu, quando leio o velho Lenine, entendo tudo que ele ensina, e quando leio o velho Stalin, também. Sou um operário, mas aquilo é claro e eu entendo (...) Penso que uma poesia assim é que era boa (AMADO, 1974e, p. 231).

Com essa passagem vemos que Joaquim está iniciando o poeta no realismo socialista, base da discussão sobre o romance proletário. Sérgio discute a ideia de Joaquim, mas “depois começou uma busca de ritmos populares e sua nova poética devia-se a essa discussão”. A nova poesia de Sérgio será marcada por essa conversa e quando Joaquim a lê, afirma que é daquilo que eles precisam. (AMADO, 1974e, p. 232). As diferenças entre o operário militante e o intelectual engajado estão sempre presentes, como podemos ver no diálogo a seguir:

\_Você será sempre um pequeno-burguês [acusa Joaquim] (...)  
 \_Pior do que isso, Joaquim. Some aos vícios da origem pequeno-burguesa os vícios de casta intelectual... um caso sério... [retruca Sérgio]  
 \_Não leve tão a sério, companheiro Sérgio. O importante é ser um intelectual honesto. (AMADO, 1974e, p. 232).

Quando Joaquim descobre que Sérgio é amante de Julieta, a mulher do exportador de cacau Carlos Zude, ele censura o amigo, afirmando que eles precisam tomar uma decisão. A defesa de Sérgio revela uma profunda reflexão sobre a questão do intelectual e o partido:

Essa coisa que é o Partido... então, você pensa que também nós, intelectuais que vivemos em torno dele sem nunca entrar, que nós não o amamos? Nós o amamos, sim, e muito! É para nós a certeza de outro mundo, o mundo que sonhamos na nossa arte, que buscamos no que

escrevemos. É a certeza de que ele está sendo construído. Estamos na porta do Partido e não entramos, apesar de todo o amor que lhe temos. Não entramos. Ficamos de fora, rolando em torno... como uns perus... iguais... e por quê? Porque não somos feitos do mesmo barro... somos feitos de lama... [e continua] Vocês falam no lúpen-proletariado... Uma vez conversamos, se lembra? Vagabundos, boêmios, mulheres da vida, ladrões do cais. A gente é o lúpen-pequeno-burguesia... (AMADO, 1974e, p. 235).

A posição do intelectual descrita nessa passagem dá conta da ideia de um homem deslocado devido às suas origens, à sua profissão e à sua solidariedade à classe operária em termos que ilustram as observações de Sodré (1965). O intelectual, muitas vezes, apaixonado pelo partido, mas com medo, prefere não se filiar. A situa o de Moura parece uma resposta a muitos intelectuais que possam se ver na mesma situa o. Se por um lado ela pode parecer reconfortante, por outro, ela rebaixa o intelectual   categoria de l mpen do proletariado através do equivalente “l pen-pequeno-burguesia”.

Joaquim será ainda um dos organizadores dos trabalhadores desempregados das fazendas de cacau, depois que a baixa nos preços do cacau levou falência muitos coronéis e pequenos cafeicultores – incluindo os pais de Joaquim que morrem apaixonadamente em suas terras para não entreg -las aos exportadores.

A multidão organizada assusta a cidade, recebe tiros da polícia, mas resiste e consegue uma soluço: tem a op o de voltarem a trabalhar nas fazendas de cacau ou ganhar passagem para voltar às suas terras de origem. Uma passagem impressionante   a da multidão em frente a um armazém. Homens, mulheres e crianças estão esfomeados, mas cantam para não se desconcentrar do objetivo que   a reivindica o (AMADO, 1974e, p. 327).

Essa passagem lembra o ataque da multidão esfomeada narrada por José Lins em *Usina* e que culminou na morte de Ricardo, e marca, mais uma vez, a diferença entre os romancistas.

###  gua-mãe (1941)

Neste romance, nos interessam as d vidas de Paulo Mafra, um intelectual de origem burguesa, a favor do povo. Entre os pais, os irmãos e amigos da família, Paulo se sente um deslocado. Reprova a forma de vida de todos eles, os desperdícios, as extravagâncias de gente rica. Escreve para revistas católicas e alguns jornais.

Paulo   filho de um rico industrial que se sente constrangido por seus artigos inflamados. Paulo tinha aquela “mania de escrever” e “atacava o capitalismo”, fazia “agita o na imprensa”. O Sr. Mafra começou a se preocupar quando se viu alvo dos comentários de colegas no Jockey Club: “Então, Seu Mafra, quando começa a dividir a fortuna?” (REGO, 1980c, p. 92). As publica es de Paulo eram sucedidas por brincadeiras desse tipo. Quando

um amigo o procura para “perguntar se era verdade que ele estava financiando um novo partido político, que surgira com programa revolucionário” e se seu filho era mesmo um dos orientadores do partido, Mafra decide dar um basta naqueles artigos de Paulo (REGO, 1980c, p. 92).

Para não contrariar o pai, o rapaz se afastar dos jornais, vai para a casa da família no interior do Rio de Janeiro (na região dos lagos) e dedica-se a escrever um livro: *Tiranía e Autoridade*. Com a publicação da obra, os problemas recomeçam, mas de forma mais complexa:

O livro de Paulo Mafra alcançara um sucesso sem precedentes. De repente, ele passava à categoria de grande escritor, de mestre, de sociólogo. O partido político que agitava o país tomava-lhe algumas de suas ideias, para tema de propaganda exaltada. (...) A imprensa do partido punha o seu nome num relevo de chefe. Era o ideólogo que se entregava de corpo e alma à salvação do país. E os adeptos se iam espalhando pelo país inteiro. (...) Os insultos, os aplausos, se revezavam sobre o livro. Para uns, revelara ao Brasil um caminho de salvação; para outros, não passava de simples repositório de leituras mal digeridas. No íntimo, Paulo Mafra se sentia fracassado. (...) Todos os fracassados, literatos sem repercussão, todos os sem sucesso, corriam para as suas ideias, para os seus conceitos. Queriam que ele fosse aos centros políticos em ebulição. A sua presença faria conquistar mais elementos e mais adeptos. Assim, ele se via rodeado do que mais detestava, de gente miúda, vazia, de discursadores, de homens que traziam na cara as marcas da ambição. Não os podia suportar. (REGO, 1980c, p. 110).

A passagem acima é fantástica, pois lança luz sobre todas as questões que já discutimos aqui sobre o engajamento do intelectual: a militância, a doutrinação, o comprometimento do intelectual, a manipulação de seu trabalho por forças políticas, e até mesmo “as ideias mal digeridas”. A obra de Paulo é analisada por diversos críticos: “descobriam intenções, isolavam trechos”.

O pai de Paulo está radiante: todos os seus amigos adoravam seu filho! A obra de Paulo seria distribuída aos operários de suas indústrias.

No Jockey, o prestígio do filho crescera. O rapaz pretendia encontrar um meio de arrastar o país da anarquia e dos perigos do comunismo. Era uma força que vinha ao encontro das classes que produziam, que tinham o que perder. (REGO, 1980c, p. 110-111).

Os amigos do pai queriam livros com dedicatória. O Centro dos Industriais mandara distribuir o seu livro entre os operários. Os jornais publicaram a notícia, em destaque, de coluna alta. Uma edição completa do *Tiranía e Autoridade* fora adquirida pelos magnatas dos tecidos. (REGO, 1980c, p. 111).

A admiração do pai o incomodava. A notícia que viera da decisão do Centro dos Industriais deixara radiante o velho Mafra. Felizmente, Paulo não se perdera em artigos subversivos de jornal. (REGO, 1980c, p. 114-115).

Paulo era tomado por um católico devotado e se sentia humilhado. Avalia que não compreenderam seu livro ou que ele não conseguiu se expressar como queria.

E, dessa forma, Paulo Mafra verificava que a revolução dos seus planos não passava de simples dique, de mera formação de cobertura. A ordem que pretendia destruir era aquela mesma que corria para o seu lado, tomando-o como um esteio. Teve vergonha, compreendeu que havia caído num logro, que não fora capaz de se exprimir com precisão. Pretendera dar corpo a uma nova ordem e o que se percebia do seu esforço era uma caricatura, uma deformação do seu pensamento. (REGO, 1980c, p. 111).

Não fica claro no livro se o partido a que Paulo estava ligado era de direita ou de esquerda. O medo do Sr. Mafra que o filho se perdesse “em artigos subversivos de jornal”, os

comentários iniciais de seus colegas sobre revolução e divisão de bens, indicam que poderia ser um partido de esquerda. No entanto, Paulo escrevia também para revistas católicas. E o partido tinha o nome “Ação Social”, que pode ser uma menção a Ação Integralista de Plínio Salgado.

A angústia de Paulo diante da recepção de seu livro é mais incisiva: “A ordem que pretendia destruir era aquela mesma que corria para o seu lado”. Ora, naquele momento, a ordem que ele queria destruir só poderia ser a capitalista. Como o historiador Sodré nos lembra, “o intelectual, recrutado na classe dominante, a burguesia no caso, conserva a ética de sua classe, mantém-se fiel às suas origens, em um processo que é quase sempre inconsciente” (SODRÉ, 1965, p. 60).

As origens de Paulo, seu lugar social, certamente apareciam no livro. Um artigo contra *Tiranía e Autoridade*, coloca em discussão o lugar de fala de Paulo, a sua autoridade para falar ao povo, aos oprimidos:

Um jornal o atacara ferozmente. Descera a termos revoltantes. Era um barriga-cheia que queria doutrinar a homens famintos. Vinha com referência à família. O autor tinha um pai que gastava milhares de contos com cavalos de raça, a mãe coberta de joias, irmãs que davam festas onde o champanha corria, irmãos que gastavam mais gasolina do que muito Estado do Norte. E aparecia [Paulo] querendo salvar o mundo. Era muito bom, muito fácil. O que ele defendia era a riqueza, era o luxo dos seus, era a estabilidade de uma fortuna acumulada com os sacrifícios do povo. (REGO, 1980c, p. 115).

Aborrecido e frustrado, Paulo decide publicar uma nota afastando-se do partido, a Ação Social. Ele e a família recebem muitas ameaças. Paulo era a base doutrinária do partido e não podia lhe virar as costas como um traidor. Mas ele aguenta a tormenta aliviado. Seu nome desaparece dos jornais e o do partido cresce: “sofrera misérias, porém muito mais duro era suportar responsabilidades que não eram suas” (REGO, 1980c, p. 130).

Mas, então, qual seria a responsabilidade do intelectual? Paulo não se sentiu a vontade com as leituras que estavam fazendo de sua obra. E, no entanto, não conseguiu esclarecer suas ideias políticas, preferindo mesmo abandonar a militância. As ameaças que ele recebe, os recortes de trechos de seu livro que realizaram, revelam críticas a filiação partidária do intelectual e à postura dos partidos políticos.

### *Eurídice* (1947)

Em *Eurídice* não resta dúvida: a crítica é diretamente dirigida aos integralistas, os camisas-verdes. Talvez José Lins, depois da breve passagem pelo integralismo que mencionou Rachel de Queiroz, quisesse dar uma resposta ao partido, como Rachel fez com Partido Comunista ao escrever *Caminho de Pedras* (1937).

Embora o ponto central do romance seja a morte clássica de Eurídice, a questão da

militância política também está presente. Aqui, mais uma vez o estudante militante entra em cena através do personagem Faria. Júlio volta ao Rio de Janeiro, após anos morando em Minas Gerais com os tios, para cursar a faculdade de direito. Faria é seu colega de quarto no pensionato da D. Glória e o ajuda na faculdade, onde também é estudante. Dois acontecimentos abalam a amizade dos dois: 1) quando Faria se torna um camisa-verde e 2) quando Júlio descobre que Faria namora escondido Eurídice, uma das filhas de D. Glória. Aqui nos deteremos no primeiro caso. No início, Faria era bastante aplicado e se esquivava de debates políticos. Essa atitude muda quando se dão as eleições para o centro acadêmico e Júlio, narrador-protagonista do romance, observa essas mudanças:

Agora via-o em conversa, em grupo, a tomar posição contra os comunistas, a dar opinião radical sobre os acontecimentos. (...) Uma noite apareceu na pensão de camisa verde, com dragonas de chefe. O velho Campos, quando o viu chegar para o jantar metido no uniforme de grande integralista, pediu licença e retirou-se da mesa. (REGO, 1993b, p. 100).

Jaime, filho de D. Glória, ao saber do ocorrido também se opõe a Faria. Era contra os integralistas e chamava Faria pejorativamente de galinha-verde. Júlio, que não tem certeza do que pensar sobre a opção do amigo, observa a reação de Jaime e põe-se a refletir: “Jaime era um pobre empregado do comércio, nada tinha de interesses partidários, vivia de sua casa para o seu balcão, humilde, com os seus ingênuos entusiasmos pelo futebol, fora de toda e qualquer agitação política” e, no entanto, Jaime “estava possuído pelo ódio mais radical às ideias de Faria” (REGO, 1993b, p. 103).

Diante da filiação do amigo ao integralismo, Júlio procura agir com neutralidade, não se colocando nem a favor nem contra ele e também não esclarece que não é filiado a nenhum partido, embora seu amigo mais próximo o seja. Ele, enfim, não consegue se afirmar:

Eu me pusera de lado na escola, para as contendas abertas entre colegas. Vi-os em debates e divergências, sem que nada daquilo me tocasse. Diziam-se, pelas minhas ligações com Faria, que eu era do grupo dos verdes. Mas, pela timidez que mais ainda me aguçara, não contestava, não me afirmava, não me sentia no fogo. (REGO, 1993 b, p. 103).

Certa noite, Faria chega à pensão e conta a Júlio sobre um confronto entre os integralistas e os comunistas<sup>19</sup>. Após contar a Júlio o incidente do confronto, Faria olha para o amigo e é direto: “você precisa fazer sua inscrição”. Diante da intimação de Faria, Júlio fica atordoado e não consegue responder coisa alguma. (REGO, 1993b, p. 103).

Caía sobre mim uma responsabilidade imensa. Teria que assumir atitude decisiva, colocar-me ao lado do amigo, e para tanto não tinha entusiasmo algum. (...)

E, quanto ao meu caso, cada vez mais fugia de me ligar a um compromisso definitivo. A princípio comunicara ao amigo que nada poderia fazer sem que me aconselhasse com o tio

---

19 A briga entre integralistas e comunistas também foi abordada por Jorge Amado em *São Jorge dos Ilhéus* (1944), com vitória dos comunistas. No mesmo romance, o desprezível personagem Silveirinha, filho do poderoso e lendário coronel Horácio, é um integralista. Silveirinha procura arrancar do pai dinheiro para o partido, mas nem sempre consegue e, apoiado pelos exportadores de cacau, enfrenta o pai juridicamente. Chega mesmo ao ponto de alegar que o pai, então com oitenta anos, é um incapaz. Muito lúcido e forte, o coronel Horácio decide mandar matar o filho, preferia vê-lo morto a ter que dividir as terras que conquistou tão bravamente. Mas, o coronel acaba morrendo antes, já tomado por certo cansaço.

Fontes. Fora um recurso que me salvara de uma solução rápida. (REGO, 1993b, p. 104).

No que tange ao medo da responsabilidade, lembramo-nos de Paulo Mafra (*Água-mãe*) mas a falta de entusiasmo político de Júlio torna o personagem mais próximo de Carlos de Melo e de Ricardo (*O Moleque Ricardo*). A opção de Júlio é despistar o amigo, até que recebe a resposta de seu tio Fontes que o aconselha a se dedicar aos estudos e não se meter em debates políticos. Aliviado e satisfeito, Júlio mostra a carta a Faria: “Teremos que acabar com a covardia dos velhos. O tempo é do sacrifício dos moços. Você fique com o seu tio”, responde Faria, e Júlio, usando a carta como um escudo protetor, gosta da solução. (REGO, 1993b, p. 107).

Em *Eurídice*, a derrota dos integralistas será histórica. Mais adiante, Faria morre no ataque dos integralistas ao presidente Getúlio Vargas, em 1938. E Júlio acaba preso, seus ciúmes o fazem matar Eurídice.

Josué Montello afirmou que “o escritor é a testemunha que está com a palavra. Ou ele simplesmente depõe, ou dá a seu depoimento o tom do libelo. Registra ou denuncia” e o “romance de 30 seria simultaneamente um romance de testemunho e um romance de denúncia”. (MONTELLO, 1983, p. 28). Por todos os aspectos apontados até aqui, podemos dizer que José Lins do Rego foi esse escritor.

### 2.1.2 Mulheres e moleques no engenho

Há mulheres e mulheres no engenho, assim como há meninos de engenho e moleques de engenho. A diferença está na cor e na classe social. O personagem negro Zé Marreira (*Banguê e Usina*) é um bom exemplo disso. De moleque de engenho no Santa Rosa a senhor de engenho do Santa Fé, capitão Zé Marreira, delegado. Apesar da ascensão social, da idade que avança com o tempo, do estado civil (é casado e pai de nove filhos), pelas suas costas os brancos o chamam sempre de “moleque”. Na infância, não é permitido ao negro de engenho ser menino, e na vida adulta, ser homem.

No entanto, vamos começar nossa discussão pelas mulheres, as geradoras desses moleques. Analisaremos aqui as representações sociais das mulheres negras e mulatas, e das brancas pobres, cujo destino, na esmagadora maioria das vezes, será a prostituição.

As mulheres brancas e ricas tem sempre um lugar ambíguo nessas narrativas, pois, embora inegavelmente oprimidas pelos homens brancos, são opressoras dos homens negros e, principalmente, das mulheres negras e mulatas. Essa diferença está sempre marcada, mesmo que sutilmente, nas obras de José Lins.

[*Menino de Engenho*] Nas cozinhas das casas-grandes vivem as brancas e as negras como iguais. As brancas deitadas, dando as cabeças para os cafunés e a cata dos piolhos. E as negras

vão lhe contando as suas histórias, fazendo os seus enredos, pedindo os seus favores. (REGO, 1986, p. 150).

[*Usina*] A filha do sertanejo seduzira o menino. D. Dondon sabia como era aquela história. (REGO, 1980a, p. 208).

Carlinhos inicia sua narrativa afirmando a igualdade entre as mulheres brancas e negras e, no entanto, a posição das mulheres brancas, como a Tia Maria, de *Menino de engenho*, revela uma hierarquia entre essas mulheres. Elas não são iguais como o narrador afirma. A branca recebe cafunés enquanto a negra trabalha catando seus piolhos e aproveita para tentar conseguir favores de sua senhora. E D. Dondon, de *Usina*, ex-senhora de engenho e usineira, apesar de sofrer calada as traições de seu marido Juca, filho do então falecido coronel José Paulino, não hesita em responsabilizar uma sertaneja, branca e pobre, pelos abusos que seu filho cometeu. O filho de D. Dondon deflorou uma sertaneja, filha de um empregado da Usina Bom Jesus, mas a culpa era da pobre, ela o seduzira. Aos olhos da usineira, o filho de D. Dondon e do Dr. Juca, era inocente.

Mulheres brancas e ricas como D. Dondon, sofrem diversas violências nas narrativas de José Lins. A abertura de *Menino de Engenho* nos traz a morte da mãe de Carlinhos, assassinada pelo próprio marido. D. Judite, professora de Carlinhos também apanhava do marido e o menino se angustiava ao perceber os sofrimentos dela. Clarisse, a filha de Juca, é uma personagem mais independente. Sob influência de uma americana, ela se moderniza: fuma, dirige uma baratinha, sai sozinha com rapazes e é malvista pela família. Com essas personagens femininas estamos bem próximos de representações que dão conta do cotidiano das mulheres no início do século XX, analisadas pela americana Susan Besse em *Modernizando a desigualdade. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940* (1999).

Em sua pesquisa, Besse aborda a questão da sujeição da mulher branca, de classe média e alta no Brasil, e elenca os mecanismos que promovem uma abertura para as reivindicações femininas: decadência do patriarcado, independência dos filhos de senhores e fazendeiros como profissional liberal, educação feminina, costumes modernos difundidos pelo cinema americano (vestimenta, carro, cigarro, etc), ampliação do mercado de trabalho, urbanização, e outros que possibilitam certa independência feminina: “posturas novas acompanhavam a nova moda no vestir. Abandonando as velhas regras de comportamento educado, as mulheres começaram a tomar banho de sol na praia, a falar gíria e a fumar em público” era um ideal que chegava pelas mulheres do cinema e pelas estrangeiras (BESSE, 1999, p. 32). A amizade a filha do usineiro Juca com uma americana, em *Usina* (1936), representa com clareza essa modernização do comportamento feminino e o medo da subversão da mulher brasileira e seus costumes.

Besse observa que, se por um lado, essa brasileira moderna passa a representar o progresso nacional, por outro, ela será considerada uma ameaça a tradição nacional. Tal aspecto fica bem evidente quando lembramos que Gilberto Freyre defendia a permanência da mulher nas atividades domésticas e religiosas, como mostra o trecho a seguir, do *Manifesto Regionalista* (1926/1952):

As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional ou regional. Já não têm gosto nem tempo para ler os velhos livros de receita de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missa, são os livros de receita de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. (FREYRE *apud* ALMEIDA, 1980, p. 173).

O projeto regionalista tinha, como vemos no trecho acima, um forte conservadorismo. A tradição que Freyre defende no regionalismo vai muito além dos edifícios e da culinária, está na preservação e continuidade de relações sociais de dominação entre senhor e liberto e entre homem e mulher.

O Regionalismo aparece, então, como um movimento compensatório em relação ao novo, e, mais para o começo deste século [XX], ao urbano e ao cosmopolita, que, das roupas da rua do Ouvidor às normas estéticas da *belle époque*, nos chegam da Europa através de um grande centro: o Rio de Janeiro. (LEITE, 1994, p. 670).

De qualquer modo, pela conjuntura histórica e pelos aspectos apontados, a independência feminina se torna (felizmente!) um processo sem volta. A origem social, cor e educação dessas mulheres brancas lhes possibilitou uma independência digna, ou seja, onde não precisaram recorrer à prostituição como meio de subsistência, como aconteceu com as mulheres pobres.

Em *Fogo Morto* (1943), a história de D. Amélia, esposa do senhor do engenho Santa Fé, é comovente. Senhora de um engenho decadente, ela vende ovos escondido do marido para alimentar a casa falida. Apesar disso, todas elas possuem um olhar preconceituoso sobre as mulheres pobres, em especial, as negras e mulatas. E quando sofrem com as traições de um marido, um “pai d'égua”, colocam a responsabilidade sobre as amantes. Para elas, são as negras, as mulatas, as sertanejas do engenho que se oferecem como amantes. Algumas senhoras de engenho mandam dar uma surra na rival, outras ajudam a cuidar dos filhos ilegítimos de seus maridos. A responsabilidade nunca cai sobre os homens, o comportamento deles é visto sempre como natural, instintivo<sup>20</sup>. Eles eram tentados.

Tanto no romance autobiográfico *Menino de engenho* (1932) quanto na autobiografia *Meus Verdes Anos* (1956), a iniciação sexual do neto do senhor de engenho era com as negras

---

<sup>20</sup> O trecho a seguir é de *Usina* (1936) e ilustra bem esse aspecto: “D. Dondon sabe das infidelidades do marido, sabia mesmo quando era noiva das safadezas deles com as cabrochas: outras, como ela, teriam tido maridos assim. *Ali pelos engenhos os maridos tinham direitos que elas mulheres respeitavam*. O exemplo dos velhos animava-os. Ter filhos naturais, crescer a família por outros lados, era comum entre eles. *O dr. Juca não escandalizava a mulher com as suas histórias*. Ela sabia muito bem que estava ficando velha. Agora só era mesmo para os filhos grandes, para encobrir do marido as traquinagens dos meninos e os namorados das meninas. (REGO, 1980a, p. 66, *grifos nossos*).

da casa, mulheres caracterizadas como “demônio” que os tentava, os perseguia, até se renderem a carne. Essa imagem da mulher negra nos remete as representações de Gilberto Freyre:

As negras e mulatas surgiam, em suas páginas [de Freyre], como “areia gulosa”, em que os meninos brancos da classe senhorial davam início a sua precoce depravação, ao mesmo tempo que preservavam a pureza e a integridade das sinhás e sinhazinhas. “A virtude da senhora branca”, escreve Freyre, “apoiá-se em grande parte na prostituição da escrava negra”. (VENTURA, 2000, p. 54, grifos nossos).

De fato, é assim que se conservavam as mulheres brancas para o casamento, distinguindo-as das outras e tornando-as, assim, superiores às negras e mulatas. Em *Doidinho* (1933), relembando suas aventuras sexuais, Carlinhos diz: “Luísa, Zefa Cajá, negra Paula, o diabo deu a vocês três uns poderes a que eu não sabia resistir”. (REGO, 1998, p. 55). Mas o afeto amoroso para Carlinhos só chega através de mulheres brancas: a prima Maria Clara (*Menino de engenho*), a estudante Maria Luísa (*Doidinho*) e a prima Maria Alice (*Banguê*).

A diferença é tanta que Carlos de Melo, em *Banguê*, teme que Maria Alice descubra que a negra Maria Chica espera um filho seu: “E se Maria Alice soubesse, eu estaria perdido. Ficaria com nojo do amante que se metia com negras e caboclas do engenho como seus avós, usando os seus escravos até para isto”. (REGO, 1993a, p. 65). A reação que Carlos espera de Maria Alice é a mesma que tem a personagem Conceição, em *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz.

Conceição, que há tempos flertava com o primo Vicente, se revolta ao saber que ele se relacionava com uma mulata da fazenda, a Zefa: “Uma cabra, uma cunhã à toa, de cabelo pixaim e dente podre!” (QUEIROZ, 1992, p. 36; 37). Ao saber da história, sua avó, Dona Inácia não se surpreende, o que irrita ainda mais a neta: “Então Mãe Nácia acha uma tolice um moço branco andar se sujando com negras?”. A avó retruca: “Mas minha filha, isso acontece com todos... Homem branco, no sertão (...) Além disso, não é uma negra; é uma caboclinha clara...” e conclui que “no fim tudo isso é natural e de se esperar, e a gente se acostuma à força...”, mas Conceição jura que não se acostumará e se afasta do primo, terminando sozinha e solteirona (QUEIROZ, 1992, p. 38; 39).

Fica claro no exemplo de Conceição que as mulheres não eram são iguais entre si. A condição feminina, de submissão e conformidade, representada por D. Inácia, incomoda Conceição, mas seu exame encontra um limite – é a condição da mulher de sua classe social e de sua cor que a perturbam. Dessa forma, a relação de um homem com uma negra ou uma caboclinha clara, não é digna, pois ela não chega a ser considerada uma mulher, um ser humano.

O destino das meninas pobres é sempre triste e suas opções, extremamente limitadas.

Casos de pancadas e abusos sexuais são frequentes nas narrativas dos romancistas nordestinos de 30. A Sinhazinha, tia-avó de Carlinhos, tinha sempre uma negrinha para judiar, para dar pancadas e explorar (*Menino de engenho*, p. 58 e *Banguê*, p. 15), e, no entanto, era uma das poucas mulheres de sua narrativa que não aceitam as traições do marido e, por isso, acabou devolvida para a família. Na autobiografia *Meus Verdes Anos*, existe também uma tia-avó Sinhazinha, com as mesmas ruindades (p. 203).

Em *Meus Verdes Anos*, ao contrário do personagem Carlinhos, José Lins tem duas tias, a Maria e a Naninha, e vai morar com a segunda, depois que ela se casa, deixando para trás o engenho do avô. Na casa dos tios, na vila do Pilar, ele não se sente querido pelo marido de sua tia mas logo vai para o colégio e esse sofrimento acaba. Mas nos interessa aqui que Tia Naninha, tão boa para o sobrinho, pega uma menina pobre e órfã para “criar”.

Tia Naninha criava uma menina chamada Virgínia. Devia ser uma subnormal porque não parecia pessoa como as outras. Desde a manhã com a vassoura na mão, começava a receber as bárbaras lições da Tia Naninha. A menina Virgínia não temia as pancadas. Ficava indiferente aos gritos da minha tia e, quando as lapadas do espanador cobriam-lhe o corpo, só fazia chorar fino, mas chorar como animal, passiva, sem uma chama de revolta. Os gritos da Tia Naninha escutavam-se do outro lado da rua, enchendo a vila de violência. E tanto batia na pobre Virgínia que eu ouvi o marido dizendo-lhe:

\_Naninha, vieram me falar. É que o juiz quer tomar providências sobre esta órfã Virgínia.

Lembro-me da cara de fúria da minha tia. Todas as vontades de senhora de escravo lhe estouraram na voz:

\_Este doutor Samuel não tem vergonha. Vou mandar dizer a papai.

(...) O marido quis tomar uma resolução para evitar aqueles murmúrios da vila. Mas não foi possível. Virgínia não tinha pai e nem mãe. Era sozinha. Tinha mesmo que aguentar os castigos.

(REGO, 1956, p. 290-291).

O destino de Virgínia fora aquele, sofrer calada como uma escrava. Em meados de 1920, ainda eram preservadas “as vontades de senhora de escravo”. Cada vez que Tia Naninha se aborrecia e brigava com o marido, era em Virgínia que despejada com violência suas frustrações.

Sob o pretexto da caridade, da bondade de se dar casa e comida a uma pobre, eram cometidas grandes injustiças e violências<sup>21</sup>. Violências físicas e psicológicas. Jorge Amado também denunciou esses abusos em seus romances: *Cacau* e *Jubiabá*, onde sofreram, respectivamente, os órfãos Amélia, Antônio Balduíno e Arminda.

Antes de morrer, Raimunda pede ao coronel que cuide de sua única filha, Amélia, de catorze anos.

Ela ficou cria do coronel em Ilhéus. Servia de cavalo para os filhos do patrão, varria a casa e ia buscar água na fonte. Comia os restos e apanhava a todo momento. Um dia revoltou-se. Deu nos que a cavalgavam. Mordeu-os. Xingou. Chorou muito. Apanhou tanto nesse dia que da rua ouviam os seus gritos.

À vizinha que acudiu, d. Clara explicou:

\_A gente faz a caridade de amparar essas misérias e elas são malcriadas, não fazem nada bem feito. Calcule que mordeu Jaime e bateu em Joãozinho. Depois soltou um bocado de nomes

21 Na verdade, ainda são cometidas. A exploração apresentada no filme de Sérgio Bianchi, *Vale ou é por quilo?* (2005), dá conta de uma certa continuidade e ampliação da escravidão ainda nos nossos dias.

feios. Só surra grossa. Senão não endireita... (AMADO, 1974b, p. 178).

Órfão, Antonio Balduino (o Baldo) era criado por uma tia solteirona no Morro do Capa Negro, em Salvador. Quando a tia enlouquece, o menino fica sob os cuidados de um comendador português. Ali, as agressões que o menino sofre são cometidas pela cozinheira da casa, uma portuguesa que não se conforma que seus patrões ajudem um negro: “Assim ia correndo a sua vida, entre brincadeiras com Lindinalva”, a filha do comendador, “e brigas com Amélia que diariamente fazia queixa a dona Maria das 'molecagens deste negro sujo' e lhe dava, às escondidas, surras ferozes”. (AMADO, 1974d, p. 57).

Nesse caso, a violência de senhoras e senhores brancos de engenhos e fazendas é estendida à mulheres brancas e pobres. Em ambos os casos, os órfãos respondem pelas frustrações dessas mulheres. Balduino pensa em fugir, mas se sente preso aquela casa por sua amizade a Lindinalva. O órfão suporta aquela situação por três anos, até que Amélia, movida por um ciúme doentio, faz intrigas sobre o garoto. Ela diz ao comendador que o menino andava espiando Lindinalva no banho:

Então, moleque descarado, eu lhe crio como a um filho, lhe ajudo e você fica fazendo molecagem aí... (...)

Lindinalva saiu quase chorando. Balduino quis dizer que era mentira, mas como estavam acreditando em Amélia não disse nada. Apanhou uma surra medonha, que o deixou estendido, o corpo todo doendo. Mas não era só o corpo que doía. Doía-lhe o coração porque não tinham acreditado nele. E como aqueles eram os únicos brancos que ele estimava passou a odiá-los e com eles a todos os outros. (AMADO, 1974d, p. 61).

Essa será a primeira e a última surra que o comendador dá em Balduino, no entanto, a afirmação enfática dele de que criava Baldo como um filho não era verdadeira. Se tivesse um filho homem, o comendador o mandaria realizar as mesmas tarefas que dava a Baldo? O então menino Antônio Balduino prestava serviços, eram pequenos afazeres em troca do teto e da comida que recebia: “O trabalho na casa do comendador não era grande: copeirava, lavava os pratos, ia às feiras, fazia recados” (AMADO, 1974d, p. 61).

Mais tarde, Antônio Balduino, já adulto, vai tentar a sorte trabalhando em plantações de fumo onde descobrirá que na roça meninas de doze anos já servem para mulher. Ele mesmo é um dos cabras que se interessam pela órfã Arminda e tenta abusar da menina durante o velório da mãe recém-falecida. Balduino, no entanto, é detido por uma visão da mãe morta que se levanta do caixão para proteger a filha. Mas, os outros cabras não tem a mesma visão ou alucinação de Balduino e a órfã Arminda passa a ser disputada entre eles:

Essa é a lei das plantações de fumo. Mulher é bicho raro e quando uma fica sem homem encontra logo outro que a leva para casa. A não ser que ela prefira ir para as ruas de mulheres da vida em Cachoeira, em São Félix, em Feira de Santana. Aí sim seria uma malvadeza. Porque ela é uma menina de doze anos e todos a quererão. Depois ela ficará velha e tomará cachaça, não lavará mais os cabelos, seus seios murcharão, terá doenças ruins, terá quarenta anos no dia que completar quinze. Talvez tome veneno. Outras se jogam no rio nas noites escuras... era melhor que ela ficasse com Zequinha, colhendo fumo nos campos. (AMADO, 1974d, p. 175).

Balduino sofreu, mas como já vimos aqui, uma menina pobre tinha um destino mais

triste e mais violento, disfarçado sempre sob o véu de caridade que seus tutores usavam ou até mesmo, companheiros e maridos.

A mulher do coronel, em *Jubiabá*, se indignou com a revolta de Amélia: “A gente faz a caridade de amparar essas misérias e elas são malcriadas, não fazem nada bem feito”. Era esperado que Amélia aceitasse passivamente todas as violências a que era submetida, e chorasse baixinho, criando um aspecto subnormal, como o da pequena Virgínia de *Meus Verdes Anos*.

A força das vontades de uma senhora de engenho também aparece na personagem D. Iaiá, em *Usina*, sob outras circunstâncias. O pai da sertaneja desonrada dá queixa à polícia contra o filho do Dr. Juca, e D. Dondon procura a parente para pedir ajuda:

Iaiá de Trombone achava um desaforo que fizessem processo com o filho de Juca. A velha gritou para o marido:  
 \_Mande chamar o meu compadre José Marreira. Quando *aquele negro* chegar aqui ele vai ouvir. Então ele pensa que filho de Juca é para estar metido em processo? Um desaforo.  
 (...)  
 O sertanejo ficou com a filha, desfeitado. Foi ao Pilar mais de uma vez saber do processo. Por fim desapareceu da usina. A mulher e os filhos ficaram. Ele se danara pelo mundo.  
 Outros porém se acostumavam com as filhas em estado idêntico. (REGO, 1980a, p. 208, *grifos nossos*).

Se por um lado, percebemos na reação de D. Iaiá as vontades de uma senhora, que em meados de 1930<sup>22</sup> ainda se julga dona de escravos, também é visível a angústia de sua classe social diante de uma nova ordem. Senhores decadentes, não aceitam que possam abrir processos na polícia contra seus filhos, supostos inocentes enganados por mulheres tentadoras.

O narrador, no entanto, nos adverte: a reação do sertanejo não era uma regra, muitos se acostumavam com a desonra das filhas. Na verdade, na maioria das representações de casos como o dessa sertaneja, as moças são expulsas de casa e acabam se prostituindo. Jorge Amado não nos conta, mas é muito provável que esse teria sido o destino de Raimunda, em *Cacau*. José Lins, por sua vez, em *Usina*, nos apresentou as histórias das prostitutas Clarinda (da pensão da Mimi) e Maria do Carmo e Lúcia (pensão Peixe-boi). Essas, contudo, não eram órfãs; foram tiradas de suas casas para satisfazerem os desejos sexuais de coronéis.

Clarinda era filha de lavrador e foi deflorada pelo coronel. Expulsa de casa pelo pai, passa um tempo sob os cuidados do coronel, até que ele a manda para a pensão da Mimi, uma casa de prostituição:

E foi assim até que na beira do riacho da levada ela conheceu que a vida era boa. Depois saiu de casa e andou por outros lugares. Esteve na cidade do Cabo, até que veio para Jacqueline, a mandado dele [do coronel]. E continuou do coronel da Imbu meses ainda. Depois ele se esqueceu e ela conheceu outros. E outros iam pagando os seus vestidos. (...) Agora tinha o seu usineiro certo, Juca. (REGO, 1980a, p. 56).

22 Podemos inferir que a história de *Usina* se passa entre os anos 20 e 30 devido ao desenvolvimento tecnológico descrito no romance e também pelas datações apontadas pelo personagem Dr. Luís, dono da usina São Félix.

A narração da desonra de Clarinda é bastante sutil, levando o leitor a entender que era mesmo consentida. Já na pensão Peixe-boi, da D. Júlia, Maria do Carmo “fora ofendida por um senhor de engenho” e Lúcia fora levada para lá pelo “senhorzinho do Bacuri” que “fizera mal a menina. Era filha de um feitor dele”. (REGO, 1980a, p. 62). Quando o usineiro Juca perde a usina, devido a um empréstimo que fizera e a baixa da cana-de-açúcar, Clarinda volta a conhecer outros homens e vai mesmo para a outra pensão, onde D. Júlia permitia que suas meninas amassem, desde que cumprissem com suas obrigações. Era um cafetina diferente de Jacqueline, da pensão da Mimi, que odiava a história de *Lucíola* (1862), de José de Alencar.

Ao citar o romance de José Alencar, José Lins do Rego remete o leitor a uma referência na literatura brasileira que aborda a degradação feminina através da prostituição.

Sendo a prostituição um dos derivativos da miséria, frequentemente inspirou os nossos romancistas que buscaram retratar o mundo periférico da sociedade, acentuando, com piedade ou com revolta, a situação subumana em que vive parte da população, sem todavia, por o dedo nas causas. (LUCAS, 1985, p. 31).

A referência de Fábio Lucas será justamente o caso do romance *Lucíola*. No entanto, o pesquisador também aponta que romances como o de José de Alencar, acabavam não tratando das causas que levavam essas personagens femininas à prostituição. Acreditamos que os romancistas nordestinos de 30 dão um passo à frente nesse sentido. Mesmo sem querer abordar profundamente as causas, José Lins mostra que as histórias se repetem: Clarinda, Maria do Carmo e Lúcia. E Jorge Amado, por sua vez, será bastante enfático nessas denúncias.

Desde *Menino de engenho*, José Lins fala dos abusos dos coronéis e seus filhos. O menino Carlinhos acompanha o caso do negro Chico Pereira, que seu avô manda colocar no tronco até que confesse que desonrou a mulata Maria Pia e ajeite tudo se casando com ela. Mas Chico Pereira alega que não fizera aquilo.

Chico Pereira era cambiteiro, moleque chibante da bagaceira, cheio de ditos e nomes obscenos. Todo mundo acreditava que tivesse sido ele mesmo o autor do malfeito na mulata Maria Pia. A mãe da ofendida viera dar queixa ao meu avô, botando a coisa pra cima de Chico Pereira. E no tronco ele ficaria até se resolver a casar com a sua vítima. (REGO, 1986, p. 87).

Chico Pereira resiste e diante da insistente alegação de inocência do negro, o coronel Zé Paulino desconfia da denúncia de Maria Pia e manda que ela diga diante da bíblia o nome de seu malfeitor. Assustada ela confessa: “Juro que foi o Dr. Juca quem me fez mal”. (REGO, 1986, p. 89). O coronel manda soltar Chico Pereira do tronco e dá uma bronca no filho Juca. Mas a desonra de Maria Pia fica por isso mesmo. O coronel não obrigou seu filho a reparar o malfeito.

Quando [meu avô] brigou com o tio Juca por causa da mulata Maria Pia, ouvi a negra Generosa dizendo na cozinha:  
\_Quem fala! Quando era mais moço, parecia um pai-d'égua atrás das negras. O seu Juca teve a quem puxar. (REGO, 1986, p. 161-162).

Mais adiante, Carlinhos acaba admitindo admirar o tio: “Achava boa a vida do tio

Juca. Eu queria ser como ele”. (REGO, 1986, p. 92). Ainda assim, Carlinhos avaliará em *Doidinho* (1933) a injustiça daquela situação. Ao ouvir as histórias da negra Francisca, ele conclui: “O dono da terra fizera mal. Os pobres lhe pagavam este foro sinistro – a virgindade das filhas. O tio Juca era outro que me chegava agora, naquele momento, outro que devia muitas contas a Deus pelos seus pecados. Já tinha passado nos peitos não sei quantas”. (REGO, 1998, p. 42). Em *Banguê* (1934), contudo, o desejo inicial de Carlinhos se concretiza. Ele engravida a negra Maria Chica e não assume a criança. E quando é abandonado por Maria Alice, sai desesperado pelo engenho e toma à força a mulher de um dos empregados:

Vi uma luz vermelha de candeeiro lá embaixo, no rio. Quem estaria por ali àquela hora? Na certa pescaria, gente atrás das traíras. Capaz de ser mulher. Fui descendo. E era. Cheguei-me para perto. Estava meio nua. Quando me viu junto, procurou correr, mas ficou dentro d'água, escondendo-se de mim. Reconheci a mulher do Zé Guedes. Tive vontade nela. Chamei-a. E se escondia dentro d'água. *Não pude me conter e fui a ela*, com desespero.

Quando voltei de lá era mais infeliz. (...)

Zé Guedes pegou no estribo para eu descer. Tinha comido a mulher dele de noite. (REGO, 1993a, p. 77; 78, *grifos nossos*).

Com a morte do avô, Carlos herda o engenho Santa Rosa e suas ações em relação as mulheres pobres do engenho se agravam. O poder de dominação que a propriedade do engenho dá a Carlos de Melo é assustador. As mulheres pobres do engenho são coisificadas e ele acredita que elas, como todas as coisas do engenho, lhe pertencem.

*Eu tinha um engenho*. Dormia tranquilo, com a certeza de que, de manhã, acordaria no que era meu. *Mandava em tudo*. Os cabras chegavam no alpendre para pedir. Eu dava e negava as coisas, botava para fora, *olhava para os paus-d'arco floridos, flamboaiã, os mulungus encarnados. Eram meus. Podia mandar* derrubar a Mata do Rolo quando quisesse, *comer todas as mulheres do Santa Rosa. Eram minhas*. (REGO, 1986, p. 110, *grifos nossos*).

Assim percebemos que a *reificação* indicada por Lafetá (1977) na análise de *São Bernardo* (1936), de Graciliano Ramos, já era manifesta em *Banguê* (1933), de José Lins. O trecho a seguir revela uma aproximação entre o protagonista Paulo Honório e o Carlos de Melo:

Rosa do Marciano atravessava o riacho. Erguia as saias até a cintura. Depois que passava o lugar mais fundo ia baixando as saias. Alcançava a margem, ficava um instante de pernas abertas, escorrendo água, e saía torcendo-se, com um remeio de bunda que era mesmo uma tentação. (p. 142)

Ali pelos cafus descí as escadas, bastante satisfeito. Apesar de ser indivíduo medianamente impressionável, convenci-me de que este mundo não é mau. Quinze metros acima do solo, experimentamos a vaga sensação de ter crescido quinze metros. E quando, assim agigantados, vemos rebanhos numerosos a nossos pés, plantações estirando-se por terras largas, tudo nosso, e avistamos a fumaça que se eleva de casas nossas, onde vive gente que nos teme, respeita e talvez até nos ame, porque depende de nós [moradores e familiares], uma grande serenidade nos envolve. (p. 142-143)

Bichos. As criaturas que me serviam durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como o Padilha, bichos do mato, como Casimiro Lopes, e muitos bichos para o serviço do campo, bois mansos. Os currais que se escoram uns aos outros, lá embaixo, tinham lâmpadas elétricas. E os bezerrinhos mais taludos soletravam a cartilha e aprendiam de cor os mandamentos da lei de Deus. (p. 166).

(RAMOS, 1977, p. 142-143; 166).

Dessa forma, tanto Paulo Honório quanto Carlos de Melo coisificam tudo o que os cerca e se sentem seguros com a dominação que exercem sobre a terra, as coisas e as pessoas.

Contudo, o protagonista de Graciliano Ramos é marcado por uma rudeza que o afasta do inegável sentimentalismo que, as vezes, toma conta do protagonista de José Lins do Rego.

O cinismo será recorrente em Carlos. Ao observar a situação das mulheres pobres do engenho ele conclui que as que conseguiam deitar com o senhor de engenho tinham sorte pois eram bem tratadas, comiam mais, a família era protegida e, ainda: “O pai deixava o eito, não pagava foro para o roçado, dava-se a importante para os outros. A menina, na cama de varas, garantia estes luxos” (REGO, 1993a, p. 96). Ora, tornar-se rapariga do senhor de engenho era uma forma de ascensão social.

Será acreditando nisso que algumas mulheres pobres se aproximarão de seus senhores, como mostram alguns romances. Por isso, alguns pais até estimulavam a aproximação entre suas filhas e os coronéis. Em certa medida, esse quadro justificará a desconfiança que vimos em D. Dondon e a ideia de que essas mulheres eram “demônios” e se ofereciam aos seus senhores. O problema é que D. Dondon e outros personagens de seu estrato social como Carlinhos não reconhecem que são os responsáveis pela miséria desses pais e dessas filhas. A miséria a que estão submetidos é imposta por eles. Se a prostituição torna-se uma saída para minimizar a miséria em que vivem é porque é uma das poucas brechas que eles oferecem para a mobilidade social dessas mulheres.

Era uma filha de Pinheiro. *O pai me mandava pedir as coisas por ela. Sabia eu o que o safado queria.* Nicolau me disse uma vez que ele estava roubando as minhas mandiocas. Mandei recado para Pinheiro e veio a filha. Entrou no meu quarto para falar. E de dentro da rede fui ouvindo. O pai adoecera, não podia andar. Por isto não acudia o recado. E ficou segurando no punho da rede, olhando para mim. Os olhos eram verdes, de um verde mesmo de olho de mulher ruim. Estive quase que puxando a bicha para os meus braços. Dominou-me o medo de que fosse esQUIVA e se saísse com gritos ali dentro. (...)

Tinha cem sacas de lã e açúcar purgado para vender. *Pinheiro estava doido para me passar a filha. Negócio para ele: uma filha, rapariga de um senhor de engenho, solteiro.* (REGO, 1993a, p. 113; 127, *grifos nossos*).

O desejo de Carlos não se materializa. A garota foge com um rapaz por quem estava apaixonada. É interessante observar que a mania que a menina tinha de não tomar banho, que tanto desagradava Carlos de Melo, podia ser um meio de manter homens como o senhor de engenho afastados, protegendo-se assim desses desejos violentos: “A filha de Pinheiro sempre me vinha pedir as coisas. De pés descalços e suja. Se aquela diaba se limpasse, seria uma tentação. (...) Valeria a pena se tomasse um banho. E o rio tão perto!” (REGO, 1993a, p. 126).

Um outro pai satisfeito com a prostituição da filha será Irineu, em *São Jorge dos Ilhéus*, de Jorge Amado. Mas Rita, ao contrário da filha do Pinheiro, se oferece por livre e espontânea vontade ao coronel: “Os trabalhadores se afastam, apenas Rita, a filha de Irineu ficou onde estava, sorrindo para o coronel”. (AMADO, 1974e, p. 121). Dona Augusta, mulher do coronel Frederico percebe as intenções de Rita:

O que a mulatinha queria, ela estava vendo: era se jogar em cima de Frederico, deitar com ele,

arranjar casa em Pirangi. (AMADO, 1974e, p. 122).

Dona Augusta come em silêncio. Também ela remói pensamentos. Pensa em Frederico, nos filhos, nas fazendas. Pensa em Rita, a filha de Irineu. A burrinha estava se atirando em cima do coronel, quem não via logo... e ele, naturalmente, dava corda... Irineu, com certeza, ajudava, doido por ver a filha na cama com o coronel, o dinheiro escorrendo, a família se mudando para Pirangi, saldo todas as semanas na conta do tropeiro... (AMADO, 1974e, p. 124).

Os pensamentos de D. Augusta se aproximam de D. Dondon, personagem de José Lins do Rego que já apresentamos aqui. Ambas acreditam que essas mulheres pobres ludibriam seus maridos, filhos, netos e que a reação deles era natural e instintiva.

O coronel Frederico, no entanto, resiste a Rita, pois tem uma amante estrangeira em Ilhéus e estava apaixonado. Só depois que esse relacionamento termina é que ele toma Rita como amante, e a passagem a seguir confirma os receios de Dona Augusta:

Rita largava o terno, atrás do coronel. O pai continuava tropeiro na fazenda, quando ia levar cacau [em Pirangi] dormia na casa da filha. O Varapau apresentava-o aos “alugados” recém-contratados:

É o sogro do coronel... (AMADO, 1974e, p. 253).

Mesmo revelando as conquistas de Rita através de sua prostituição ao coronel, o trecho acima tem certa ironia ao nomear Irineu “sogro do coronel”, pois ao mesmo tempo que revela que o tropeiro é beneficiado pela nova condição da filha, mostra que é uma condição ilegítima. Além disso, nesses romances essa é também uma situação transitória. Como já vimos em vários personagens, o coronel se cansa de suas conquistas e parte para outras. E as amantes perdem suas casas e acabam na explícita prostituição em casas de pensão. O destino de Rita não será diferente. Abandonada pelo coronel Frederico depois da baixa do cacau que arrasa fazendeiros e pequenos lavradores, Rita perde os benefícios conquistados com a prostituição voluntária de seu corpo e, com um filho ilegítimo do coronel nos braços, se muda para a rua das rameiras. Sua história não era muito diferente das outras prostitutas:

Vinham, sim, das fazendas. Das mãos dos coronéis, dos filhos dos coronéis, dos capatazes. Esses eram os primeiros, era um direito, fazia parte da lei que regulava a vida nos cacauais. Depois passavam de mão em mão, caíam naquela rua, igual em todos os povoados, a rua das mulheres, quase sempre a *Rua da Lama*<sup>23</sup>. (...)

Rua de mulheres perdidas onde sobravam crianças sem pai, futuros “alugados” nas roças. Filhos, em geral, dos coronéis. (AMADO, 1974e, p. 313-314).

A primeira vez que a expressão “Rua da Lama” aparece entre os romancistas nordestinos de 30 é em *Cacau* (1933), de Jorge Amado. Depois, aparece em *Doidinho* (1934), de José Lins do Rego; em *Angústia* (1936), de Graciliano Ramos; e retorna, através de Jorge Amado, em *São Jorge dos Ilhéus* (1944), como vimos no trecho acima. Esses romances se passavam em lugares diferentes: os de Jorge Amado são na Bahia, o de José Lins na Paraíba e o de Graciliano Ramos, em Alagoas.

Rachel de Queiroz única mulher entre os romancistas nordestinos de 30 analisados aqui, não usou a expressão *rua da lama* em nenhum de seus romances. Contudo, também se

23 A expressão “rua da lama” será grifada nesta e nas próximas vezes que aparecer em trechos citados.

mostrou sensível aos sofrimentos que afligem mulheres de classes populares, negras e mestiças e o caminho da prostituição no encontro de Santinha e Filó, em *João Miguel*. A escritora dar-lhes voz e apresenta ao leitor seus sofrimentos. O preso, seu Zé, certo dia disse a João: “Para mim, a qualidade de gente de sorte mais desgraçada que tem no mundo é mulher...” (QUEIROZ, 1984, p. 81). A fala de seu Zé não faz distinção social e nem de cor entre as mulheres, mas pela galeria feminina de *João Miguel* podemos inferir que ele fala, sobretudo, de mulheres negras, mestiças e pobres que são de sua própria esfera social.

Quando um homem rico acaba preso na mesma cadeia que João Miguel, Filó, seu Zé e Maria Elói, o protagonista simpatiza com o novo prisioneiro e Filó observa, cheia de uma sabedoria e de um rancor que só a experiência de uma vida sofrida proporciona: “Você é muito compadecido com os ricos, seu João... sou capaz de jurar que não foi criado em cozinha de branco”. E Filó conclui, revelando seu passado: “Queria ver se você tivesse, como eu, passado tudo quanto é desgraça em casa de patrão... Acabaram me soltando no mundo, com quinze anos, porque eu estava daquele jeito... e o filho era do moço da casa, bem-dizer meu irmão de criação...” (QUEIROZ, 1984, p. 62). Em *João Miguel*, a trajetória de Filó se aproxima bastante das apresentadas até aqui.

A marca da rua das prostitutas como um lugar de lama remete a um senso comum entre homens romancistas dessa época de que esse era um lugar de devassidão, imoralidade, onde as mulheres chegavam ao fundo do poço. Mesmo nos romances em que a expressão não aparece, o espectro da rua da lama é constante<sup>24</sup>. Jorge Amado usará essa ideia mesmo em romances em que não usa a expressão “rua da lama”, como vemos em *Suor* (1934) e em *Jubiabá* (1935), respectivamente:

A ladeira do Taboão era a última etapa [das prostitutas]. Dali, ou o necrotério ou o hospital. (AMADO, 1974c, p. 300).

Lindinalva desceu várias ladeiras. Foi ficar bem perto da cidade baixa, foi ficar na Ladeira do Taboão. Da Ladeira do Taboão as mulheres [prostitutas] só saíam ou para o hospital ou para o necrotério. (AMADO, 1974d, p. 258).

Vejamos a seguir como a “rua da lama” aparece nos primeiros romances de 1930. O trecho abaixo é de *Cacau* (1933), de Jorge Amado:

O estudante parava o burro para olhar as coxas de Zilda, bem grossas apesar de dez anos. Um dia Osório vinha para o povoado. O velho Ascenço estava em Pirangi e Zilda arrumava a casa. Começou a chover e Osório pediu agasalho. Não respeitou os dez anos de Zilda. Tragédia de gente pobre: um pai que bota a filha para fora de casa e morre de desgosto. (AMADO, 1974b, p. 163).

Zilda é mais uma das pobres defloradas por um filho de coronel e, com seus dez anos de idade, é difícil crer que, naquela época, pudesse ter consentido com a violência. Seu

<sup>24</sup> Pela necessidade de um recorte temático nossas análises privilegiaram as condições das mulheres no meio rural, mas registramos aqui que nas narrativas de Jorge Amado as trabalhadoras de fábricas também são levadas à prostituição depois de serem usadas e abandonadas por seus patrões.

Ascenço expulsa a filha de casa e Zilda, sem recursos, vai parar na rua da lama. Sem outros horizontes, a menina passa a esperar o retorno do filho do coronel e se suicida, quando ele retorna e não a reconhece.

A roceira Magnólia será a nova vítima do mesmo Osório, o filho do coronel. Mais velha, ela se sente atraída pelo rapaz e acaba cedendo aos apelos dele. Embora tenha consentido com o ato sexual, Magnólia é expulsa da casa dos pais, assim como Zilda, e vai parar na rua da lama. (AMADO, 1974b, p. 205). Na galeria masculina dos romances nordestinos de 30, os Osórios, os Carlinhos, os Jucas, os Juliões Tavares serão constantes: “As passagens desses jovens e esperançosos cultores do direito pelas fazendas deixava sempre um rastro de sangue de virgens defloradas. Deste modo, nunca faltavam mulheres na *Rua da Lama*”. (AMADO, 1974b, p. 202).

Jorge Amado será o escritor mais inflamado na denúncia da prostituição dessas mulheres pobres nos anos 30, pois reconhece com profundidade as causas de sua condição miserável e clama para que essas mulheres se revoltem:

Pobres mulheres, que choravam, rezavam e se embriagavam na *Rua da Lama*. Pobres operárias do sexo. Quando chegará o dia da vossa libertação?  
Quantos mananciais de carinhos perdidos, quantas boas mães e boas trabalhadoras. Pobre de vós, a quem as senhoras casadas não dão direito nem ao reino do Céu. Mas *os ricos não se envergonham da prostituição. Contentam-se em desprezar as infelizes. Esquecem-se que foram eles que as lançaram ali.* (AMADO, 1974b, p. 164, grifos nossos).

O único filho de coronel que foge do perfil traçado por Jorge Amado e José Lins do Rego é Lúcio, em *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida – livro precursor do romance regionalista nordestino de 30. Lúcio respeita a sertaneja Soledade e quer se casar com ela. Mas os abusos de seu pai Dagoberto correspondem aos dos coronéis aqui citados: Dagoberto força Soledade e torna-a sua amante.

Em *Doidinho* (1934), a mãe do estudante Licurgo, é uma prostituta com casa e dinheiro, frequentadora de igreja, logo, não chegou ao ponto de vender seus serviços em alguma rua da lama. Durante um passeio pela cidade de Itabuna com os colegas, Carlinhos observa a rua das prostitutas: “À tarde nos levaram a passear nos arredores da cidade. Passamos pela *rua da Lama*, a rua das mulheres à-toa, sem olhar para as janelas das casas”. (REGO, 1998, p. 45). Neste romance, embora a expressão “rua da lama” apareça sem grande destaque, sua citação é importante, pois remete a valores já apontados.

O personagem Luís da Silva, em *Angústia* (1936), de Graciliano Ramos, usará a expressão “rua da lama” de forma mais enérgica do que o Carlinhos de José Lins do Rego e, ao mesmo tempo, menos inflamada do que os narradores de Jorge Amado. Por isso mesmo, Graciliano Ramos deve ter alcançado nesse romance uma visão crítica ainda mais ampla sobre as condições das mulheres negras (Quitéria) e brancas (Marina) pobres.

Luís da Silva, neto destronado de um Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, vive modestamente numa casa alugada e interessa-se por sua vizinha, Marina. Ficam noivos, mas Marina é vaidosa e tem ambições: “Aqui me preocupando com aquela burra! Unhas pintadas, beijos pintados, biblioteca das moças, preguiça, admiração a d. Mercedes – total: *Rua da Lama*. Acaba na *Rua da Lama*, sangrando na pedra-lipes” (RAMOS, 1990, p. 43).

Angustiado e, talvez, prevendo o futuro rompimento de seu noivado com Marina, Luís procura uma prostituta para se distrair. A prostituta o leva para sua casa que fica na rua da lama. Luís não se anima em ir para a cama com a mulher, prefere desabafar suas angústias e, por fim, aconselha a prostituta a mudar de vida: “Ora, outra vida! Que vida? Sempre os mesmos conselhos. Daqui só a cova” – retruca a prostituta. (RAMOS, 1990, p. 81). A fala da prostituta indica a consciência que ela própria tinha de seu fim trágico, sua realidade não lhe dava outra saída.

Mais tarde, Luís pensa em Marina, e conclui que escolher marido por dinheiro era a pior espécie de prostituição. Devemos lembrar, contudo, que nessa época “se, para o homem, realização significava êxito profissional, para a mulher significava casar-se bem” (BESSE, 1999, p. 54). Não queremos com isso desculpar ou defender as ambições de Marina, mas chamar a atenção para a situação da mulher no início do século XX. Muitas mulheres, como a personagem Marina, sabiam o que as esperava num emprego no comércio: beliscões, abusos e assédio. Se a independência financeira só poderia ser limitada e implicava em certas sujeições, a escolha de um marido rico era a melhor alternativa para muitas mulheres. O que não deixa de ser, naquela época e nesta, um tipo de prostituição.

Marina rompe o noivado com Luís e começa a namorar o rico Julião Tavares. Antes disso, contudo, Luís já não gostava de Julião. O ar de superioridade que ele tinha, a maneira como gostava de se gabar, irritavam Luís. Embora o namoro de Julião com Marina venha acentuar essa antipatia, o ódio primeiro de Luís por Julião estava na forma benevolente com que a sociedade o tratava: “Meses atrás se entalara num processo de defloração, de que se tinha livrado graças ao dinheiro do pai. Com o olho guloso em cima das mulheres bonitas, estava mesmo precisando uma surra”. (RAMOS, 1990 p. 75).

Sobre Marina, Luís da Silva chega à conclusão que ela não lhe pertence, não é um objeto seu. O trecho a seguir revela uma grande sensibilidade sobre as condições da mulher nos anos 30:

Que me importava que Marina fosse de outro? *As mulheres não são de ninguém, não têm dono*. Sinhá Germana fora de Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, só dele, mas há que tempo! Trajano possuía escravos, prendera cabras no tronco. E os cangaceiros, vendo-o, varriam o chão com a aba do chapéu de couro. Tudo agora diferente. Sinhá Germana nunca havia trassetado: ali no duro, as costas calejando a esfregar-se no couro cru do leito de Trajano

- “Sinhá Germana!”. E sinhá Germana, doente ou com saúde, quisesse ou não quisesse, lá estava pronta, livre de desejos, tranquila, para o rápido amor dos brutos. Malícia nenhuma. *Como a cidade me afastara de meus avós!* (RAMOS, 1990, p. 101-102, *grifos nossos*).

Luís da Silva observa os entusiasmos da vizinha com o novo namorado e quando decobre que ela está grávida e fora abandonada por Julião, pensa no futuro da ex-noiva: “Era encher-se, parir, enjeitar o filho, marchar para a *Rua da Lama*, acabar-se no esquentamento. Um filho na barriga, um filho daquele sem-vergonha. (RAMOS, 1990, p. 155). Marina, branca e pobre, desejou aproximar-se de Julião, como o fizera a mulata Magnólia e Rita, personagens de Jorge Amado, e a certeza de seu fim, já era sabido por Luís. Interessado pela sorte de Marina, Luís a segue e vê que ela entra na casa de uma parteira, D. Albertina, para fazer um aborto.

O filho de Julião Tavares não viria ao mundo penar, cantar na escola o hino do Ipiranga, mover-se no exercício militar, curtir fome nos bancos dos jardins, amolar-se nas repartições, adular nos jornais o governo. E a família de seu Ramalho nada sofreria.

Pensando bem, d. Albertina atentara apenas contra Deus e contra a pátria. Se aquilo fosse julgado pelo júri, o promotor gritaria um discurso patético, e os jurados se arripiariam com indignação. (...)

A justiça e a religião não tomariam conhecimento do caso. (RAMOS, 1990, p. 171- 172).

O destino de Marina, com aquele aborto, agora poderia ser outro. Se fosse discreta talvez arranjasse até um casamento. A ignorância do pai a livraria da rua da lama. Com a solução de Marina encontramos uma alternativa que não apareceu nas narrativas de nenhum dos outros autores nordestinos citados até aqui.

Lembrava-me de sinhá Germana, de Quitéria, das negras da fazenda. Sinhá Germana só tinha conhecido um homem. As pretas não se envergonhavam de conhecer muitos homens. Que diferença! Descendo de sinhá Germana, que dormiu meio século numa cama dura e nunca teve desejos. (...) Os costumes de sinhá Germana eram superiores aos de Quitéria? Porquê? Não havia porquê, e isto me enraivecia. (...) Marina valia o que tinha valido antes de engrassar a barriga e procurar d. Albertina. (...) De qualquer forma, ela havia diminuído e habituava-se a esgueirar-se, a pedir desculpa a toda gente. Seria para o futuro um trapo como d. Adélia [mãe de Marina]. (RAMOS, 1990, p. 183).

A passagem acima é riquíssima! A opção de Marina pelo aborto não resolve o problema da submissão de sua condição feminina, o peso daquele segredo, aos olhos de Luís, o agravaria. Mas o que queremos destacar aqui é a comparação que o narrador faz entre sua avó Germana, branca e esposa de fazendeiro, e a escrava Quitéria, negra e amante de seu avô Trajano, que também conhecia outros homens: “*Os costumes de sinhá Germana eram superiores aos de Quitéria? Porquê?*”.

O questionamento explícito da distinção entre mulheres de cor e classe social não terá precedente em José Lins do Rego ou Jorge Amado, nas obras analisadas aqui. Admitindo que a negra Quitéria não tinha uma vida sexual regrada como sua avó Germana, Luís da Silva questiona a validade disso pois sua avó acabou sendo uma escrava sexual de seu avô, infeliz e sem direito de manifestar ou ter desejos próprios.

[As mulheres pobres] Mais livres do que as mulheres de mais recursos para abandonar os maridos ou amantes, quando submetidas a maus tratos, podiam exigir um relacionamento mais equitativo e, quando infelizes, mudar de parceiro. Embora estivessem também sujeitas ao

abuso masculino, não eram prisioneiras [no casamento] na mesma medida em que o eram as mulheres das classes média e alta. (BESSE, 1999, p. 48-49).

Essa passagem põe em questão o argumento de promiscuidade sexual que procura desmoralizar as mulheres negras e mulatas em narrativas literárias como as de José Lins do Rego, e também em literatura de viajantes como observou Robert Slenes em *Lares negros, olhares brancos: histórias das famílias escravas no século XIX* (1988) e em estudos sociológicos como *Casa-grande & senzala* (1933) de Gilberto Freyre. Como observa Besse:

A “crise” da família entre os pobres não foi descoberta pelas mulheres pobres mas pelos homens da burguesia, que se preocupavam com as baixas taxas de nupcialidade entre os pobres e com a instabilidade das famílias pobres. Isso era denunciado por eles como evidência da privação moral e do vício, que exigiam séria atenção social. Na verdade, não era novo o fato de os pobres não se casarem legalmente e terem filhos ilegítimos. Até aquela época, o casamento no Brasil fora em grande parte uma instituição de classe média e alta. Os pobres, sem propriedades a defender nem recursos para enfrentar as complicações burocráticas e a despesa do casamento, viviam o mais das vezes em uniões consensuais. Mesmo que aceitassem a moralidade dominante e valorizassem o casamento legal (o que frequentemente faziam), raramente podiam realizá-lo. Ao invés disso, dadas a relativa independência econômica das mulheres pobres e a dificuldade que tinham os homens pobres de desempenhar o papel de arrimo de família, eles moldavam seus próprios padrões morais favoráveis a uniões mais flexíveis e simétricas entre homens e mulheres. (BESSE, 1999, p. 42-43).

Neste sentido, a literatura de Graciliano Ramos se volta para os conflitos de seu tempo, distanciando-se da de José Lins do Rego que está mais comprometida com a estrutura familiar do século XIX e que ainda persiste nas primeiras décadas do século XX, em especial, no campo. Não negamos com essa afirmação, a contribuição do escritor paraibano na inserção do negro na literatura brasileira.

Como Sussekind (1982) observou o tema da escravidão era um tabu para os escritores do século XIX e só a partir de 1930 eles conseguiriam incluir o tema na nossa literatura. Neste meio período, contudo, os negros que figuravam como personagens no teatro e na literatura eram os escravos domésticos que eram mais próximos de seus senhores: “Torna-se impossível sustentar uma versão paternal do escravismo, quando se está diante da exploração e da violência com que se organizava o trabalho escravo na propriedade senhorial” (SUSSEKIND, 1982, p. 54).

Os anos 30 trazem as reminiscências da escravidão, os negros e negras que continuam nos engenhos. Mais do que transformar os negros em personagens, os escritores dessa época tentam entendê-los, dando-lhes mesmo voz, como fazem José Lins do Rego com Ricardo (*O Moleque Ricardo*/1935) e Jorge Amado com Antônio Balduino (*Jubiabá*/1935).

Ainda assim, é necessário reconhecer que as personagens negras e mulatas que José Lins elabora se aproximam da mucama Lucinda em *As vítimas algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo. Num texto que para o século XIX é antiescravista, Macedo condena a formação moral da mulher negra que, submetida à escravidão, era uma influência negativa para as mulheres brancas. Assim, a mucama Lucinda é um “demônio” enquanto que sua

senhora, Cândida, é a representação do “anjo”.

[Lucinda] abandonada aos desprezos da escravidão, crescendo no seio da prática dos vícios mais escandalosos e repugnantes, desde a infância, desde a primeira infância testemunhando torpezas de luxúria e ouvindo a eloquência lodosa da palavra sem freio, fica pervertida muito antes de ter consciência de sua perversão (MACEDO, 2010, 171).

A determinação negativa da personagem negra é sociológica e podemos identificá-la nas personagens de José Lins e no desprezo com que Carlinhos as narra, caracterizando-as como animais, sem valores morais, marcadas pela devassidão e a promiscuidade, cujo fim não poderia ser outro senão a prostituição.

É preciso destacar ainda que, mesmo diante da miséria, a prostituição não será a opção de muitas mulheres. A violência com que o personagem Carlos toma a mulher do empregado Zé Guedes mostra isso (*Banguê*). Ela não procurou o senhor de engenho. No entanto, o desejo que Carlos manifesta não pode ser recusado ou denunciado – ele é o príncipe herdeiro, dono de tudo o que existe no engenho Santa Rosa: terras, plantas, móveis, animais, homens e mulheres. Embora o narrador Carlinhos insista em chamar a atenção do leitor sobre a promiscuidade da mulher negra no engenho, ele deixa antever que existem mulheres casadas, com relações estáveis e mesmo longas, como o caso da mulher de Zé Marreira e de Zé Guedes. Mas o narrador prefere trabalhar a imagem de mulheres negras e mulatas solteiras, que tem filhos de vários homens, que, segundo ele, se oferecem como demônios. Até mesmo Ricardo é tentado por Isaura, em detrimento de sua esposa Odete, uma mulata que era fruto de um casamento estável, em *O Moleque Ricardo*. Apesar disso, será através das vivências de Ricardo que José Lins tocará um pouco mais nessas uniões estáveis mostrando as miseráveis famílias de Florêncio e Jesuíno.

O longo processo de transição e modernização no mundo rural entre o final do século XIX e início do XX, período abordado nos romances de Rego, apresenta diversos pontos de vista sobre as mulheres e crianças do engenho – as ricas e as pobres, as brancas e as negras. Se num primeiro momento esse olhar é marcado pelo ponto de vista de um menino branco, Carlinhos, mais tarde, também será marcado pelas impressões de Ricardo, o moleque Ricardo, filho da negra Avelina, que foge do engenho aos 16 anos e vai para Recife.

Em *Menino de engenho*, de modo geral, as mulheres negras são apresentadas como promíscuas, o ambiente familiar é descrito como sujo, sem higiene, e, a família negra, conseqüentemente, vista de forma pejorativa. As falas de Carlinhos representam, assim, os olhares brancos sobre os lares negros:

Não conheci marido de nenhuma [negra], e no entanto viviam de barriga enorme, perpetuando a espécie sem previdência e sem medo. Os moleques dormiam nas redes fedorentas; o quarto todo cheirava horrivelmente a mictório. Via-se o chão úmido das urinas da noite. (REGO, 1986, p. 100).

Em *O moleque Ricardo*, essa imagem é reforçada a partir das lembranças de Ricardo

sobre sua infância no engenho: “Via desde que se entendera de gente ela dormindo com outros homens. (...) As vezes com a lua entrando pelas telhas via tudo, mas fazia que não via. Ela reclamava: 'Olha o menino'. E o amor, o coito cegavam os dois. Não queria mal à mãe por isso”. (REGO, 2005, p. 32).

O comportamento sexual da mulher negra é desprezado por Carlinhos. Ele não reconhece seu papel nessa relação sexual e não reconhece a relação social existente. Já a relação de Carlinhos com os moleques, os *outros* meninos do engenho, vai se transformando ao longo do tempo. Na sequência, vemos um certo desprezo pelos moleques, mais tarde, cabras do *eito*.

O interessante é que nós, os da casa-grande, andávamos atrás dos moleques. Eles nos dirigiam, mandavam mesmo em todas as nossas brincadeiras, por que sabiam nadar como peixes, andavam a cavalo de todo jeito, matavam pássaros de bodoque, tomavam banho a todas as horas e não pediam ordem para sair para onde quisessem. Tudo eles sabiam fazer melhor do que a gente; soltar papagaio, brincar de pião, jogar castanha. Só não sabiam ler. Mas isto, para nós, também não parecia grande coisa. (REGO, 1986, p. 100-101, *grifos nossos*).

Carlinhos e os primos reconhecem a superioridade física dos meninos negros do engenho, os moleques, e por eles são dominados em todas as brincadeiras. Nessa lembrança a facilidade dos meninos da casa-grande, os brancos, em ter acesso à leitura, à educação, não é relevante: “Mas isto, para nós, também não parecia grande coisa”. O tempo, contudo, reformulará seu olhar sobre este aspecto. A condição de branco neto do senhor de engenho faz Carlinhos sentir-se superior, justamente, quando começa a frequentar o colégio na vila do Pilar, próxima ao engenho.

Depois mandaram-me para a aula dum outro professor, com outros meninos, todos de gente pobre. Havia para mim um regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para “o neto do Coronel Zé Paulino”. Os outros meninos sentavam-se em caixões de gás. Lia-se a lição em voz alta. (...) Nas sabatinas nunca levei um bolo, mas quando acertava, mandavam que desse nos meus competidores. Eu me sentia bem com todo esse regime de miséria. Os meninos não tinham raiva de mim. Muitos deles eram moradores do engenho. (REGO, 1986, p. 77, *grifos nossos*).

No início da adolescência, Carlinhos vai estudar em regime de internato, com meninos de sua classe social. Aí, ele sofre porque o título de coronel do avô é mais um entre os demais. Ao retornar ao engenho, numa visita de recesso escolar, o acesso à educação revela-se como uma distinção fundamental entre o menino da casa-grande e os moleques do engenho.

Mas os moleques rondavam-me para me dar contas de suas novidades. Coitados! Em seis meses [no colégio interno] tinha-me elevado acima deles não sei quanto. Era, no entanto, para eles o mesmo Carlinhos. (REGO, 1998, p. 85).  
Achava bonito aqueles meninos do meu tamanho com responsabilidades sérias nas costas. (REGO, 1998, p. 88).

O trecho acima revela que o personagem Carlinhos adquire uma nítida consciência de sua superioridade intelectual sobre os moleques do engenho. Com o tempo, ele entende que a superioridade física dos outros pode e deve ser dominada por ele, o herdeiro do Santa Rosa, como consta na passagem de *Banguê*:

Os moleques que haviam sido os meus companheiros andavam iguais aos outros [cabras]. Passavam por mim como estranhos. Um dia chamei um deles para conversar. Tinha se casado, três filhos, morava na Areia e vinha para o eito. Falava comigo desconfiado, de cabeça baixa. Como tinha se degradado, ele que fora meu chefe nas brincadeiras de Antônio Salvinho! (REGO, 1993a, p. 11-12).

Aos poucos o engenho vai sucumbindo diante da mecanização e especialização do trabalho, e sob a liderança cambaleante de Carlos de Melo. Em alguns momentos ele procura alguém com quem possa conversar, mas não reconhece amigos.

Onde estariam os moleques com que me criei? Vi Mané Severino de cabeça baixa, João de Joana roubando laranja, todos degradados no eito, na enxada alugada, limpando mato pelos mil e duzentos e a casa cheia de filhos. E Ricardo, o moleque Ricardo, da minha idade, aquele que acabara de rasgar as minhas roupas velhas? Fugira. Era assim que diziam daqueles que deixavam um dia a bagaceira. Fugiam como escravos. Apenas o capitão-de-mato se tinha acabado. Ricardo saíra pelo mundo. Ninguém sabia para onde. Tivera mais coragem que os outros. (REGO, 1993a, p. 70).

Esse desprezo pelos moleques do engenho permanece até mesmo quando Carlos de Melo lembra do filho ilegítimo que teve com a negra Maria Chica:

E o filho de Maria Chica, para que daria ele? Se me fosse embora do engenho haveria de ser como os outros. E imaginava-o no eito, com o sol tinindo no lombo, de pés estrepados de tocos. E o pai, de longe, gozando a vida, a botar os filhos legítimos nos colégios. (p.70)

Maria Chica tinha outro filho. O maior não podia ser meu. Quase preto que era. Entrava no meu quarto, nu, chupando o dedo para me tomar a benção. Aquilo era lá meu filho! (p. 107)

Os olhos eram meus, a testa também, o jeito dos lábios. Olhei-me no espelho comparando melhor. Era meu filho. Não fazia a menor dúvida. Cometia uma miséria deixando-o assim. Todo dia dizia comigo mesmo: hoje mando buscar o menino. E nada. (...) O outro felizmente morrerá. (p. 160)

O que era um filho feito sem amor, sem entusiasmo? Melhor que fosse com a mãe. Assim era também com os bichos. Só as vacas e as cachorras amavam seus filhos. Nunca vira um touro dos meus cercados passando a língua nos bezerros. (...) Teoria de cínico, embuste de quem não sabia ser homem nem para os seus rebentos. (p. 163). (REGO, 1993a, p. 70; 107; 160; 163).

Nos trechos citados acima, temos a triste evolução dos pensamentos do personagem Carlos de Melo sobre os filhos que teve com a negra Maria Chica, em *Banguê*. Carlos não os reconhece e mesmo fica feliz com a morte de um deles. O que o destino reservava ao filho sobrevivente? O trabalho no *eito*, como o destino de todos os moleques que partilharam a infância com o menino Carlinhos, e o desprezo de seu senhor. Por mais que alguns críticos identifiquem José Lins do Rego com o saudosismo do sistema patriarcal, o que sob certa medida é correto, é difícil não identificar que nesses trechos há críticas a sua própria classe social e uma forte denuncia dessas injustiças.

Carlos perde o Santa Rosa para seu tio, o Dr. Juca, e sabe que, apesar da nova faceta, o sistema de exploração não apenas manterá as diferenças sociais existentes como também as aprofundarão: “Deixava o Santa Rosa para os outros. João Rouco, João da Joana, Manuel Severino, todos ficavam para o eito da usina. A esteira da usina, os trens, os arados, as fomalhas precisavam de gente.” (REGO, 1993a, p. 178).

Através de Ricardo há um contraponto, uma outra visão sobre a infância dos moleques do engenho. Ainda que Ricardo não seja um narrador-protagonista, como o era Carlinhos. Ricardo tinha seis irmãos, era filho sem pai, da negra Avelina. A mãe trabalhava na casa-

grande e tinha os negócios com o roçado, conseguindo deixar Ricardo frequentar o colégio na vila do Pilar: “Ricardo aprendera a ler, assinava o nome. A mãe dera os livros, comprara até botinas. (...) Os outros moleques mangavam dele. (...) O neto do senhor de engenho passava a cavalo...”. (REGO, 2005, p. 32-33).

Ricardo frequentou a escola por um ano e gostava de estudar (o que mais tarde seria fundamental para ele destacar-se dos outros moleques). Era moleque de confiança do velho Coronel Zé Paulino, mas percebia o que seria de sua vida se permanecesse no engenho, seria um “alugado”. Por isso, aos 16 anos, ele “foge” do engenho Santa Rosa.

Ricardo, depois, arranja trabalho na padaria de um português auxiliando os masseiros e entregando os pães. Distingue-se dos demais empregados devido a sua calma e sua instrução. É tratado como um bom trabalhador. A educação que recebera na escola, ainda que por pouco tempo, se revela importante para o progresso do personagem. Ricardo consegue, por exemplo, negociar um aumento com seu patrão (REGO, 2005, p. 57) e manda notícias para sua mãe, Avelina, escrevendo-lhe cartas (REGO, 2005, p. 29).

Depois, em *Usina*, quando Ricardo retorna ao Santa Rosa depois de se decepcionar com a cidade, a educação que recebera, ainda que básica, mais uma vez mostrará sua relevância: “Sabia ler, contar. Estava ótimo para o serviço [no barracão]. Dormia mesmo nos fundos do barracão e ganhava 60\$000 por mês com direito a comer com os oficiais na casa-grande da usina”. (REGO, 1980a, p. 79).

Mãe Avelina tinha muito orgulho do filho, era o único de sua prole que conseguiu se destacar na vida. Ricardo, contudo, não gostava desta distinção. Aquela consciência que se abria com o pouco de instrução que recebera e com a vivência de mundo que adquirira, pesava-lhe. Em *O moleque Ricardo*, ele compara os filhos de seu colega Florêncio aos moleques do Santa Rosa, concluindo que por mais difícil que fosse a vida no engenho ela era melhor do que na cidade grande.

*Aquela gente passava mesmo necessidade. Ali eles tinham que comprar tudo, pagavam o casebre onde moravam. Pior que no engenho. Eles passavam mais fome que no engenho. Lá pelo menos plantavam para comer, tinham as espigas de milho, a sua fava para encher a barriga. No Recife tudo se comprava. (...) O masseiro, a mulher e quatro filhos, dormindo numa tapera de quatro paredes de caixão, coberto de zinco. Custava 12 mil-réis por mês. A água do mangue, na cheia, ia dentro de casa.*

*Os filhos de Florêncio passavam o dia pelo lixo que as carroças deixavam num pedaço de maré que estavam aterrando. (...)*

*Os meninos eram amarelos como os do engenho, mas eram mais infelizes ainda. Lá eles tinham o rio e a capoeira para entreter os vermes e o impaludismo. Os filhos de Florêncio faziam concorrência com os urubus, cascavilhando no lixo.*

(REGO, 2005, p. 70-71, *grifos nossos*).

Ricardo envolve-se na sociedade dos padeiros, espécie de sindicato da classe, e acaba participando de uma greve. O desfecho da greve é a prisão dos grevistas e envio destes para a

prisão de Fernando de Noronha. Ricardo fica preso dois anos, retornando depois ao Recife e morando na casa de Jesuíno, onde, mais uma vez, observa a vida das crianças na cidade. A mulher de Jesuíno contava que tentara viver como podia depois que o marido fora preso e enviado para Fernando de Noronha com os outros grevistas.

A vida ficou mais dura. Sem marido, sem o protetor, ficou com os filhos sem saber para onde ir. Casa para pagar, comida para comer. E assim os filhos traziam para casa o que lhes davam de resto de pão, de carne, de roupa velha, tostões. E foi vivendo até que o marido chegara de Fernando (...). Os molequinhos tinham se acostumado com a vida. Andavam tirando esmolas pelas portas, pedindo comida, corridos de uns, maltratados pelas portas das vendas tangidos como uma praga, uns pestilentos. Deram também para roubar, para aproveitarem-se dos descuidos dos balaieiros, disparando rua afora. O povo conhecia os negros de Jesuíno. (REGO, 1980a, p. 25-26).

O delegado chama Jesuíno e manda que ele contenha seus filhos, caso contrário, seriam mandados para uma colônia. A família se entristece e Ricardo decide retornar ao Santa Rosa, onde acredita poder ter vida nova (REGO, 1980a, p. 25).

A trajetória de moleques como os filhos de Jesuíno, contudo, será contada por Jorge Amado em diversos de seus romances. O tema da infância pobre e sem recursos foi consagrado pelo escritor baiano com a publicação de *Capitães de Areia* (1937), mas já estava presente nas dificuldades e aventuras do pequeno Henrique, em *Cacau*, e de Antônio Balduíno, em *Jubiabá*, que vão morar nas ruas de Salvador. Nesses romances, o cenário será urbano. O trecho a seguir é de *São Jorge de Ilhéus* (1944) e remete a preocupações e observações de Ricardo sobre a infância pobre no campo e na cidade, nos romances de José Lins – *O Moleque Ricardo* (1935) e *Usina* (1936).

Então, a Ilha das Cobras ficava entregue às crianças. Eram muitas, negrinhas e mulatinhas, à primeira vista somente, porque, em verdade, eram duas misérias diferentes. *Os meninos das fazendas tinham a cor da terra, as barrigas enormes, os sexos, cedo acostumados ao contato com os animais, precocemente desenvolvidos. Estes da Ilha das Cobras eram também amarelos, mas de um amarelo diferente, mais verdoso, não tinham barriga, o sexo era sempre pequeno.* A pele sobre os ossos, escaveirados, sabidos de fazer medo. *O seu grande ponto de contato com os meninos das fazendas, filhos de trabalhadores, era a facilidade com que morriam.* Enquanto eram pequeninos chafurdavam na lama da Ilha das Cobras e, como se achassem pouco, *dedicavam parte do dia a pescar siris nos pântanos próximos.* (...) Quando cresciam um pouco mais passavam o dia na cidade, jogando futebol na praia, entravam todos para o grupo dos “biribanos”, que se dedicava ao roubo (...). (AMADO, 1974e, p.147, *grifos nossos*).

As passagem destacadas remetem diretamente à abordagem que José Lins faz da infância, sendo possível suspeitar que ele tenha influenciado a narrativa de Jorge Amado.

À medida que o trem se aproxima do velho engenho, Ricardo vê “chaminés de usinas, altas como torres, de tijolos encarnados, bem diferentes dos bueiros brancos dos engenhos” (REGO, 1980a, p. 35-36). Ele relembra suas condições de fuga e, agora, seu retorno: “Fugira de lá [do Santa Rosa] para não ser alugado e fora pior do que isto. Tivera dores que os alugados não sofriam nunca. Uma alegria extraordinária enchia o peito do moleque naquela

hora”. (REGO, 1980a, p. 38). Depois de oito anos fora, Ricardo retorna homem feito. Mas seu olhar, sua atenção, volta e meia cai sobre as crianças que povoam os romances.

Aquela altura, contudo, o engenho Santa Rosa não era mais o mesmo, estava dominado pela usina Bom Jesus. O mundo que Ricardo conhecera, acabara. E se, por um lado, entre a vida dos moleques do engenho e a dos da cidade se abriu um fosso; por outro, a vida dos atuais moleques da usina se aproximava da dos moleques da cidade.

*Quantas vezes comparara os filhos de Florêncio com os meninos do Santa Rosa. Os de cá nunca que passassem fome e fossem ciscar nos monturos, atrás de cacarecos. Era assim no seu tempo. Hoje ele estava vendo as coisas como eram. Bem diferentes. Via os moleques em bando, esfarrapados pela porta do barracão. Seu Ernesto chamava-os de ratos. Estavam sempre com fome. (REGO, 1980a, p. 107, grifos nossos).*

Não havia mais para onde fugir. O futuro está comprometido e as crianças perdidas.

Retomemos a passagem da fuga de Ricardo do Santa Rosa, quando trabalhava para o coronel Zé Paulino. “Foge” é o termo usado ao longo do romance porque se entende que há uma continuidade de escravidão, como narrou Carlinhos, ainda que não exista mais a figura do capitão-do-mato: “[Ricardo] deixara a bagaceira e ia se empregar. Empregar – como essa palavra era diferente de alugar! No engenho os trabalhadores eram alugados”. (REGO, 2005, p. 36).

Ricardo, embora seja constantemente caracterizado pelo narrador como um “negro manso” e “bom” tinha consciência de sua condição social como mostra o trecho a seguir:

Ele [Ricardo] tinha uma alma igual à dos outros. E sabia mesmo fazer tudo melhor. E apesar disso, quando o outro crescesse [Carlinhos], seria dono, e ele um alugado como os que via na enxada. (...) O que aprendeu num ano que passou na escola, nada lhe valia. Deu somente para lhe abrir uma brecha para o mundo, para a vida. Ninguém passaria por aquela brecha tão estreita. Ali em Recife pelo menos um dia poderia ser alguma cousa. (REGO, 2005, p. 43).

Em Recife um mundo novo se abre para Ricardo: é a cidade! Mas durante algum tempo um certo medo o acompanha: o coronel mandaria gente para buscá-lo e levá-lo à força para o engenho? (REGO, 2005, p. 38). Tal medo não se concretiza em *O moleque Ricardo*, no entanto, cabe aqui lembrar o personagem Luís, um outro “moleque” que aparece no romance *Pureza* (1937) – romance independente do ciclo da cana-de-açúcar.

*Pureza* conta a história do jovem Seu Lola, um homem da cidade que vai passar uns tempos no campo para recuperar a saúde. Seu Lola leva consigo a negra Felismina que o trata com uma devoção extrema embora a escravidão seja finda há bastante tempo (o romance se passa no período da I Guerra Mundial). Na pequena cidade de Pureza, conhecem o moleque Luís que passa a morar com eles. Seu Lola, o narrador-protagonista relata:

Luís então me contou a sua vida (...). não tinha pai nem mãe. Era só, sem irmãos, sem parentes de espécie alguma. *Fugira do engenho Juçara*, que ficava a duas léguas da estação, e estava na casa do chefe, fazendo mandados da família, quando eu chegara ali. (...) *O pai não soubera quem fora. A mãe morrera de bexiga.* (...) Que seria de Luís quando chegasse a descobrir o que era, quando a sua capacidade de descobrir as coisas se abrisse para o mundo. Um escravo assim, com a consciência da

escravidão, era o que fazia tremer a ordem das coisas. (REGO, 1980b, p. 13, *grifos nossos*).

Mas ali em Pureza, Luís não se sentia seguro. Sempre que chegava gente do engenho Juçara na estação de trem, ele corria e se escondia, temendo ser capturado e levado para o engenho. A negra Felismina se indigna com a aflição de Luís e dizia-lhe que “deixasse de ser besta, que tempo de escravidão já tinha passado”. (REGO, 1980b, p. 15). Felismina, no entanto, era uma negra da cidade que estava acompanhando o patrão numa temporada no interior. E ali, naquele meio rural, havia uma distância maior entre a lei e a prática. Como nos lembra Andrade, “o poder dos proprietários de terra nas áreas rurais era bastante forte para fazer cumprir determinações desse tipo [de exploraçãp], estivessem ou não contidas em dispositivos legais”. (ANDRADE, 1991, p. 27). Tanto assim que um dia o medo de Luís se concretiza: “Bom dia, Seu Doutor, me disse um homem. Estou aqui a mandado do Coronel Zé Joaquim. É que este negrinho fugiu do engenho dele há bem uns seis meses e agora o Coronel soube que ele estava aqui e mandou para levar ele”. (REGO, 1980b, p. 27).

Diante do visitante Felismina se assusta e Luís se apavora. Seu Lola retruca, alegando que aquela prática era ilegal visto que o menino não tinha pai nem mãe no engenho. A isto o homem responde: “*O menino é cria da casa. Desde pequeno que ele vive pela cozinha do engenho. É coisa da casa.*” (REGO, 1980b, p. 28, *grifos nossos*). Seu Lola recusa-se a entregar Luís, afirmando que dali o menino só sairia a mandado de um juiz. Felismina também intervém: “Tempo de cativo já passou, dizia ela. Negro não se caça mais como bicho”. (REGO, 1980b, p. 28). O homem resigna-se e vai embora, mas o Coronel Zé Joaquim pede a intervenção de alguém mais hábil, o Coronel Joca do Gameleira, que explica:

O negócio com o senhor é por causa desse molequinho que fugiu do engenho dele e se acoitou aqui. *Isto não tem a menor importância, o molequinho é livre, não tem pai, não tem mãe, pode ir muito bem para onde quiser. Mas o senhor sabe, por aqui a coisa é diferente. Se os cabras descobrem que o senhor de engenho não pode nem aguentar mais um negro de estrebaria, tomam os freios nos dentes, e não há quem possa mandar nessa cabroeira.*

(...) *expliquei que o senhor era moço de fora, acostumado a viver com outra gente. O velho porém não se conformou. Estava desfeiteado, um portador dele fora maltratado pelo senhor.* (REGO, 1980b, p. 37-38, *grifos nossos*).

Seu Lola se defende alegando que seria um absurdo entregar o menino como se fosse um escravo fugido. O Coronel Joca dá razão ao Seu Lola, mas, por fim, lembra que o Coronel Zé Joaquim é um homem genioso e pede que Seu Lola entregue o menino. Lola resiste mais uma vez, mas a situação promete se complicar. Alguns dias depois, sabendo que ali o coronel do Juçara era mais forte do que um forasteiro como Seu Lola, Luís foge de Pureza.

Personagens como Felismina e Francisca lembram felizes que o tempo da escravidão passou, mas as marcas da escravidão persistem nos romances através das ações e reações de diversos personagens, como mostram os casos de “fuga” de Luís e Ricardo.

### 2.1.3 A “servidão” como continuidade da escravidão

Nas narrativas analisadas até aqui, a forma de exploração de mulheres pobres, em sua esmagadora maioria negra, e a proliferação de filhos ilegítimos são resultados de um sistema abusivo de poder que criou e controlou um ciclo de exploração que garantiu a permanente existência de uma mão-de-obra submissa e de baixo custo. Assim, a modernidade de um novo século chega, mas não elimina os vestígios da escravidão.

Em *Menino de Engenho*, Carlinhos observa o mundo ao seu redor e as relações e hierarquias estabelecidas. Os vestígios da escravidão são constantemente narrados e compõem o que Carlinhos define como um novo sistema – o regime da *servidão*, em substituição da extinta escravidão mas que se revela, na verdade, como uma forma de continuação dela.

Restava ainda a senzala dos tempos do cativo. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. *As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a “rua”, como elas chamavam a senzala.* E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, *com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos.* (REGO, 1986, p. 99, grifos nossos).

No trecho acima, fica evidente a simpatia do narrador pelo regime patriarcal e escravista. Para Carlinhos, a escravidão era um sistema de exploração de trabalho “alegre” e foi sucedido pela “servidão”, espécie de escravidão adaptada depois do 13 de maio de 1888. A permanência de ex-escravos no engenho, depois da Abolição, é ainda lembrada pelo Coronel Zé Paulino em conversa com o neto:

*Quando veio o 13 de maio, fizeram coco no terreiro até alta noite.* Ninguém dormiu no engenho, com a zabumba batendo. *Levantei-me de madrugada, para ver o gado sair para o pastoreador, e me encontrei com a negrada, de enxada no ombro: iam para o eito.* E aqui ficaram comigo. *Não me saiu do engenho um só negro.* Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. (REGO, 1986, p. 136, grifos nossos).

Com essas passagens do romance é possível ilustrar a situação dos libertos no pós-abolição. O 13 de maio traz uma sensação de liberdade que deve ser comemorada, como vemos no trecho acima, embora na prática não tenha fornecido mecanismos para uma mudança mais profunda na vida dos ex-escravos, que, na grande maioria dos casos, permaneceu nas fazendas, engenhos. Assim, a tradição da escravidão fora substituída por um termo que ameniza a mesma espécie de exploração: a *servidão*.

O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiro, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, os burros, nos matos. (REGO, 1986, p. 134).

O menino Carlinhos revela em sua narrativa uma grande admiração pelo avô, o coronel José Paulino: “[Meu avô] Tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal ele foi, mas os seus párias não traziam a servidão como um ultraje” (REGO, 1986, p. 121). A exploração dos pobres, segundo o olhar de Carlinhos, era consentida

e a dominação do homem branco, natural. A naturalização dessa relação já foi apontada por Ligia Sigaud (1979), Manuel Andrade (1991) e Montenegro (1988) também elucidam essa questão, afirmando que a adaptação da escravidão e a permanência dos libertos nos engenhos e fazendas como *moradores* facilitou a dominação da massa trabalhadora, mantendo-a submissa.

A escassez da mão-de-obra escrava e as perspectivas de extinção, a médio prazo, do regime servil levaram os agricultores brasileiros a desenvolver uma política de adaptação e de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Essa política permitiu que se desenvolvessem silenciosamente, à sombra das casas-grandes, nas áreas menos dinâmicas, sistemas de trabalho em que o agricultor sem terra, transformado em morador, passasse a dispor de pequenas áreas para culturas de subsistência, prestando dias de trabalho semanal gratuito ao proprietário. Ao lado desse sistema se desenvolveram também formas de parceria em que o pequeno produtor pagava a renda da terra com uma expressiva parte de sua produção agrícola ou com uma importância em dinheiro. (ANDRADE, 1991, p. 23-24).

(...) essa população já estava conformada com os padrões de dominação e via, nos coronéis que a exploravam, os compadres protetores, a quem recorria nas ocasiões difíceis; não se lembrava que esses mesmos coronéis a exploravam e tomavam suas terras e sua produção. (ANDRADE, 1991, p. 44).

Percorrendo as fábricas, os engenhos, as fazendas de café do início do século, verificamos que o quadro da relação patrão/empregado permanece inalterado. (MONTENEGRO, 1988, p. 69).

Esse quadro se estabeleceu porque a Abolição não previu assistência e apoio aos libertos de modo que pudessem ser inseridos no trabalho livre e ter acesso à própria terra. Andrade observa que o regime republicano implantado em 1889, apenas um ano após a Abolição, “não procurou tomar medidas que beneficiassem os recém-libertos, esquecendo-se dos projetos de Joaquim Nabuco, de André Rebouças e de João Alfredo, da transformação dos ex-escravos em colonos”. (ANDRADE, 1991, p. 39).

Mas a Lei Áurea também não representou a redenção do negro. Após os primeiros instantes de atordoamento ante a liberdade enfim conquistada, quando, aos magotes, buscaram escapar ao cenário de suas desditas, não lhes restou outra alternativa senão a de regressarem às áreas rurais, sujeitos a vis salários. Os que ficaram nas cidades foram relegados a ínfimas ocupações.

(...) Prevaleceram os interesses dos fazendeiros. (QUEIROZ, 1987, p. 78).

Além disso, regiões mais distantes da capital federal e fora da produção do café, então nosso principal produto de exportação, como o Nordeste açucareiro conseguiu manter as relações existentes com mais facilidade e pouca ou nenhuma fiscalização que fizesse cumprir a lei.

No colégio, em contato com a negra Francisca, Carlinhos descobre que nem todos os negros gostava dos brancos, nem todos eram submissos diante dos abusos da escravidão ou “servidão”. A negra que viera do Recife para trabalhar no colégio do professor Maciel, em *Doidinho*, tinha verdadeiro ódio aos brancos e contava histórias de feitiçarias e vinganças praticadas por negros contra seus senhores.

O diabo da negra [Francisca] me arrastava para a cozinha, e enquanto lavava os pratos ia batendo com a língua, contando os seus casos. Em tudo mostrava o seu ódio aos brancos. Como era diferente das negras do Santa Rosa (...). No Recife era assim: os negros botavam feitiço nos senhores, a bexiga matava as famílias ricas. (REGO, 1986, p. 52).

Em *Banguê*, o então adulto Carlinhos passa uns tempos no engenho de um tio e vê

como ali os negros e mulatos eram tratados de forma diferente do engenho de seu avô. Segundo Carlos de Melo, aquilo se devia, em primeiro lugar, a sua tia Maroca, uma mulher que frequentou colégio tinha ares modernos.

Dava remédio aos moradores, mas não passava o dia na cozinha como as primas da Várzea. Nunca lhe vi negra catando piolho ou em conversa, contando enredadas. Só ia à cozinha dar ordens. Podia ser muito severa com as negras, mas pagava aluguel, tendo-as como empregadas a tanto por mês. O regime servil não deixara reminiscências na casa-grande do Gameleira.

No Santa Rosa as negras foram ficando a trabalhar pelo que comiam e vestiam, como antes de 88 [1888]. Comiam bem. Os filhos se criavam na fartura e era tudo para elas.

A velha Maroca corrigia este abuso. Os seus serviçais faziam ordenado. Tempo do cativoiro tinha passado. (REGO, 1993a, p. 93).

Ao observar as relações de trabalho que existiam no engenho Gameleira, Carlos conclui que sua tia Maroca corrigia os abusos que aquela continuação da escravidão disfarçada implicavam. No entanto, quando seu avô morre e Carlos herda o engenho Santa Rosa, onde os abusos de relações de trabalho existiam, ele não segue o exemplo do engenho de seus tios e mantém as relações de dominação e exploração nos mesmos moldes: “Mal me via com o cajado na mão, fazia as mesmas coisas que os outros” (REGO, 1993a, p. 125). Mas Carlos era de outra geração e vivia em outro tempo, não tinha a força e a crueldade necessárias para manter vivo o engenho de seu avô e nem para modernizar as técnicas de produção como os novos tempos pediam.

Em sua autobiografia, *Meus verdes anos*, o escritor José Lins do Rego recorda o poder de seu avô, carinhosamente chamado de Bubu, com a mesma admiração de seu personagem Carlinhos, no romance autobiográfico *Menino de engenho*:

[Meu avô] Gritava muito e descompunha como um capitão de navio. Mas tudo sem raiva, não fazendo medo aos moleques e nem temor aos trabalhadores. Era respeitado, e posso dizer mesmo que amado pela sua gente. (...)

Olhava eu o meu avô como se ele fosse o engenho. A grandeza da terra era a sua grandeza. Fixara-se em mim a certeza de que o mundo inteiro estava ali dentro.

(REGO, 1956, p. 22; 55).

E como já observamos aqui, essa visão positiva do senhor de engenho será corrigida em *Fogo morto*, quando o escritor revela as impressões desses gritos e descomposturas através do olhar do personagem José Amaro, que diretamente os recebeu. Além disso, o personagem Carlinhos não é personagem em *Fogo morto*, embora alguns dos personagens desse romance figurem nos livros anteriores do ciclo da cana-de-açúcar.

É pertinente lembrarmos aqui como o adulto Luís da Silva recorda-se da sua infância e de seu avô, ex-senhor de escravos em *Angústia* (1936), de Graciliano Ramos. O avô, Trajano Pereira de Arquino Cavalcante e Silva, é apresentado por Luís com um homem que dominava negros como se fossem coisas e fora pai de muitos filhos ilegítimos, frutos de suas relações com as escravas.

Os músculos de mestre Domingos eram do velho Trajano. Os músculos e o ventre de Quitéria [ex-escrava e ex-amante de Trajano] também. Sinhá Germana concebia e paria no couro de

boi, a que o atrito e a velhice tinham levado o cabelo. Quitéria engendrava filhos no chão, debaixo das catingueiras, atrás do curral, e despejava-os na esteira da Isidora, em partos difíceis. Crias de cores e idades diferentes espalhavam-se por aquela ribeira, várias de Trajano, cabras alatoados que apareciam de longe em longe e pediam a benção do velho às escondidas. Os partos de sinhá Germana perderam-se: escapou apenas Camilo Pereira da Silva, que parafusou no romance e transmitiu esta inclinação para os impressos. Quitéria e outras semelhantes povoaram a catinga de mulatos fortes e brabos que pertenciam a Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva.  
(...) [Meu avô] Depois da abolição, já sem forças, ainda conservava os modos de patriarca. (RAMOS, 1990, p. 141).

Olhando para o passado, Luís da Silva não idealiza o avô. No trecho acima vemos que é seu pai, Camilo, que traz características próximas ao narrador Carlos de Melo, de José Lins do Rego. Mas, o avô de Luís, assim como o avô de Carlinhos, colaborou na multiplicação de mulatos e na construção de uma mão-de-obra barata para a continuidade de relações de trabalho próximas da escravidão. E embora Quitéria venha a ser a única ex-escrava que permanece na fazenda de seu antigo senhor, essa nova descendência já não será tão submissa depois da abolição da escravatura em 1888 como ocorre nos romances de José Lins:

*As outras pretas da fazenda tinham deixado a cozinha depois de 88, e Trajano era senhor de uma escrava só, que se deitara com ele sob as catingueiras e não queria ser livre. (...)*  
*Agora Quitéria estava morta. E os filhos dela e os das outras pretas que, depois de 88, foram viver em ranchos de palha, nas ribanceiras do Ipanema, começavam a desacatar os descendentes dos antigos senhores. Muitos andavam nos grupos de salteadores que assolam o nordeste, queimando propriedades, violentando moças brancas, enforcando os homens ricos nos ramos das árvores. (RAMOS, 1990, p. 142; 143, grifos nossos).*

Luís da Silva, quando enforca o rico Julião Tavares no final de *Angústia*, se aproxima da prole ilegítima de seu avô. E as ações violentas desses bastardos não lembra em nada a submissão e mansidão descritas por Carlinhos.

O ex-senhor de escravos, Trajano, será ainda um homem frustrado que, nas memórias do neto, “ainda conservava os modos de patriarca”. Quando seu avô bebia esquecia que a escravidão tinha acabado e, se encontrava mestre Domingos, seu ex-escravo, na rua, esbravejava: “Negro, tu não respeitas teu senhor não, negro!”. Vendo o velho Trajano bêbado, Domingos o pegava pelo braço e o devolvia para a família para se curar da bebedeira. Ele era agora um mestre, tinha venda sortida, “era um sujeito perfeitamente respeitável” mas o velho Trajano não ligava para aquilo e o ex-escravo não se irritava com esses ataques. Luís recorda essas passagens de sua vida de dentro de um carro, cruzando a cidade e relaciona a decadência do avô aquele ritmo novo e urbano: “Os postes cintados de branco passam correndo, o carro está quase vazio, as recordações da minha infância precipitam-se. E a decadência de Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva precipitam-se também. (RAMOS, 1990, p. 12).

Não há no narrador Luís da Silva a ternura afetiva que encontramos no narrador Carlos de Melo. Luís, inclusive, pensa naquele exercício de recordar e confessa que sua memória se mistura com a imaginação: “De toda aquela vida havia no meu espírito vagos indícios. Saíram do entorpecimento recordações que a imaginação completou”. (RAMOS, 1990, p. 16).

Voltando a *Fogo morto* (1943), este romance nos traz também um outro olhar sobre as relações de trabalho em um engenho. No engenho Santa Fé, do coronel Lula, os negros apanhavam por qualquer coisa, eram mesmo torturados. A passagem a seguir traz os pensamentos de D. Amélia, mulher do coronel Lula do Santa Fé, diante do episódio da abolição:

Os negros do engenho se foram, até as negras de sua mãe não quiseram ficar na cozinha. Os do Santa Rosa haviam ficado na senzala. Eram amigos do senhor de engenho. Se o seu pai estivesse vivo, tudo seria como no Santa Rosa. (...) Lula não gostava de negros. No dia da abolição os pobres foram para a frente do engenho, doidos de alegria. Teve medo. O feitor ganhara a catinga, e Lula trouxera para a sala os clavinotes armados. Os negros cantavam no pátio, com uma fogueira acesa. Ninguém dormiu naquela noite. (REGO, 1984, p. 245).

“Ninguém dormiu naquela noite” - nessa narrativa vemos o temor que toma conta dos senhores algozes. Enquanto os negros comemoram a abolição, seus senhores temem um ataque, uma vingança pelo mal que lhes causaram. O feitor Deodato, que era mulato, executava as ordens violentas do coronel Lula, e, com a abolição, foi perseguido por seus antigos subordinados.

Passado o susto daquela primeira noite pós-abolição, vendo que a reação da grande maioria de seus ex-escravos fora procurar trabalho em outros engenhos, o coronel Lula se sente frustrado e traído pela monarquia, enquanto que o engenho Santa Fé se arruína aos poucos. Mas Lula, assim como Carlos de Melo, não tinha força para tocar um engenho, era um homem que gostava ler, educado na cidade. O Santa Fé estava condenado, mas o coronel Lula morre senhor de suas terras, enquanto que Carlos, em *Banguê*, as perdeu ainda jovem.

As relações de trabalho narradas por Carlinhos vão de encontro as advertências de French (2006) que nos lembra que não devemos reduzir a escravidão à coerção, uma vez que as relações sociais estabelecidas tinham diversas nuances:

Como uma classe para a qual muitos ex-escravos migraram, os agregados viviam em terras controladas por proprietários de escravos e funcionavam como parte integrante da clientela desses proprietários. Eles eram legalmente livres, porém presos, por suas obrigações e dependências, às vontades e arbitrariedades dos proprietários e administradores das *plantations*. (...) não podiam esperar acionar a lei ou o Estado contra seus superiores, daí suas vidas ficavam rigorosamente circunscritas pelo poder dos patrões e de seus capangas. (FRENCH, 2006, p.[*ilegível*]).

Montenegro também chama nossa atenção para esse aspecto:

O trabalhador recém-liberto não viveu ainda a experiência de ser outro. Está marcado por uma ordem em que a única fala, a única vontade é a do patrão. O sofrimento, o embate, a discussão são inadmissíveis. A vontade do senhor não deve ser contrariada. Discordar é desrespeitar. Não há espaço nem condições para se conviver com a diferença, contra a qual se decreta o silêncio. (MONTENEGRO, 1988, p. 69).

Contudo, a coerção também não desapareceu e as narrativas de José Lins do Rego são marcadas pela utilização do *tronco*, antigo instrumento de castigo usado frequentemente durante a escravidão. O uso desse instrumento marca a continuidade da escravidão nas novas formas de relação de trabalho pois essa forma punitiva aparece em narrativas que vão do início do século XX (*Menino de engenho*) até as que já estão em meados de 1930 (*Usina*).

Já citamos aqui que o menino Carlinhos ficou impressionado com Chico Pereira, o cambiteiro que foi mandado para o tronco pelo coronel José Paulino por, supostamente, ter desonrado a mulata Maria Pia. (REGO, 1986, p. 87). Carlinhos presencia a rotina do engenho e vai narrando as práticas tradicionais de exploração ainda em vigor: ex-escravos, descendentes, agregados, todos pedindo favores e a intervenção do senhor de engenho; e até mesmo o uso do tronco como castigo!

Em *Banguê*, Carlinhos já adulto, novo dono do engenho Santa Rosa, não hesita em usar o tronco para punir os seus “serviçais” sejam brancos, negros ou mulatos. Quando Pinheiro, um agregado branco e pobre, é pego roubando lenha do engenho, o novo senhor de engenho repete o ensinamento de seu avô e manda-o para o tronco: “mandei botar no tronco, para exemplo”. E diante do choro da mulher e dos filhos de Pinheiro, Carlos dá uns gritos e manda soltar o prisioneiro: “Dei-lhe uns gritos. Na primeira ocasião que me chegasse ali, com furtos, botava tudo no tronco, encangado. Vi-os quando se foram, pegados uns aos outros, como um montão de coisa imprestável” (REGO, 1993a, p. 112).

Em *Usina*, mesmo com a modernização do Santa Rosa nas mãos do sucessor de Carlos de Melo, o tio Juca, o uso do tronco como forma de castigo não desaparece:

Num dia em que pegaram um Pinheiro com a flor-de-cuba nos dentes deram com ele no tronco. Era ordem do usineiro. (p. 92)

Então o Dr. Juca ordenou que sacudissem o cabra para o seu quarto na rua. Dessem-lhe café com limão e se se metesse a brabo, fossem com ele ao tronco (p. 166)

Cabra que fosse encontrado caçando, estava com o tronco garantido. (p.169).

(REGO, 1980a, p. 92; 166; 169).

Por outro lado, os negros mostram sempre ter consciência de que o tempo da escravidão passou, valorizando sua liberdade jurídica, ainda que não prática. Em *Doidinho*, a negra Francisca gostava de contar histórias para os meninos do colégio interno. Ela trabalhava como cozinheira no colégio e Carlinhos, um dia, lhe perguntou se ela fora escrava:

\_Deus me defenda! Eu peguei o ventre-livre. [Francisca respondeu]

\_Que diabo é ventre-livre, sinhá Francisca?

\_Não sabe não? Branco deve saber tudo. *Quer dizer que eu nasci livre*, menino. A lei mandava que as negras não podiam mais parir cativos. (REGO, 1998, p. 53, *grifos nossos*).

Carlinhos não compreendia a importância daquele “nascido livre”. Mas, se a “senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição”, permanecendo como a “rua” onde moravam libertos e descendentes (REGO, 1986, p. 104), os tempos eram outros e impunham mudanças. Carlos não conseguiu conduzir o engenho e era constantemente aliciado pelos donos da Usina São Félix que queriam as terras do Santa Rosa.

O usineiro me recebeu de braços abertos. (...) Respeitava os seus vizinhos e sobretudo a mim, de uma família que lhe merecia muito. Estava pronto a fazer um acordo. Passava-me as canas pelo mesmo preço. Pagasse quando pudesse. E me mostrou as suas instalações, as turbinas, os vácuos, a moenda enorme. O monstro estava descansando para os quatro meses de luta. Indicou-me, uma por uma, as máquinas que lhe davam numa semana a safra inteira de muitos bangüês. (...) E me convidou para almoçar; cheio de gentilezas. Voltei para casa com uma imagem destruída: aquela do usineiro feroz, roubando na balança, devorador de engenhos. Era

um homem de trato, com maneiras distintas. (REGO, 1993a, p. 142).

Carlos perde sua herança para o tio Juca que instala no Santa Rosa a usina Bom Jesus, fazendo mudanças. O Dr. Juca, filho do já falecido coronel Zé Paulino, também herdeiro da tradição dos engenhos, entende que para se manter no poder precisa adaptar-se às novas demandas. Carlos deixa a cena do ciclo da cana-de-açúcar prevendo a sorte do povo do *eito* e vislumbrando uma nova reapropriação do antigo regime de escravidão e readaptação da atual “servidão”:

Deixava o Santa Rosa para os outros. João Rouco, João da Joana, Manuel Severino, todos ficavam para o eito da usina. A esteira da usina, os trens, os arados, as fornalhas precisavam de gente. Gente que não dormisse, que não fizesse roçado, que não plantasse algodão. (REGO, 1993a, p. 178).

Será em *Usina*, o quinto romance do ciclo da cana-de-açúcar, que teremos as imagens desse novo sistema de “servidão”. O povo do *eito* é expulso das vazantes, onde tinha casa e terras férteis para o roçado. O usineiro mandava-o para as terras mais distantes da propriedade. O Dr. Juca, modernizando a estrutura do engenho, acaba com a antiga senzala, a “rua”, colocando os moradores numa casa distante, com fama de ser mal-assombrada.

Agora as negras haviam sido conduzidas para esta hospedaria de fantasmas. Quando a notícia chegou para elas, correram para D. Dondon [espoda do Dr. Juca] que neste tempo ainda morava na usina. A senhora porém não conseguira nada. (...) Generosa botou as mãos na cabeça, dizendo o diabo do Dr. Juca. E dizia alto que Deus estava vendo tudo aquilo. Deus do céu via a judiação que estavam fazendo com ela.

Aquilo parecia às negras um fim do mundo. Botaram a rua abaixo. Criaram-se ali, tiveram filhos, amaram, sofreram as suas moléstias, mandaram os seus defuntos para o cemitério, e o Dr. Juca botava tudo abaixo. (REGO, 1980a, p. 73).

Sob os olhos de Ricardo, protagonista de *O moleque Ricardo*, que retorna ao Santa Rosa em *Usina*, a percepção dessas mudanças também é sensível.

O moleque ficou um tempão olhando para tudo. Um povo, que ele não conhecia, conduzia burros, descarregando carroças de cana. Lá por dentro devia ser um formigueiro. O moleque porém queria ver a sua gente. E foi saindo para a casa-grande e não viu a *rua* [onde moravam as negras]. Tinham plantado eucalipto por defronte da casa-grande. Olhou para a cozinha e viu grades de ferro. (REGO, 1980a, p. 74).

Ricardo observa que há uma população nova no Santa Rosa, são sobretudo operários, mão-de-obra especializada para a usina. Enfim, emprega-se como caixeiro no barracão do Seu Ernesto, acompanhando as compras dos trabalhadores da usina.

*Dinheiro não corria a usina. A moeda corrente era uns vales de metal.* Os trabalhadores davam os seus dias de serviço e quando conseguiam saldo ficavam com a sua moeda correspondendo ao valor. *Trabalhavam pelo quilo de ceará, pelo litro de farinha ou de feijão e quando o trabalho valia mais que a precisão de comer levavam para a casa o vale de tanto, a moeda que só tinha valor no barracão da usina. Ali eles teriam que comprar,* ali eles teriam que deixar o metal que o seu suor, as suas 12 horas de sol ganhavam para eles. (REGO, 1980a, p. 80-81, *grifos nossos*).

Contudo, Ricardo observa que nem todos os empregados se submetiam a esse sistema de pagamento. O povo do *eito*, já antigo no Santa Rosa, se deixava submeter, mas os sertanejos e os operários não.

*Os sertanejos, os que chegavam de fora não se sujeitavam a isto. Queriam dinheiro corrente,* as moedas de níquel no bolso. Vinham para a Várzea na safra, davam os seus dias, semanas de serviço e quando relampeava para cima faziam as contas e corriam para as terras deles, que

eram livres. *Os operários, os mecânicos, os cozinheiros também estavam livres do vale da usina. A maioria, os cabras do eito, estes não tinham para onde correr. Moravam em terras da usina e não podiam fugir.* Muitos se lembravam do bangüês, como um tempo de ouro. Outros emigraram para os engenhos de Itambé, que ainda estavam no velho regime. (REGO, 1980a, p. 80-81, *grifos nossos*).

No caso dos operários, a especialização de sua mão-de-obra, seu nível de escolaridade e organização sindical permitia negociações com o patrão, esse será um traço fundamental da modernidade. No romance, o próprio usineiro reconhece essa diferença:

Mais para o alto, o Dr. Juca via o arruado que mandara construir para os operários da fábrica. *A gente, que vinha trabalhar nas máquinas, no cozinhamento, exigia, não se conformando com as casas de palha dos moradores. Era gente que havia passado por outras usinas, que não se submetia ao que os cabras do eito aguentavam.* Por isto fizera para eles aquele arruado de casas de telhas, de chão de tijolo. Por lá moravam os chamados operários da usina. *Não seriam nunca submissos e fáceis de ser mandados como os homens do campo,* os trabalhadores de dois mil-réis por dia, que recebiam vale de usina, a carne-de-ceará e a farinha seca, de cabeça baixa, satisfeitos da vida, como se a vida só tivesse de grande para lhes dar aquela miséria que desfrutavam. (REGO, 1980a, p. 91, *grifos nossos*).

O povo do *eito*, desse modo, se submete a uma nova forma de exploração. A mecanização e especialização do trabalho aprofundam as diferenças sociais. Quando o Dr. Juca perde a usina e uma nova seca assola a região, os operários vão embora, os retirantes chegam e não há comida para ninguém. Desesperados, o povo toma o barracão de Seu Ernesto, que tenta mantê-lo com a força das armas. Ricardo, incumbido de proteger o barracão, não aguenta a injustiça: tanta comida ali e o povo lá fora faminto. Num impulso, ele larga a arma e abre as portas do barracão, virando-se, assim, contra os interesses de seu patrão, Seu Ernesto. Um outro empregado tenta detê-lo, acertando suas costas com um tiro. Mas o povo consegue entrar e Seu Ernesto e os empregados são esmagados. (REGO, 1980a, p. 224-226).

Famintos da caatinga, dos agrestes, retirantes. A usina não deixara fazer roçado. Tinham sido expulsos das vazantes do Paraíba, não contavam com a batata-doce, as espigas de milho para as necessidades. Queriam de comer. (...) Depois o povo olhou para o barracão lá embaixo. (REGO, 1980a, p. 224).

Esse episódio dramático mostra duas condutas: a de um empregado que sabe que os interesses de seu patrão não condizem com os seus e/ou sua classe social, e o de um empregado que defende o patrão como se defendesse um interesse propriamente seu. Essa representação social do trabalhador é bem próxima do perfil histórico traçado por Chalhoub ao distinguir um trabalhador que se identifica com os interesses do patrão dos que “procuram praticar pequenas sabotagens” revelando “uma consciência nítida de que os interesses do patrão não são os seus”. (CHALHOUB, 2001, p. 154). Ricardo representa justamente este caso. Embora sempre caracterizado como “negro manso” e “bom trabalhador”, com certo grau de instrução e digno, por tudo isso, de alguns pequenos privilégios (comer com oficiais, conseguir negociar seu salário), Ricardo tem uma aguda consciência da injustiça embora nem

sempre tenha reagido a ela diretamente.

No caso da greve, ainda em Recife, Ricardo acaba aderindo-a para não desapontar os amigos e não porquê acreditasse nos ideais que fermentavam os rebeldes. Em muitos momentos olhava o combativo Florêncio com pena: aquele pobre homem dando tudo o que tinha material e imaterialmente para a Sociedade e os líderes da rebelião, com filhos e mulher vivendo precariamente e, ele próprio, morre sem qualquer auxílio de seus pares.

O episódio do barracão, no entanto, traz uma reação direta às diferenças sociais, uma reação de indignação, de dor e de angústia que Ricardo não consegue mais suportar. Pode-se até mesmo dizer que a lembrança dos meninos – os do Santa Rosa do seu tempo, os de Recife, e os do Santa Rosa com a usina – seja um dos fatores motivadores dessa reação heroica e dramática, impensada que culmina na morte do personagem.

E com a queda do Dr. Juca, segue a decadência de uma família – a família de ex-senhores de engenho que se uniu para a criação da usina Bom Jesus na tentativa de sobreviverem aos novos tempos e manterem a força de sua tradição. É inútil. Com a crise financeira, não passariam a pobres coitados mas não poderiam mais ter a mesma força que antes, estariam para sempre sujeitos a grande usina São Fêlix.

De senhores, passariam a escravos, a fornecedores de uma esteira que engolia a cana e chupava sangue. Nunca mais que fossem livres, que a mulher e os filhos pudessem contar com a vida larga. Tinham em mente os senhores de engenho do baixo paraíba que a São Fêlix despenara. Não havia um só que subsistisse com a independência de outrora. (REGO, 1980a, p. 233).

A decadência dos senhores de engenho no ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego, certamente inspirou a decadência dos coronéis do cacau, no ciclo que Jorge Amado desenvolveu com força a partir da década de 40. A instabilidade dos novos tempos também é fortemente marcada por Jorge Amado, como atesta a passagem abaixo de *Terras do Sem Fim*, e acentuada pela intensa mobilidade social:

Na cidade todos se misturavam, o pobre de hoje podia ser o rico de amanhã, o tropeiro de agora poderia ter amanhã uma grande fazenda de cacau, o trabalhador que não sabia ler poderia ser um dia chefe político respeitado. Citavam-se exemplos e citava-se sempre Horácio, que começara tropeiro e agora era dos maiores fazendeiros da zona. E o rico de hoje poderia ser o pobre de amanhã se um mais rico, junto com um advogado, fizesse um “caxixe” bem feito e tomasse sua terra. E todos os vivos de hoje poderiam amanhã estar mortos na rua, com uma bala no peito. Por cima da justiça do juiz e do promotor, do júri de cidadãos, estava a lei do gatilho, última instância da justiça de Ilhéus. (AMADO, 1973, p.192).

Até mesmo a morte do coronel Horácio em *São Jorge dos Ilhéus* (1944) remete a morte do coronel José Paulino em *Banguê* (1934). Os trechos abaixo mostram como o ciclo do cacau de Jorge Amado deve muito simbolicamente ao da cana-de-açúcar de José Lins do Rego:

E estava morto, seu enterro tinha sido realmente a data que marcava o fim do tempo dos coronéis, ou, como dizia Joaquim “o fim do feudalismo”. (AMADO, 1974e, p. 297).

O Santa Rosa se findara. É verdade que com um enterro de luxo, com um caixão de defunto de trezentos contos de réis. (...)

O meu avô ia ser enterrado num dia bonito para ele, num dia de chuva. Boa manhã para plantar cana, semear feijão, fazer roçado. (...)

Eles também morria, os senhores. (REGO, 1993a, p. 101-102).

Era o fim de uma era e o começo de outra, ainda mais temida nas profecias de negros tidos como feiticeiros: o personagem Jeremias de Jorge Amado (*Terras do Sem Fim*, p. 118) e Feliciano, de José Lins (*Usina*, p. 142). Feliciano, contudo, era ligado ao fanatismo católico enquanto que Jeremias alimentava os ritos de seus ancestrais africanos.

Assim como Juca e outros usineiros sentem a queda do preço do açúcar e se afundam devido a dívidas contraídas na época do preço alto do açúcar, os coronéis e pequenos lavradores sentem a baixa do cacau em *São Jorge dos Ilhéus* (1944). Jorge Amado, contudo, deixa explícito o jogo de interesses comerciais que motivam a alta do cacau – que estimula a extravagância e altos gastos dos coronéis e mesmo dos pequenos lavradores – e a baixa que pega de surpresa os endividados. A derrota dos ex-senhores de engenho diante da forte usina São Félix nos remete à derrota dos fazendeiros de cacau diante dos exportadores.

Em *São Jorge dos Ilhéus*, Don'Ana Badaró e seu marido, João Magalhães, fazem um passeio no cais da Bahia. Há alguns anos, o casal foi obrigado a deixar suas terras no sul da Bahia, depois de perderem suas propriedades com a baixa do cacau. Recomeçaram a vida em outra cidade, com uma pequena pensão que os sustentaria na velhice:

E aconteceu sentarem num banco próximo ao enorme prédio do Instituto do Cacau, que o governo fizera construir durante a alta. Ficaram a mirá-lo com os olhos tristes. (...)

— Cresceu muito... - disse Don'Ana Badaró.

João Magalhães sabia que ela estava falando sobre o cacau:

— É verdade... - respondeu — Cresceu demais para a gente, minha velha...

(AMADO, 1974e, p. 335).

Diante das novas tecnologias, de interesses comerciais mais complexos, um mundo novo surge e esse mundo não necessariamente era bom, embora o que findasse também apresentasse problemas inegáveis. Até mesmo a amabilidade do Dr. Luís, um dos donos da usina São Félix, nos remete ao comportamento do exportador de cacau Carlos Zude. Os dois fazem negócios que arrasam a vida de diversas pessoas sem perder o sorriso, o trato comercial carregado de cinismo.

Cabe aqui um breve balanço historiográfico sobre essas questões. Não só o desejo, mas também a necessidade de modernização, moveram a elite brasileira do século XIX a caminho da abolição da escravatura. Uma abolição lenta e gradual, marcada por mecanismos contraditórios que visavam a manutenção do *status quo*. A discussão em torno da Lei do Ventre-livre, de 1871, ilustra bem essas contradições. Segundo Papali (2002), esta lei “manteve a ambiguidade dos costumes em relação a descendência da senzala”, levando a

“sujeição do liberto, a formação de clientes, agregados gratos e submissos” (PAPALI, 2002, p. 4-5).

[A Lei de 1871] deixou, em relação ao filho da escrava, determinadas *marcas extremamente próximas de condutas ditadas pela prática cotidiana e de dominação pessoal. Marcas que transformaram-se mais tarde, no pós-abolição, em brechas legais utilizadas por ex-senhores na tentativa de manter sob sua tutela os filhos ingênuos de suas escravas.* (PAPALI, 2002, p. 9, grifos nossos).

As marcas apontadas por Papali (2002) aparecem em diversos momentos nos romances analisados até aqui. Num primeiro momento, as brechas legais contribuem para a manutenção do poder dos senhores, que continuam senhores após a abolição e por muito tempo depois, se transformando, em seguida, em um costume prático que a lei não alcança como aparece nos casos de “fugas” dos personagens moleques de engenho, Ricardo e Luís. Ao conceder ao senhor de escravos o direito de criar os ingênuos (os filhos de escravas nascidos após a Lei do Ventre-livre) usufruindo de sua força de trabalho até que completassem 21 anos de idade, esta lei acaba reconfigurando o sistema de escravidão, abrindo espaço para um prolongamento do sistema de exploração vigente. Além disso, alguns senhores de escravos argumentavam nos debates em torno da lei de 1871, que “os frutos do ventre da mulher escrava pertencia ao seu senhor como as crias de seus animais”, coisificando e animalizando a mulher negra e seu filho. (FRANCISCO, 2007, p. 41).

Podemos ver esse prolongamento ou continuidade da escravidão nos romances do ciclo da cana-de-açúcar sob a denominação de *servidão*, termo muitas vezes usados pelo personagem Carlinhos, na persistência do senhor do engenho Juçara em recuperar o “negro fugido”, o moleque Luís, em *Pureza*, e nos pedidos do povo do *eito* aos senhores do engenho, e depois aos usineiros, de intervenção em seus problemas cotidianos.

Por outro lado, a recepção favorável a lei de 1871, ecoa no orgulho da personagem Francisca, em *Doidinho*, do mesmo modo que ecoa nas lembranças de Dona Nininha, entrevistada em 1994, e que se declarou neta da escrava Tibúrcia e filha caçula de D. Clotilde: “Viviam em Paraíba do Sul quando gravou histórias sobre sua avó e sua mãe. Dentre as recordações da mãe (...) está uma frase que ela, ao que parece, gostava de repetir para justificar diversas atitudes. ‘*Minha mãe foi escrava, eu não sou*’”. (RIOS; MATTOS, 2004, p. 190, *grifos nossos*). Em entrevistas com descendentes de ex-escravos, Rios; Mattos (2004) observam que os depoentes fazem questão de lembrar que eram filhos de mulheres ingênuas, ou seja, beneficiadas pela Lei do Ventre-livre. Ainda segundo Rios; Mattos (2004), havia a preocupação de legalizar as relações familiares construídas ainda sob o cativo e construir, a partir daí, “uma imagem positiva da pessoa e da família como parte de um conjunto de valores socialmente reconhecidos e reforçados, a que chamaremos ‘reputação’”. (RIOS; MATTOS,

2004, p. 187). Este comportamento contrária o argumento de “promiscuidade” das mulheres negras, constantemente utilizado na formulação das políticas de proteção e controle da infância nos fins do século XIX e início do XX e que aparecem na produção historiográfica de muitos intelectuais como Gilberto Freyre, e inclusive José Lins do Rego. Esta produção historiográfica e, incluímos aqui a literária, dá conta do que Slenes chama de “olhares brancos sobre lares negros” e que Chalhoub define como “construções ou interpretações *das* classes dominantes *sobre* a experiência ou condições de vida experimentadas pelos populares”. (CHALHOUB, 2004, p. 80). Dessa forma, a ociosidade, por exemplo, é vista como boa, quando praticada pelos ricos da sociedade, e ruim para o progresso e civilização da nação, quando praticada pelos pobres. As elites intelectuais, com base na eugenia e no higienismo, procuraram introduzir uma nova moralidade que controlasse os ingênuos (1871) e os libertos (1888), assim como uma nova ética do trabalho.

O fio condutor da formulação da Lei de 1871 e, mais tarde, da lei de 13 de maio de 1888, que liberta os escravos, zela pela subordinação dos escravos e pela produção de libertos dependentes (FRANCISCO, 2007). Chalhoub (2004) também identifica a continuação da subordinação social dos negros afirmando que “o negro passou de escravo a trabalhador livre, sem mudar, contudo, sua posição relativa na estrutura social”. (CHALHOUB, 2004, p. 88).

Para Batalha (2006), há sim uma persistência do escravismo no pós-abolição pois a lei de 13 de maio “não assegurou o fim da coerção extraeconômica do trabalho”. (BATALHA, 2006, p. 97). As condições precárias de relações de trabalho (e moradia) a que os libertos foram submetidos se agravaram. Além disso, a preferência pelo trabalhador estrangeiro em detrimento do trabalhado nacional prejudicava a inserção dos recém-libertos nos postos das indústrias.

Embora Batalha analise a situação do trabalho na cidade, podemos, em certa medida, incluir a situações dos trabalhadores do campo, em especial, os que figuram no romance *Usina* onde o povo do *eito* (descendentes de escravos e agregados que permaneceram no engenho no pós-abolição) foram submetidos a um sistema diferente ao dos trabalhadores qualificados – os operários. O vale de metal que circulava na usina representa a coerção extraeconômica abordada nos estudos de Batalha e que forçava os empregados das indústrias “a comprar exclusivamente do armazém da empresa, mantendo-os permanentemente endividados”, dificultando sua mobilidade social (BATALHA, 2006, p. 99).

Os fazendeiros que, em geral, não tinham facilidade de acesso ao capital de giro, devido à pequena importância da rede bancária, defendiam a instalação de trabalhadores em suas terras como parceiros ou moradores. Esses fazendeiros consagravam, assim, formas já existentes – em proporções pouco expressivas –, desde o período colonial, que criavam um verdadeiro

campesinato. Nessas formas, o trabalhador se sentia preso à terra por receber lotes para cultivar produtos de subsistência, dando ao proprietário, por um baixo salário, ou gratuitamente, alguns dias de trabalho semanal. O proprietário tinha, em suas propriedades, armazéns – os barracões –, em que vendiam aos trabalhadores, a crédito, os produtos essenciais à sua subsistência, mantendo-os endividados e presos à propriedade. (ANDRADE, 1991, p. 27).

Ainda assim existiam brechas para a mobilidade social, como o personagem Ricardo aponta ao comparar-se ao menino Carlinhos, o herdeiro do engenho. Ricardo reconhece que a instrução que recebera, embora fosse pouca, servira para distingui-lo dos seus, mas era pouca para fazê-lo ascender como os brancos.

Como lembra Martinez (1997), no período imperial o acesso à escola era proibido aos negros, marcando assim “a subordinação dos escravos aos homens livres. Escravos eram proibidos do acesso à escola”. (MARTINEZ, 1997, p. 156). Com a abolição da escravatura, em 1888, e a necessidade de mão-de-obra mais qualificada e de construção de uma nação civilizada, há uma mudança na legislação de Instrução Pública que passa a incluir os libertos no quadro de admissão escolar. No entanto, fica determinado “que o ensino primário era suficiente para as camadas populares”, ou seja, que essas camadas, formadas sobretudo pelo contingente de ex-escravos e ingênuos, deveriam ter um mínimo de instrução, o suficiente para manter a distância social estabelecida historicamente. Assim, “a escola também buscava excluir, criando e recriando hierarquias, diferenciando as crianças pobres daquelas pertencentes à 'boa sociedade'” (MARTINEZ, 1997, p. 158).

Além disso, a educação dada às camadas populares era sobretudo uma educação para o trabalho, quer dizer, profissionalizante. Segundo Abreu e Martinez (1997), a criança era vista como um problema social entre 1870 e os anos 20. Há uma constante preocupação com o destino dos descendentes de escravos, o que motivou medidas a um só tempo protetoras, controladoras e punitivas. Os moleques do engenho no tempo de Carlinhos perdiam logo a sua infância, entrando na vida adulta por volta dos 12 anos, justamente na mesma idade em que o menino do engenho, melhor, o herdeiro do engenho, é mandado para o colégio interno. Os moleques tornam-se aqueles adultos submissos, desconfiados, de cabeça baixa, como o então senhor de engenho Carlos de Melo nos narra.

Nas grandes propriedades de engenhos de açúcar, as crianças escravas passeiam com toda liberdade, participando das brincadeiras das crianças brancas e das carícias das mulheres da casa (...) Mas a vida dos folguedos infantis é curta. É nos seus sete para oito anos que a criança se dá conta de sua condição inferior em relação principalmente às crianças livres brancas. (MATTOSO, 1988, p. 43).

Vivenciando as relações de trabalho na cidade de Recife e depois na usina, durante seu retorno ao Santa Rosa, o personagem Ricardo coloca na balança a tradição, a transição e a modernidade presente. Em muitos momentos, o antigo regime é lembrado com nostalgia porque “apesar de” explorar, de existir o tronco, de não poder ser sujeito de sua vida etc; o

velho regime protegia o escravo, na medida em que ele era um bem, uma propriedade a ser zelada pelo senhor. A mesma conclusão encontramos em Batalha:

*A liberdade podia significar, e em muitos casos significava, piores condições de vida e de trabalho que aquelas existentes sob a escravidão. O senhor tinha capital investido nos seus escravos, assim em algum grau tinha interesse em proteger seu investimento para dele obter maior ganho. Nenhuma preocupação desse tipo afetava os industriais, pois trabalhadores desqualificados eram facilmente substituíveis e mesmo trabalhadores qualificados a depender da situação econômica não eram tão difíceis de substituir. (BATALHA, 2006, p. 108-109, grifos nossos).*

Podemos então concluir, que a produção literária de José Lins do Rego acaba contribuindo na construção de uma imagem da escravidão amena e benevolente, na linha do sociólogo Gilberto Freyre, de quem Rego era contemporâneo e amigo. Há em suas narrativas uma nostalgia da tradição do escravismo. Seus romances trazem representações sociais que relativizam a crueldade dos senhores de engenho e julga o comportamento afetivo e familiar da população negra. Por outro lado, apresentam traços condizentes a situação dos libertos no pós-abolição, especialmente sobre suas condições de existência durante o processo de modernização e especialização do trabalho.

Esses aspectos também aparecem nos romances de outros escritores nordestinos de 30. Jorge Amado e Graciliano Ramos apontam em seus romances, traços de continuidade da escravidão ainda que não usem o termo “servidão” de José Lins do Rego.

A história da mulata Raimunda, em *Terras do Sem Fim* (1943), de Jorge Amado, nos remete à exploração do engenho Santa Rosa, onde não havia salário no pós-abolição. Filha ilegítima do coronel Marcelino Badaró com a ex-escrava Risoleta, Raimunda era criada na casa-grande sob a proteção da esposa legítima do coronel. A princípio, essa condição lhe permitiu pequenos acessos a cultura letrada e trabalhos mais leves, mas quando seus protetores morrem, seu irmão Sinhô não tem a mesma generosidade:

*Raimunda fazia pequenos trabalhos caseiros, aprendia a cozinhar, mas na casa-grande lhe ensinaram também costura e bordado, lhe ensinaram a ler as primeiras letras, a assinar o nome e a fazer contas de somar e de diminuir. Os Badarós acreditavam estar pagando a sua dívida. (...) mas aos poucos Raimunda foi tendo uma vida igual às das demais crias da casa: lavar, remendar roupa, buscar água no rio, fazer os doces. Só que nas festas Don'Ana lhe regalava um corte de fazendo para um vestido melhor e Sinhô lhe dava um par de sapatos e um pouco de dinheiro. Ela não tinha ordenado, para que precisava ela de dinheiro se tinha de tudo na casa dos Badarós? (AMADO, 1973, p. 92, grifos nossos).*

Ainda assim, quando Raimunda se casa com um alugado da fazenda, Sinhô cumpre a promessa que fizera aos pais e dá de presente de casamento a irmã ilegítima um pedaço de terra, tudo registrado em cartório, para que ela possa começar sua família. Mas um episódio como esse não se repete nos outros romances pesquisados.

Jorge Amado e Graciliano Ramos também chamam a atenção para a ampliação de relações de trabalho marcadas pela exploração e pelo abuso que alcançam brancos pobres. Lembremos do personagem Fabiano, de *Vidas secas* (1938), um homem branco, de cabelos

ruios e olhos azuis, sem educação formal, bruto e pobre, que “sempre havia obedecido” mas chama a atenção do patrão por ter errado no seu pagamento:

Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! *Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!*  
*O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.*  
*Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia o seu lugar.* (RAMOS, 1972, p. 136).

Fabiano, que “Vivia trabalhando como um escravo”, aceita o que seu patrão lhe dá como pagamento. E ali continua submetido até que a natureza anuncia nova seca e ele foge com a mulher e os filhos. “Foge” porque devia ao patrão num sistema que provavelmente era parecido com o barracão dos engenhos e usinas: Fabiano “não poderia nunca liquidar aquela dívida exagerada. Só lhe restava se jogar ao mundo, como negro fugido”. (RAMOS, 1972, p. 161).

De uma escravidão semelhante tentaram fugir os alugados que deviam ao armazém da fazenda no ciclo do cacau de Jorge Amado. Em *Cacau* (1933), Jorge Amado já denunciava: “A maioria dos trabalhadores devia ao coronel e estava amarrada à fazenda. Também quem entendia as contas de João Vermelho, o despenseiro? Éramos todos analfabetos” (AMADO, 1973, p. 125). Assim, a falta de educação facilitava os abusos dos patrões. Em *Terras do sem fim*, a chegada dos trabalhadores ao sul da Bahia é descrita como a chegada de escravos. O comandante do navio sentia-se “como o comandante de um daqueles navios negreiros do tempo da escravidão...” (AMADO, 1973, p. 43).

Por vezes, quando chegavam os navios abarrotados de emigrantes vindos do sertão, de Sergipe e do Ceará, quando as pensões de perto da estação não tinham mais lugar de tão cheias, então barracas eram armadas na frente do porto. Improvisavam-se cozinhas, os coronéis vinham ali escolher trabalhadores. Dr. Rui, certa vez, mostrara um daqueles acampamentos a um visitante da capital:  
 \_Aqui é o mercado de escravos...  
 (AMADO, 1973, p. 191-192).

A semelhança com a escravidão residia justamente na forma de exploração do trabalho. No ciclo do cacau existe sempre um capataz cruel e as dívidas nos armazéns da fazenda: “Ali por aquele trabalho todo, eram dois mil e quinhentos réis por dia, empregados inteiramente no armazém da fazenda, um saldo miserável no fim do mês, quando havia saldo” (AMADO, 1973, p. 89).

Já o resultado dessas tentativas de fugas é apresentado de forma distinta, em *São Jorge dos Ilhéus* (1944):

Iam [para as fazendas], em geral, pensando em voltar pelo mesmo caminho um ou dois anos depois, com dinheiro juntado, voltar para a terra que ficara atrás para plantá-la nos tempos melhores de chuva. Nunca mais voltavam, viviam o resto da vida com a foice ao ombro, o facão ao cinto derrubando os côcos de cacau, podando as roças, secando os grãos nas barcaças e nas estufas, sem nunca conseguir saldo, devendo sempre ao armazém da fazenda. De quando em quando um fugia e era preso e entregue às autoridades em Ilhéus ou em Itabuna. Nunca houve caso de um só ser absolvido (...). Eram condenados a dois anos de prisão e

depois voltavam para outra fazenda, abandonada por completo a ideia de fuga, desmoralizados e já sem esperanças. (AMADO, 1973, p. 72).

Na cidade, a ampliação e a continuidade da escravidão também se confirmam. Jorge Amado mostra os brancos pobres em *Jubiabá* (1935) como escravos da nova ordem econômica:

Antônio Balduino ouvia e aprendia. (...) Carreiras estranhas aquelas dos filhos do morro. E carreiras que não exigiam muita lição: malandragem, desordeiro, ladrão. Havia também outra carreira: *a escravidão das fábricas do campo, dos ofícios proletários*. (p. 36)

*Negro ainda é escravo e branco também* – atalhou um homem magro que trabalhava no cais – *todo pobre ainda é escravo*. Escravidão ainda não acabou... (p. 46)

*La ter uma profissão, ia ser escravo da hora*, dos capatazes, dos guindastes e dos navios. (p. 267)

*Tu também vai fazer greve negro?* Tudo por culpa da princesa Isabel. Onde já se viu negro valer de nada? Agora o que é que se vê? Negro faz até greve, deixa os bondes parados. Devia entrar tudo no chicote, que negro só serve para escravo... Vai pra tua greve, negro. Os burros não livram essa cambada? Vá embora antes que eu te cuspa, filho de cão...

O homem cospe no chão. Ele está bêbado mas Antônio Balduino o empurra com força e ele se estatela no cimento. Depois o negro limpa as mãos e começa a pensar no motivo por que este homem insulta assim os negros. A greve é dos condutores de bondes, dos operários das oficinas de força e luz, da companhia telefônica. Tem até muito espanhol entre eles, muito branco mais alvo que aquele. Mas *todo pobre agora já virou negro*, é o que lhe explica Jubiabá. (p. 270)

(AMADO, 1974d, p. 36; 46; 267; 270, *grifos nossos*).

A instabilidade moderna, por outro lado, também abriu brechas para uma mobilidade social positiva, a ascensão de negros e mulatos, como veremos no próximo tópico através da figura do capitão Zé Marreira. No entanto, será uma ascensão promovida com a benção dos brancos que para concedê-la cobraram um alto imposto: o embranquecimento do negro.

#### 2.1.4 O Capitão Zé Marreira: a exceção que confirma a regra

No Brasil do século XIX, o presente nacional era incomodo. A escravidão marcava nossas relações socioeconômicas, a população negra crescia, o país era rotulado como “atrasado”. Evitando abordar os conflitos em andamento, nossos escritores preferiram se voltar para o passado nacional, elegeram o índio e o colonizador português para contar a história da nossa formação cultural. O personagem Moacir, de *Iracema* (1865), de José de Alencar, é o fruto miscigenado, resultado do encontro desses dois povos<sup>25</sup>. Com isso, evitava-se a figura do negro como componente de formação do nosso imaginário nacional.

Isso, obviamente, não quer dizer que o negro não apareça na literatura brasileira. Autores como Castro Alves, Joaquim Manuel de Macedo, Aluísio Azevedo, entre outros, por razões diversas e ângulos distintos, apresentaram o negro e/ou o mulato como personagem literário. Mas, nesse momento, o lugar do negro não era de elogio e nem o de protagonista. Castro Alves, por exemplo, ao falar do negro quer antes denunciar os males da escravidão do que valorizá-lo como elemento nacional. No início do século XX, Monteiro Lobato trouxe o

25 Além disso, o *Indianismo* criou índios com valores europeus, na tentativa de equipará-lo aos cavaleiros medievais como mostra o índio Peri, no romance *O Guarani* (1857), de José de Alencar.

mulato como elemento nacional, mas não como um componente de orgulho e sim de atrasado.

A literatura antiescravista, do final do século XIX, apresentou o negro como um elemento nocivo à moral das famílias brancas, como apontamos com a personagem Lucinda de *As vítimas algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo. Mesmo com o *Naturalismo* que coloca em primeiro plano na nossa literatura a camada populacional pobre (negros, mulatos, homossexuais), o determinismo social e biológico está presente. No pós-abolição, o tema da escravidão continuou ignorado na nossa literatura. Esses silêncios eram uma forma de enxotar da memória nacional sinais de conflitos sociais, injustiças e atrasos. Já tivemos oportunidade de dizer aqui que a abolição não resultou no reconhecimento do legado do negro ou da escravidão na formação da identidade nacional. Diversos críticos apontam que será apenas na década de 1930, com uma nova interpretação do Brasil, que o elemento negro passa a ser reconhecido como componente da nossa formação identitária (Borges, Sussekind, e outros).

A primeira geração intelectual republicana (1888-1930) não falava da escravidão como fator na composição da nação. E isto foi uma novidade – um parêntese – no discurso público brasileiro. (...) A omissão da escravidão do discurso público brasileiro começou bruscamente e imediatamente depois da abolição, e durou até a geração de Freyre (BORGES, 2003, p. 207).

Não se queria admitir o negro na composição da identidade nacional porque seria uma confirmação do determinismo biológico do atraso brasileiro. Neste sentido, a abordagem sobre o negro e a escravidão presente em *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre, tira um peso da nossa classe dominante. Freyre faz uma avaliação otimista da miscigenação nacional, mostrando que o elemento negro na sociedade brasileira não causara um dano eugênico e que nossa mistura de raças resultou num novo homem e numa sociedade onde vigora a “democracia racial”. Já falamos aqui das limitações dessa abordagem, mas não podemos menosprezar sua contribuição para a inserção do negro na formação da identidade nacional.

Na literatura dos anos 30, José Lins do Rego e outros escritores desse período, lançam um novo olhar sobre o negro e, de certo modo, ratificam as teorias de Gilberto Freyre. Jorge Amado nos deu o herói negro Baldo, de *Jubiabá* (1935). No mesmo ano, José Lins do Rego tornou o negro Ricardo protagonista de seu quarto romance, *O Moleque Ricardo* (1935), no entanto, não foi este o personagem negro que teve maior mobilidade social no ciclo da cana-de-açúcar.

Ricardo, através da pouca educação que recebeu, conseguiu entender a distância que existia entre ele, moleque do engenho, e Carlinhos, o menino de engenho, neto do coronel Zé Paulino. Sabia que mesmo sendo melhor do que Carlinhos na força física e até nos estudos, o que o esperava era o destino de alugado ali no Santa Rosa. Não avançaria nos estudos, não

tinha dinheiro, não poderia cursar outras séries. Essa aguda consciência o angustiava e certamente motivou sua “fuga” para o Recife onde a cidade prometia que ele poderia ser um dia “alguma coisa”. (REGO, 2005, p. 43).

O pouco que Ricardo aprendera, em termos de estudo, possibilitou sua inserção como operário na cidade e como caixeiro no armazém da usina Bom Jesus, quando decidiu voltar a viver no Santa Rosa. Inegavelmente, a viagem que realizara na adolescência para o Recife, ampliou seus horizontes e mudou seu destino: ele retorna, mas já não lhe cabe pegar na enxada. E sua mãe Avelina não se contém de tanto orgulho: “Avelina dormiria satisfeita com o filho, caixeiro da venda. Nunca que ela pensasse que tivesse um filho para ser mais alguma coisa que carreiro, lavador de cavalo. Um filho dela sabia fazer contas, escrever o nome dos trabalhadores” (REGO, 2005, p. 82).

Ricardo, no entanto, era um “negro manso” que se angustiava, mas que não tinha forças para se revoltar contra aqueles que tornavam suas possibilidades tão estreitas: “O que aprendeu num ano que passou na escola, nada lhe valia. Deu somente para lhe abrir uma brecha para o mundo, para a vida. *“Ninguém passaria por aquela brecha tão estreita”* (REGO, 2005, p. 43).

De fato, a brecha que se abriu para Ricardo era muito estreita e ele não teve oportunidade e forças para obrigá-la a se alargar. Aquela brecha, contudo, destacou-o entre os seus, quando voltou do Recife, causou espanto: “O povo que passava pela calçada olhava pra ele com espanto. Era sem dúvida para as botinas e para a gravata. Negro de luxo ali assim era raro” (REGO, 1980a, 76). Depois, se amigou com a filha de um operário da usina, Maria de Lourdes, uma moça clara e de cabelos lisos. A relação incomodou o patrão do caixeiro, que era amigado com Clotilde, irmã da nova esposa de Ricardo: “Seu Ernesto não gostou. Um moleque entrava para a família. Mulher só não se casava com percevejo, porque não sabia qual era o macho e a fêmea, comentava ele com José Amarelo” (REGO, 1980a, p. 212).

Mas incomodo muito maior causou Zé Marreira que de moleque do engenho Santa Rosa conseguiu chegar a senhor do engenho Santa Fé. Ricardo estava enganado: alguns passariam por aquela brecha estreitíssima que dava para o mundo – Zé Marreira o fizera. Conforme nos lembra Florestan Fernandes, “as portas do mundo dos brancos” não eram intransponíveis.

E, no entanto, não há muitos elementos nas narrativas de José Lins que nos informem sobre a trajetória de vida de Zé Marreira. Crescera no engenho Santa Rosa, era um moleque dali e tornou-se um alugado e recebeu muitos gritos do coronel Zé Paulino. Mas não sabemos se frequentou a escola, por exemplo. Também é provável que fosse um pouco mais velho que

Carlinhos, pois não figura entre os nomes dos companheiros de brincadeiras na infância do neto do senhor de engenho. Mas Zé Marreira será um personagem decisivo na vida adulta de Carlinhos, em *Banguê*, e na de Juca, em *Usina*.

No sistema de trabalho do Santa Rosa, Zé Marreira tinha uns dias para cuidar de seu roçado, um pedaço de terra cedido pelo senhor de engenho para que ele pudesse ter sua família. Carlos de Melo, que não gostava da lida diária do engenho, aprovava os avanços do lavrador:

[Zé Marreira] Ali, junto da propriedade do meu avô, aprendera com ele. Fora cambiteiro, andara montado em cargas de aguardente em viagens longas, até os confins do sertão. Comprou gado, fez planta de cana. E há anos vendia o seu açúcar em Itabaiana. Era um potentado. Se existissem três assim, no Santa Rosa, não precisaria o senhor de engenho trabalhar. (...)

A condição de lavrador trazia ótimas vantagens à fazenda. Plantavam tudo à custa deles, não nos pediam um tostão adiantado e na moagem davam a metade do que produziam ao senhor de engenho. A terra era minha e a máquina. Despendia somente com o braço para o fabrico. E dos trezentos pães que fazia o meu lavrador, cento e cinquenta ficavam de imposto. Mesmo assim, Zé Marreira enricara. Possuía cados, carro de boi para os seus serviços, dispunha de moradores. Era uma quase nação dentro dos meus domínios. (...)

Zé Marreira crescia, pedindo-me mais terras para cultivar. Um cercado que tinha no Crumatáu cedi para o gado dele. Deixaria que ele plantasse cana onde bem entendesse. Quanto mais, melhor para a fazenda. Se fosse a mil pães, quinhentos eram meus. (REGO, 1993a, p. 109; 110; 114).

Zé Marreira, ao contrário de Carlinhos, aprendera a lidar com a terra ao observar o coronel Zé Paulino. E cresceu dentro do Santa Rosa. Carlos fez vista grossa para as ações de Zé Marreira. Sem ânimo para tocar o engenho como fazia seu avô, se rendeu às porcentagens que ganhava do trabalho de um de seus lavradores.

Já comentamos neste capítulo o uso do termo “moleque”. Essa forma pejorativa de chamar os negros não levava em consideração nem mesmo a idade que tivessem. Pois conforme Zé Marreira cresce, mais Carlos o chama de “moleque”: “Nicolau, uma tarde, veio me dizer que chamara um cabra para o eito e ele se recusara porque estava trabalhando para o capitão Marreira. Disfarcei com o feitor, mas, dentro de mim, a coisa roía. *O que estava pensando aquele moleque!*” (REGO, 1980a, p. 116).

Nicolau, seu feitor, pediu que abrisse os olhos; seus parentes também. Mas Carlos temia Zé Marreira. Quando perde homens para darem serviço no Santa Rosa porque preferiam trabalhava no roçado de Zé Marreira, o herdeiro do senhor de engenho decide mandá-lo embora de suas terras. Mas isso não aconteceria sem alguma luta. Zé Marreira, que começava a ser chamado de capitão pelo povo do *eito*, que dava até esmola mais alta do que Carlos para a igreja, quer negociar sua saída: setenta contos de réis. Era o valor que ele queria pelas benfeitorias que fez no engenho: a casa dele e as mais de 20 que fez para moradores do Santa Rosa. (REGO, 1980a, p.128).

Todos os parentes de Carlos de Melo se indignam, pois ele não pedira nem dera

autorização para aquelas obras, e se oferecem para ajudar a expulsar o “moleque” das terras do Santa Rosa, mas o novo senhor de engenho é tomado pelo medo de uma emboscada e prefere não tentar nenhuma ofensiva contra Zé Marreira.

Sabendo que Carlos dependia de sua produção, Zé Marreira vende por setenta contos sua safra de cana-de-açúcar para a Usina São Fêlix. Carlos fica sem recursos e se vê obrigado a negociar com o usineiro, Dr. Luís.

*O moleque* dera-me um golpe decisivo, passando a briga para um mais forte do que eu. No outro dia me procurou para dar todas as explicações. Nunca que ficasse em luta com um neto do coronel Zé Paulino. Conhecia o lugar dele, era pequeno. Brancos que brigassem com brancos. (...) *Moleque filho da puta!* E se foi rindo, e ainda me tratava de “compadre doutô Carro”. E com o gado dele comendo nos meus pastos. Mas não. Não pensassem que me tomavam o engenho com tanta facilidade. Marreira não podia vender o que não lhe pertencia de direito. (REGO, 1993a, p. 137; 138).

Ao vender sua safra para a usina São Fêlix, Zé Marreira rompe o “contrato” de lealdade entre morador e senhor de engenho e, estranhamente, não é punido por isso. A punição não vêm porque Carlos de Melo é um senhor fraco. Os parentes se indignam, afirmam que se Carlos quisesse, eles o ajudam a colocar o *moleque* no seu lugar. Mas Carlos de Melo tem medo e fica indeciso. Ele reconhece que Zé Marreira tinha a sua força, não era um Pinheiro que ele pudesse simplesmente mandar para o tronco.

Já o rompimento do “contrato” pelo *morador* José Amaro, em *Fogo morto* (1943), trará a reação violenta do proprietário do engenho Santa Fé, o coronel Lula. Branco pobre José Amaro, se recusa a atender aos chamados do coronel e acaba sendo expulso de sua casa. O velho fica indignado e sua revolta cresce, vivia naquela casa desde que se entendia por gente, aquilo era *seu*. O que faria na sua velhice, com mulher e uma filha louca, sem casa? Sem poder recorrer à justiça, que estava sempre do lado dos proprietários, Zé Amaro pede o apoio de um cangaceiro. No fim das contas, sua permanência na casa é insustentável e o velho Zé Amaro se suicida, num ato de insubmissão e revolta passiva, na casa que não queria deixar.

Segundo Lygia Sigaud (1979), os casos de expulsão de moradores eram comuns e, com a organização dos sindicatos rurais e das ligas camponesas<sup>26</sup>, passaram a ocorrer em massa. Manter o morador, depois da década de 1950, passou a ser um prejuízo para os proprietários que viam seus moradores recorrer à justiça e a advogados. No início do século XX, quando se passa a narrativa de *Fogo morto*, o quadro era outro. José Amaro é a representação na literatura de *moradores* de engenho numa época sem direitos: “A morada

---

26 Em 1955, organizou-se a primeira Liga Camponesa na região da Zona da Mata de Pernambuco. Segundo Sigaud (1979), o golpe de 1964 foi uma brusca ruptura e prejudicou a organização dos trabalhadores rurais e suas conquistas. Muitos líderes sindicais foram presos e assinados neste período.

implica a *sujeição* e a *obrigação*”. (SIGAUD, 1979, p. 207).

Voltando a Zé Marreira, Carlos procurava se consolar da esperteza e sucesso do lavrador pensando na distinção de casta: “Antigamente, Marreira ainda me tirava o chapéu, *no sangue dele corria resto da escravidão. Eu era sempre neto do coronel Zé Paulino.* (REGO, 1993a, p. 139, *grifos nossos*). Carlos ainda não entendia que os tempos eram outros e suas origens de uma aristocracia decadente já não o protegeriam para sempre. Com a morte do coronel Lula, o capitão Zé Marreira compra o engenho Santa Fé e Carlos já não encontra meios senão admitir que “o verdadeiro senhor de engenho era o outro, o que saíra do eito, que se fizera por si” (REGO, 1993a, p. 143).

O Santa Fé tivera um destino pior que os outros [engenhos]. Nem ao menos caíra nas garras de ferro da usina. O pobre ia ser de Marreira. O quarto do seu Lula, o chão que o seu Lula pisava, a casa dos avós de seu Lula *teriam aquele dono, um moleque, um camumbembe.* Um pé-rapado qualquer andaria por aqueles corredores. *E os retratos de Marreira e da mulher, dependurados nos mesmos lugares onde estiveram por tantos anos os avós de Seu Lula.* (REGO, 1993a, p. 144).

No entanto, com Zé Marreira no Santa Fé, o velho engenho se revigora e a produção chega a um patamar que o velho coronel Lula não conseguira chegar e que Carlos, ali no Santa Rosa, também não. Endividado, Carlos acaba vendendo a propriedade para seu tio Juca, que cria dentro do velho engenho a usina Bom Jesus. Em *Usina*, o capitão Zé Marreira estará ainda mais forte e rico.

Ambicioso, Juca quer aumentar sua estrada de ferro e propõe ao seu vizinho, o capitão Zé Marreira, a compra do engenho Santa Fé. No entanto, a usina São Félix também já havia feito uma proposta para o capitão que aproveita para tirar o maior lucro possível da situação. Mais uma vez, Zé Marreira passa a briga para os brancos. Mais uma vez fica de um lado, um parente do falecido coronel Zé Paulino, e de outro, a usina São Félix.

Marreira vencera o dr. Carlinhos do Santa Rosa, arrancando do pobre uma fortuna pelas suas canas e nunca alterara a voz, fizera uma má-criação ao neto do homem que dera gritos, que mandara no seu pai, que fora dono dos seus avós. Lutar com o compadre dr. Carlos fora fácil para o *moleque*. (...) O inimigo de agora não dormia com medo de visagens. [Juca] Era uma força de tamanho imenso. E por isto Marreira se encostou na São Félix. Raro o dia que ele não chegava humilde para conversar com o usineiro:

\_(...) Ontem mesmo eu disse à minha mulher: “mulher, eu vou entregar o engenho ao compadre. Isto só presta para ele. Vamos viver como pobre, lá para as caatingas, que negro não pode viver ao lado de branco”. Pois é o que lhe digo, meu compadre, o engenho é de vossa mercê. (REGO, 1980a, p. 97).

E depois desse discurso cuidadoso, o capitão Zé Marreira voltava a insistir nos 200:000\$000 que queria pelo engenho Santa Fé. A estratégia do negro Zé Marreira não é a de enfrentamento direto aos brancos. Tanto no caso de *Banguê* quanto no de *Usina*, ele simula reconhecer que aquelas questões comerciais diziam respeito apenas aos brancos e fala sempre de sua cor como se reconhecesse o lugar que eles esperavam que ele ocupasse. O discurso de Zé Marreira, aparentemente submisso, confundia seus oponentes, ao mesmo tempo que deixava transparecer a sua força e a sua ascensão social.

No fundo, ele [Marreira] compreendia o alcance de tudo. A luta dos dois monstros lhe interessava. Era branco com branco. E ele nada tinha que ver com isto. Tinha terra que lhe custara o suor do seu rosto e vendia, aproveitando a ocasião que era ótima. (...)

Marreira, se sentia sólido, de gravata no pescoço, de botinas de elástico, como as do velho José Paulino. (p. 101).

O que iria fazer com 200:000\$000? Era rico, não havia dúvida. Estava com as filhas no colégio, um filho pronto para entrar nos estudos da Escola de Direito, e a mulher usava chapéu, como as filhas do coronel José Paulino. E agora vinha a briga das duas usinas, por causa do seu engenho. A mulher porém dizia todo dia a ele que não desgostasse o dr. Juca. (...) Ela via bem a cara que faziam certos brancos, quando ele passava na carruagem, que fora do coronel Luís. A cabroeira do Pilar não perdoava. Não furtara de ninguém, não fora à casa do major João José pedir para ser nomeado delegado. Podia prender e soltar. Nenhum negro chegara por aquela ribeira a gozar do seu prestígio. (...) Negro, como ele, nunca fora gente naquela várzea. Era o primeiro e só podia ter orgulho disto. (p. 102).

(REGO, 1980a, p. 101; 102).

Numa sociedade na qual o processo de modernização “abandona à própria sorte toda uma classe, a dos escravos, que a partir de então jamais irá recuperar qualquer função produtiva na nova ordem” (SOUZA, 2003, p. 80), o capitão Zé Marreira tinha muitos motivos para estar satisfeito com a sua ascensão social. Consciente de que sua situação não era uma regra, Zé Marreira não deixa o orgulho que sente transparecer diante dos brancos. Aliada a sua estratégia de falsa submissão, havia uma outra, a de embranquecimento a que ele se submete e submete toda a sua família, como a passagem acima ilustre.

Flora Sussekind (1982) já observou o embranquecimento do negro como condição para sua inserção na classe dominante, através do personagem Raimundo, de *O Mulato* (1881), de Aluísio Azevedo.

[As barreiras são] dificilmente transponíveis e apenas quando adotado um branqueamento social e mimetizados os valores e comportamentos brancos. Branqueamento nítido em Raimundo (...). [Que] Traz à cena, por outro lado, a mimetização compulsória da aparência física, dos comportamentos e da cultura branca, pelos negros que desejassem conquistar posições mais vantajosas na sociedade brasileira. A mimetização é obrigatória e, com ela, impede-se a formação de uma identidade étnica por parte daqueles que não são brancos. (SUSSEKIND, 1982, p. 67-68).

O negro rico, não poderia desenvolver valores independentes da cultura branca. Essa condição na literatura representava uma condição que efetivamente marcou nossa sociedade. Segundo Jessé Souza (2003), a ascensão do mulato se dá individualmente e para aqueles que internalizam os valores do dominador; “é apenas o mulato talentoso, estudioso e apto que ascende, ou seja, apenas aquele que se 'europeiza’”. (SOUZA, 2003, p. 76). Dessa forma, a ascensão do negro se efetiva através de uma “mobilidade seletiva” que resulta numa “exceção que confirma a regra”. (FERNANDES *apud* PEREIRA, 2008, p. 85).

Para nós, a situação do personagem Zé Marreira, representa essa condição social na ficção. Além de ser hostilizado pelos brancos, Zé Marreira também o será por negros e mulatos. Muitos negros fazem piada da nova condição social de Zé Marreira, que nascera num engenho, fora moleque e trabalhador na lavoura, como eles. No início, diante dessa origem comum, os outros negros não querem se submeter a Zé Marreira: “Ninguém queria trabalhar para Zé Marreira. O bicho ficava olhando os trabalhadores no serviço. Não deixava

nem levantar a cabeça para ver o tempo” (REGO, 1993a, p. 63).

O negro Zé Marreira embranquece para ser aceito no mundo dos brancos, mas com isso, se torna cativo das aparências. Sua identidade cultural é frustrada, pois não pode ser assumida e mesmo que pudesse, já estava descaracterizada devido ao longo processo de escravidão no Brasil. Com sua ascensão social, Zé Marreira afasta-se dos negros que, como ele, trabalhavam nos engenhos. Diante desses homens, ele não tem mais o sentimento de pertencimento que tinha. Essas são algumas das implicações que surgem quando se ocorre a identificação de um oprimido com o opressor. Assim, a injustiça é constante e culmina na (re)naturalização das desigualdades (ZAWADZKI, p. 379).

A história de Zé Marreira nos remete pelo menos a dois personagens de Jorge Amado: Algemiro, de *Cacau* (1933), e Carlos Zude, de *São Jorge dos Ilhéus* (1944), como veremos adiante:

Conseguira comprar uma roça por trinta contos. O coronel emprestara o dinheiro sob hipoteca das safras. Toda a sua ambição resumia-se em enriquecer. Nós odiávamos o coronel. A Algemiro, desprezávamos. Sentíamos que ele não era dos nossos. Eu, descendente de família rica, estava mais perto dos trabalhadores do que ele que vinha de gerações e gerações de escravos. (AMADO, 1974b, p. 158).

A forma de ascensão de Algemiro é mais dependente do coronel, uma vez que ele precisa fazer uma hipoteca para iniciar seus negócios, contudo, o narrador José Cordeiro, de *Cacau*, identifica com clareza a distância que a condição social cria entre homens da mesma cor e que nasceram sob a mesma exploração. Conforme ascende socialmente, Algemiro se afasta da geração de negros e mulatos explorados.

Em *São Jorge dos Ilhéus* (1944), o exportador de cacau Carlos Zude traça um plano para tomar as fazendas de cacau dos fazendeiros. Os outros exportadores, todos estrangeiros, desconfiam da postura de Zude: “Seria que esse brasileiro, com francos vestígios de sangue negro nos beiços grossos e nas maçãs do rosto, os queria enganar, envolvê-los num negócio de onde só ele e o americano saíssem com lucros?” (AMADO, 1974e, p. 131). Carlos Zude, brasileiro miscigenado, mas que herda os negócios do pai, um exportador estrangeiro, ignorava o lado negro de suas origens. Se não fosse a observação do exportador Schwartz, não poderíamos saber, pela narrativa do romance, que Zude era descendente de negros. O comportamento do personagem é marcadamente de um branco rico.

Em certa medida, podemos dizer que a personalidade do Capitão Zé Marreira está entre esses dois perfis de Jorge Amado: nem tão pobre e dependente quanto Algemiro, mas não tão afastado de suas origens quanto Carlos Zude, pois ele ainda tinha os gritos do coronel Zé Paulino bastante vivos na sua memória.

Quanto mais Zé Marreira é bem-sucedido em seus negócios e exerce as funções que

Carlos de Melo deixa de lado, muitos dos trabalhadores passam a trabalhar no seu roçado e, posteriormente, em seu engenho. Depois que compra seu próprio engenho, em *Banguê*, Zé Marreira conquista definitivamente a confiança dos trabalhadores e muitos vão para o Santa Fé. Mas eles acabam hostilizados pelos negros e mulatos que trabalham no Santa Rosa, do Carlinhos. E a razão é chocante: servem a um senhor de engenho negro.

Brigavam nas feiras. E os debiques com a gente do Santa Fé viravam sempre no senhor de engenho:

\_Não trabalho em bagaceira de negro.

E vinham os versos:

“*Branco Deus o fez*

*Mulato deus pintou*

*Caboclo bufa de porco*

*Negro o diabo cagou”*

(REGO, 1993a, p. 148).

Essa hostilidade dos negros para com um outro negro, ilustra as observações de Maria Kehl (2011), pois entre as pessoas de origem e/ou condição social semelhante, “qualquer desigualdade é considerada muito mais injusta do que a distância que os separa dos que estão no topo da hierarquia social” e com isso, “o sentimento de injustiça se confunde com a inveja”. (KEHL, 2011, p. 292). Com o tempo, o embranquecimento de Zé Marreira será também uma condição para que ele consiga o respeito de homens que tinham a sua cor mas não eram de sua classe social.

Em *Usina*, com o processo de embranquecimento concluído, serão os brancos que o hostilizarão com olhares silenciosos e sorrisos vazios que tentam disfarçar a lembrança que seus pensamentos revivem: Zé Marreira era um *moleque*.

O Santa Fé a dois passos dele [Juca], com o *moleque* Marreira manobrando. (p. 96)

A família [de Juca] achava um desaforo a exigência de José Marreira. Um verdadeiro atrevimento pagar-se àquele *moleque* o que bem pedia. (p. 98)

O dr. Luís da São Fêlix, mandara chamar o *moleque* para conversar. Mas antes de ir, estivera ele com o dr. Juca para saber da última palavra. O usineiro já estava inclinado a fazer negócio com o vizinho, mas achou um desaforo aquela petulância do cabra. (p. 98)

(REGO, 1980a, p. 96; 98).

Reconhecia-se a riqueza do capitão Zé Marreira mas a posição a que se elevava aquele “moleque” seria em *Banguê* e *Usina* uma realidade desconfortante, especialmente, para os brancos oriundos de uma aristocracia decadente. No trecho a seguir, Juca, sem dinheiro para quitar as dívidas que contraíra para a modernização da usina, decide pedir ajuda ao capitão Zé Marreira, que depois de vender o Santa Fé comprou um sobrado na vila do Pilar e montou uma loja.

[Juca] Lembrou-se então de Marreira. O cabra estava muito rico, comerciante arrojado, o maior do Pilar. *Era para ele uma humilhação procurar um antigo cabra do eito de seu pai.*

E sem dizer à mulher, o dr. Juca, uma tarde, parou seu automóvel na porta do capitão Marreira. O cabra recebeu-o com a satisfação de sempre, levando-o logo para a sala de visitas, atulhada com a mobília do comendador Napoleão. Pendiam da parede os retratos, em ponto grande, de Marreira e da mulher. (REGO, 1980a, p. 188, *grifos nossos*).

Marreira nega auxílio ao Dr. Juca, afirmando que não tinha muitas economias e que utilizou todo o dinheiro da venda do Santa Fé para aquisição da casa nova e abertura do novo

negócio. Dessa forma, Juca sai da casa do “moleque” mais humilhado do que entrara. Ao retornar a casa-grande do Santa Rosa, Juca conta o episódio a sua mulher. D. Dondon reprova a atitude do marido – recorrer aquele “moleque” era uma baixeza. E Zé Marreira não perdeu a oportunidade de espalhar a notícia do pedido do Dr. Juca ao povo da vila, deixando clara a decadência do ex-senhor de engenho e usineiro, e indiretamente, deixando antever a sua superioridade: “E, de fato, logo mesmo que o dr. Juca deixou a *casa do moleque*, não demorou muito que ele não saísse para a rua, contando tudo. O Pilar ficou sabendo que o dr. Juca procurara Marreira para um empréstimo”. (REGO, 1980a, p. 189, *grifos nossos*).

As narrativas de José Lins do Rego dão poucas indicações sobre os pensamentos do personagem Zé Marreira, mas vemos pelos trechos analisados que ele tinha consciência e orgulho de sua nova condição social naquela sociedade.

De modo distinto, no entanto, tanto Ricardo quanto Zé Marreira indicam uma exceção que confirma a regra: a regra é que homens negros só poderiam ascender socialmente com uma brecha disponível devido a generosidade e a benção de homens brancos. Esses personagens figuram como modelo de uma mobilidade social seletiva que deve ser inspiradora para os milhares de destituídos que, sem acesso a qualquer educação básica, devem acreditar poder encontrar individualmente uma brecha para o mundo dos brancos – o único que parecia oferecer uma vida digna, respeitosa e menos sofrida.

Os brancos, contudo, exercem um forte controle sobre quantos negros e mulatos podem ter a chance de ascensão social. O acesso à escola, por exemplo, é permitido aos negros e mulatos queridos e/ou apadrinhados por senhores brancos, que souberam identificar neles características de submissão. Ricardo, por sua vez, será sempre o negro “manso” e “bom” nas narrativas de José Lins. E Zé Marreira, astuto, interpreta sempre, como tivemos oportunidade de ver, esse papel, dando a entender o reconhecimento da tradição e de seu lugar diante do homem branco.

No fundo, contudo, transparece no orgulho do personagem Zé Marreira uma satisfação que beira a algum tipo de vingança. Afrânio Coutinho (1970), afirma que Zé Marreira “é o personagem antipático, porém bem realizado, que leva a cabo a sua bem-sucedida vingança” (COUTINHO, 1970, p. 294). Não concordamos que ele seja um personagem antipático, mas que há sim uma intenção de desforra quando Zé Marreira cuida para que todos da vila saibam que o Dr. Juca viera a sua casa pedir dinheiro emprestado. Uma vingança, contudo, muito pequena diante da exploração a que estiveram submetidos seus ancestrais e a que ele próprio estivera submetido antes de conseguir sua independência financeira. Lembramos que Zé Marreira foi “moleque” e “alugado” do engenho Santa Rosa nos tempos áureos do coronel Zé

Paulino.

### 3 CONCLUSÃO

Partindo do fato de que os romances nordestinos de 30 são, em geral, pouco estudados e que a crítica acadêmica reluta em reavaliar essas obras, revisitamos as narrativas de José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, e procuramos desmistificar os rótulos que pesam sobre esses romancistas e sua produção literária.

Verificamos que a produção dessa época foi influenciada pelo movimento regionalista nordestino dos anos 20, no qual se destacava o sociólogo Gilberto Freyre, e essa proximidade certamente contribuiu para uma leitura sociológica dos romancistas citados e para a qualificação de suas obras como um “documento social”. Críticos da época, empolgados com a nova interpretação do Brasil promovida sobretudo por Gilberto Freyre com *Casa-grande & senzala* (1933), acabaram aproximando, com exagerada ênfase, as obras literárias desse período com as dos estudos sociológicos, retirando-lhes mesmo sua marca literária fundamental: a imaginação.

A esse aspecto sociológico, somou-se a proposta de engajamento dos intelectuais desse período, marcada por narrativas que denunciavam nossos problemas sociais. A preocupação social dos romancistas nordestinos de 30 foi suficiente para que eles fossem taxados como “comunistas” e “panfletários”. E a experiência do romance proletário, inspirada no realismo socialista, acabou ratificando a qualificação de “documento” que suas obras receberam.

Nossas pesquisas, no entanto, revelaram que por trás dessas rotulações há uma leitura superficial do período e mesmo uma má interpretação dessas obras. O engajamento intelectual foi, muitas vezes, confundido com filiação política e, como constatamos, a orientação partidária desses intelectuais era distinta. O único regionalista nordestino que pode ser classificado dessa maneira foi o escritor baiano Jorge Amado e mesmo assim, em suas obras da primeira fase. Rachel de Queiroz, que se filiou e se desligou do Partido Comunista quase que num piscar de olhos, tem somente uma obra que poderíamos chamar de realista socialista, com uma narrativa didática e esquematizante: *João Miguel* (1932), romance que, ironicamente, foi rejeitado pelo partido. E Graciliano Ramos, que só se filiou ao Partido Comunista nos anos 40, mostrou-se bastante cuidadoso com essas novas experiências estéticas. José Américo, como vimos, depois de *A Bagaceira* (1928), ingressou definitivamente na política tendo participação ativa na Revolução de 30.

Já José Lins do Rego, o escritor que tomamos para análise mais profunda nesta dissertação, mesmo tendo uma passagem pelo integralismo (força política em oposição ao

comunismo) aceitou o desafio dessa nova experiência estética, criando um protagonista negro em *O Moleque Ricardo* (1935). Mas sua experimentação literária não significou, em nenhum momento, uma adesão política às propostas comunistas e a identificação deste escritor com o realismo socialista só é possível se tomarmos *O Moleque Ricardo* (1935) como uma resposta à proposta de romance proletário que Jorge Amado lança com *Cacau* (1933). No entanto, a técnica narrativa de José Lins não se aproxima da de Jorge Amado, nos romances desse período. O realismo que encontramos em José Lins está próximo de Balzac, não do realismo socialista.

José Lins do Rego, em diversas obras, demonstrou sua desconfiança em relação aos partidos políticos, tanto de esquerda quanto de direita, problematizando a relação de intelectuais e partidos (*Água-mãe*) e intelectuais/estudantes e operários (*O Moleque Ricardo*).

Além disso, vimos que a obra de José Lins do Rego, rotulada de memorialista, acabou sendo subestimada enquanto obra literária. Memória e imaginação, no entanto, andam juntas e não foram uma exclusividade desse escritor paraibano. Se constatamos na autobiografia *Meus Verdes Anos* (1956) reminiscências de memórias em *Menino de engenho* (1932), de José Lins; o mesmo processo encontramos no sentido de *O menino grapiúna* (1981) para *Terras do Sem Fim* (1943), de Jorge Amado. Ou ainda de *Infância* (1945) para os romances de Graciliano Ramos, e *Tantos Anos* (1998) para as obras de Rachel de Queiroz. A memória é matéria de todos os escritores e não exclusividade de um deles e nem dos desse período.

Analisando essas produções literárias foi possível identificar características que aproximam esses romancistas e outras que os afastam. O diálogo dessas obras, contudo, é inegável. Se por um lado, José Lins do Rego se aproxima de Rachel de Queiroz na abordagem sobre a relação entre intelectual/estudante e classe operária; por outro, ele se aproxima de Jorge Amado e Graciliano Ramos na abordagem sobre a continuidade da escravidão no pós-abolição e na crítica à sociedade moderna. Reconhecendo ainda o problema da prostituição feminina, acentuadamente marcado pelo simbolismo que carrega a rua das raparigas sob a expressão *Rua da Lama*.

Por todos esses aspectos, as obras dos romancistas nordestinos de 30 atestam que não há nada de errado em um intelectual ser testemunha de seu tempo. A opção de José Lins não foi radical como a de Jorge Amado naqueles primeiros anos, nem foi tão cuidadosa quanto a de Graciliano Ramos. As narrativas do escritor paraibano, em muitos aspectos, parece ter encontrado o caminho do meio. Na literatura e na vida política.

Seu ponto de vista sobre os conflitos da sociedade rural nordestina revelou seu lugar social: sua origem de neto de senhor de engenho marca fortemente suas primeiras narrativas.

Mas isso não paralisou sua criatividade e nem limitou sua produção literária, e a confirmação disso está, sobretudo, em *Fogo Morto* (1943).

Superestimado em vida, quando seus livros eram verdadeiros *best-sellers*, e subestimado depois pela crítica, José Lins do Rego merece muitas releituras. Sua obra traz marcas da tradição oral que não foi possível aprofundarmos aqui (as lendas, os cangaceiros, os contadores de histórias) e ainda, temas polêmicos como a homossexualidade e penosos, como a loucura, são abordados com grande sensibilidade pelo escritor – e esses são apenas alguns aspectos que merecem ser analisados e cotejados com os outros romancistas nordestinos de 30 em outros estudos.

Revisitar esses romances significou não apenas ir ao encontro das raízes de nossos problemas socioculturais mas também de uma narrativa rica e interessante. E, em muitos aspectos, atuais. As denúncias dos primeiros anos do século XX, valem para esse nosso início de século XXI. Infelizmente, os problemas estão agravados e mais complexos, o que nos mostra a grande dificuldade que temos encontrado para solucioná-los.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; MARTINEZ, A. Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. In: RIZZINI, I. (Org.) *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás (BR): MinC: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.
- ALBUQUERQUE, N. A indignação continua: 50 anos depois, o Romance de 30 está presente com o mesmo tom de denúncia que o torna marcante. In: SEMINÁRIO O ROMANCE DE 30 NO NORDESTE, 1983, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: UFC/PROED, 1983. p. 187-189.
- ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- ALMEIDA, J. M. G. de. O regionalismo nordestino de 30. In: \_\_\_\_\_. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. p. 159-262.
- \_\_\_\_\_. Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20. In: KOSMINSKY, Ethel V.; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 315-326.
- AMADO, Jorge. *O país do carnaval*. 27. ed., São Paulo: Martins, 1974a.
- \_\_\_\_\_. *Cacau*. 27. ed. São Paulo: Martins, 1974b.
- \_\_\_\_\_. *Suor*. 26. ed. São Paulo: Martins, 1974c.
- \_\_\_\_\_. *Jubiabá*. 28. ed. São Paulo: Martins, 1974d.
- \_\_\_\_\_. *Terras do sem fim*. 31. ed. São Paulo: Martins, 1973.
- \_\_\_\_\_. *São Jorge dos Ilhéus*. 20. ed. São Paulo: Martins, 1974e.
- ANDRADE, Manuel C de. *Abolição e reforma agrária*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- ANDRADE, Mário de. Nota. In: REGO, José Lins do. *Riacho doce*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p. 7-11.
- ATHAYDE, T de. Zé Lins. In: REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 17-20.
- AUERBACH, E. Na Mansão de la Mole. In: \_\_\_\_\_. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 405 – 441.
- BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance. In: \_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1988. p. 397- 429.
- BATALHA, C. Limites da liberdade: trabalho e cidadania durante a Primeira República. In: LIBBY, D; FURTADO, J (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

BENOÎT, D. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Tradução: Luiz Dagobert de Aguirra Roncar. Bauru: EDUSC, 2002.

BERNARDES, M E. Laura Brandão: dos salões aos comícios. In: GOMES, A. C.; SCHMIDT, B. (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/EDUFRGS, 2009.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999. p. 13-62.

BOLETIM do Conselho Federal de Cultura, n. 38, 1980. p. 45-46.

BORGES, Dain. Como e por que a escravidão voltou à consciência nacional na década de 30. In: KOSMINSKY, Ethel V.; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 205-222.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

BRITO, C. C.. Rachel de Queiroz, intérprete do Brasil: desafiando a dominação masculina e o cânone literário brasileiro. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 1, p. 109-133, jan./jul. 2007.

BUENO, L. Três tempos. In: \_\_\_\_\_. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp; Campinas: Unicamp, 2006. p. 83-488.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA/IMS. *Rachel de Queiroz*. n. 4, set., 1997.

CANDIDO, A. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 101-126.

\_\_\_\_\_. Ficção e confissão. In: \_\_\_\_\_. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. São Paulo: Editora 34, 1992.

CASTELLO, J. A. Origens e significado de Menino de engenho. In: REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 37. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 29-40.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2001.

COMPAGNON, A. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 95-160.

COSTA, Emília Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense. p. 139-161.

COSTA, L M da. *A poética de Aristóteles: mímese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 1992.

COUTINHO, A. Regionalismo. In: \_\_\_\_\_. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1970. v. 5. p. 279-344.

- DANTAS, P ; ARAÚJO, L. Sensibilidades e relações de gênero nas memórias de José Américo de Almeida. In: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 3., 2011, João Pessoa. *Anais*. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/02/35.pdf> . Acesso em: jan. 2013.
- DIMAS, A. Um manifesto guloso. In: KOSMINSKY, Ethel V.; LÉPINE, Claude ; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 327-346.
- DINIZ, Dilma C. B.; COELHO, Haydée R. *Regionalismo*. In: FIGUEIREDO, Eurídice; PORTO, M. *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói: EdUFF; Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 415-433.
- DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*. v. 17, n. 49, São Paulo, set./dez. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300010&script=sci_arttext) . Acesso em: 23 jun. 2011.
- ESPECIAL: Enfim, a mulher imortal. *Veja*, São Paulo, 10 ago. 1977, p. 87-90.
- FERREIRA, A C. A fonte fecunda. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p.61-91.
- FIORENTINO, Francesco. A ambição: O vermelho e o negro, Stendhal (1830). In: MORETTI, Franco (Org.). *A cultura do romance*. São. Paulo: Cosacnaify, 2009. p. 493–502.
- FONSECA, E. N da. Recepção a Casa-grade & senzala no Recife dos anos 30 e 40. In: KOSMINSKY, Ethel V.; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 29-40.
- FORGET, Danielle. Introdução: a alteridade revisitada. In: FORGET, Danielle; OLIVEIRA, Humberto L.L. (Org.). *Imagens do outro: leituras divergentes da alteridade*. Feira de Santana: UEFS/ABECAN, 2001. p. 9-15.
- FRANCISCO, R. P. *Laços da senzala, arranjos da flor de maio: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta - Juiz de Fora (1870-1900)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- FRENCH, J. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, D; FURTADO, J (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- FREYRE, G. José Américo de Almeida: uma reinterpretção. In: ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. p.lxix-lxxxii.
- \_\_\_\_\_. *Seleta*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- FREYRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI, Franco (Org.). *A cultura do romance*. São. Paulo: Cosacnaify, 2009. p. 629–658.

GIUCCI, G.; LARRETA, E. R. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 211-436.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HATOUM, M. Posfácio. In: AMADO, Jorge. *Capitães de areia*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 273-278.

HELENA, Lúcia. *Modernismo brasileiro e vanguarda*. São Paulo: Ática, 1986.

HOLANDA, S. P. de. A transfiguração da donzela guerreira em Memorial de Maria Moura. *Rev. Humanidades*, Fortaleza, v.22, p. 128-134, jul./dez. 2007.

HOLLANDA, H. B. de. *Blog*. Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/> . Acesso em: 12 maio 2010.

\_\_\_\_\_. *Rachel de Queiroz*. Coleção Nossos Clássicos: Agir, 2009.

\_\_\_\_\_ (Org.). *As melhores crônicas de Rachel*. SP: Global, 2004.

KEHL, M. Políticas do ressentimento. In: \_\_\_\_\_. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAFETÁ, J L. O mundo à revelia. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977. p. 173-197.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. Editora Ática: São Paulo, 1996.

LANGARO, J A. A presença do cangaço em *Memorial de Maria Moura e Dôra, Doralina*. *Revista de Literatura, História e Memória*, v. 2, n. 2, p. 59-72, 2006.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Tradução Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEITE, Ligia Chiappini M. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZZARO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*, v. 2 Emancipação do discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994. p. 665-702.

\_\_\_\_\_. *O foco narrativo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

LIMA, L. C. Representação social e mimésis. In: \_\_\_\_\_. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 216-236.

LIMA, M R P. Tradução de menino ou Jorge Amado *grapiúna*: uma análise antropológica

sobre memória e subjetividade. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro, BA. *Anais*. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalho\\_s/GT%2033/maria%20raquel%20passos%20lima.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalho_s/GT%2033/maria%20raquel%20passos%20lima.pdf) . Acesso em: jan. 2013.

LINS, Álvaro. Memória e imaginação. In: REGO, José Lins do. *Água-mãe*. 9. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1980c. p. 245-247.

\_\_\_\_\_. Valores e misérias das Vidas secas. In: RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 30. ed., São Paulo: Martins, 1972. p. 9-40.

LOUSADA, W. Breve notícia. In: REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 7-16.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da ficção no Brasil*. São Paulo: Ática, 1985.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Lucinda, a mucama. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*. São Paulo: Martin Claret, 2010. p. 149-298.

MARTINEZ, A. F. Educar e instruir: olhares pedagógicos sobre a criança pobre no século XIX. RIZZINI, I. (Org.) *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás (BR): MinC: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

MARTINS, W. *O modernismo: A literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977. v.6.

MATTOSO, K. M. Q. O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre). In: LARA, S. H. (Org.). *Escravidão. Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, mar/ago., 1988.

MONTELLO, J. Revisão do romance nordestino de 30. In: Seminário O Romance de 30 no Nordeste, *Anais*, Fortaleza: UFC/PROED, 1983. p. 27-30.

\_\_\_\_\_. *José Lins do Rego no romance brasileiro*. 2001. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=4252&sid=530>. Acesso em fevereiro de 2013.

MONTENEGRO, Antonio T. *Abolição*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MONTENEGRO, P P. O romance de 30 no Nordeste. In: SEMINÁRIO O ROMANCE DE 30 NO NORDESTE, 1983, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: UFC/PROED, 1983. p. 13-18.

MOTA, C G. Cristalização de uma ideologia: a “cultura brasielira”. In: \_\_\_\_\_. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1978. p. 53-74.

NAME, D. Entrevista com Rachel. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1995, p. 5.

NERY, H R. *Presença de Rachel*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002.

NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX: In: FERREIRA, J., DELGADO, L. A. N. (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930: Brasil republicano*. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2006. v.1.

NIGRI, A. Drummond - O Poeta de Opiniões Fortes. *BRAVO!*, n. 162, fev. 2011. Disponível em: <http://bravonline.abril.com.br/materia/drummond-poeta-opinioes-fortes#image=162-drumm-2-g>. Acesso em: jan. 2013.

NOVAES, Adauto. A outra margem do Ocidente. In: \_\_\_\_\_. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p.7-19.

OLIVEIRA, L L. O romance e o pensamento político nos anos 30. In: SEMINÁRIO O ROMANCE DE 30 NO NORDESTE, 1983, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: UFC/PROED, 1983. p. 133-147.

PACHECO, A. C. M. *Personagens em construção no Memorial de Maria Moura: estudo da gênese do Beato Romano*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

PAPALI, M. A. C. R. A legislação de 1871, o judiciário e a tutela de ingênuos na cidade de Taubaté. *Revista Justiça e História*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2002.

PARANHOS, K R. Por uma literatura sem rancor: a “literatura proletária”. In: PEREIRA, Victor Hugo A; PONTES JR, Geraldo. *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: De Letras, 2008. p. 69-80.

PEREGRINO, Miriane da C. Rachel de Queiroz e as políticas culturais. In: VIRIATO, Clébio; MARTINS, Gladson. (Org.). *A Filha do Sertão*. Quixadá/Ce: [s.n.], 2012a.

\_\_\_\_\_. Sphan/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. *Revista Confluências Culturais*, Joinville, 2012b. v.1, n.1, p. 85-100, jul. 2012.

\_\_\_\_\_. *Identidade e autorrepresentação em Memorial de Maria Moura, de Rachel de Queiroz (1992)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Literatura Brasileira) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Cenário de conflitos: disputas no campo da cultura (1970-1979). In: VALENÇA, Rachel (Org.). *Cadernos de Iniciação Científica 3*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2009. v. 3. p. 41-73.

PEREGRINO, Miriane da C.; PEREIRA, Victor Hugo A. A (im)pertinente: questões de gênero e engajamento na literatura de Rachel de Queiroz. *Revista Miscelânea*, Assis, v. 11, p. 150-173, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/Home/PosGraduacao/Letras/RevistaMiscelanea/10---miriane-da-costa-peregrino.pdf> . Acesso em: 15 abr. 2013.

PEREIRA, Victor Hugo A. O negro e o pobre na construção do “homem novo” - revendo o mito de Orfeu. In: PEREIRA, Victor Hugo A; PONTES JR, Geraldo. *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: De Letras, 2008. p. 81-96.

PORTELLA, E. *Confluências: manifestações da consciência comunicativa*. Rio de Janeiro:

Tempo Brasileiro, 1983a. p. 137-144.

\_\_\_\_\_. Literatura e revolução em 30. In: SEMINÁRIO O ROMANCE DE 30 NO NORDESTE, 1983, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: UFC/PROED, 1983b. p. 21-25.

PROENÇA, I C. Dois momentos sobre José Lins do Rego e Menino de engenho. In: REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 100. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Record, 2010. p. 9-14.

PROUST, M. *Sobre a leitura*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003.

QUEIROZ, Rachel de. Menino de engenho: 40 anos. In: REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 100. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Record, 2010. p. 17-21.

\_\_\_\_\_. O fabuloso Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. *Eurídice*. 9. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1993b. p. xvii-xix.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 49. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1992.

\_\_\_\_\_. *João Miguel*. 8. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

\_\_\_\_\_. *Caminho de pedras*. 8. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

\_\_\_\_\_. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 1992.

QUEIROZ, Rachel de; QUEIROZ, Maria Luíza de. *Tantos anos*. São Paulo: Siciliano, 1998.

QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

RAMOS, Graciliano. *Caetés*. 9. ed. São Paulo: Martins, 1970.

\_\_\_\_\_. *São Bernardo*. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

\_\_\_\_\_. *Angústia*. 37. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

\_\_\_\_\_. *Vidas secas*. 30. ed. São Paulo: Martins, 1972.

RAMPAZZO, G. Ficção e incorformismo nos anos 30. In: SEMINÁRIO O ROMANCE DE 30 NO NORDESTE, 1983, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: UFC/PROED, 1983. p. 177-179.

REIS, J C. Anos 30: Gilberto Freyre. In: \_\_\_\_\_. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 51-82. v. 1.

REGO, José Lins do. *Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras*. 1956. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=12297&sid=256>. Acesso em: fev. 2013.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

\_\_\_\_\_. *Doidinho*. 37. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

\_\_\_\_\_. *Bangüê*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993a.

\_\_\_\_\_. *O moleque Ricardo*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

\_\_\_\_\_. *Usina*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980a.

\_\_\_\_\_. *Pureza*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980b.

\_\_\_\_\_. *Água-mãe*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980c.

\_\_\_\_\_. *Fogo morto*. 28. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. *Eurídice*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993b.

\_\_\_\_\_. *Meus verdes anos*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

RIOS, A. L., MATTOS, H. M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan/jun. 2004.

RIZZINI, I. (Org.) *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás (BR): MinC: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, I. Salvar a criança; na criança está o futuro da nação. In: *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Côtex, 2008.

SARTRE, J. P. *O que é literatura?* Editora Ática: São Paulo, 1989. p. 9-54.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp. p. 63-96.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SKIDMORE, T. E. Raízes de Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, Ethel V.; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 41-64.

SODRÉ, N W. *Ofício de escritor: dialética da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, J. A atualidade de Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, Ethel V.; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 65-82.

SOUZA, José Helder. A denúncia social no romance de 30. In: SEMINÁRIO O ROMANCE DE 30 NO NORDESTE, 1983, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: UFC/PROED, 1983. p. 181-182.

STEEN, Edla van. Rachel de Queiroz. In: \_\_\_\_\_. *Viver & escrever*. Rio Grande do Sul: L&PM, 2008. v. 3.

STENDHAL. *O vermelho e o negro*. Trad.: De Souza Júnior e Casemiro Fernandes. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SUSSEKIND, F. *O negro como Arlequim: teatro e discriminação*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

TELES, G M. A crítica e o romance de 30 no Nordeste. In: SEMINÁRIO O ROMANCE DE 30 NO NORDESTE, 1983, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: UFC/PROED, 1983. p. 39-132.

TRIGO, Luciano. *Engenho e memória: o Nordeste do açúcar na ficção de José Lins do Rego*. Rio de Janeiro: ABL/ TOPBOOKS, 2002.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 11- 33; 152-180.

VENTURA, R. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Publifolha, 2000.

VERSIANI, D B. Status dos discursos autobiográficos e memorialistas em Antonio Candido e Silviano Santiago. In: \_\_\_\_\_. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

VILLAÇA, A C. Banguê. In: REGO, José Lins do. *Banguê*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993a. p. xiii-xviii.

\_\_\_\_\_. Cangaceiros. In: REGO, José Lins do. *Cangaceiros*. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p. 17-26.

\_\_\_\_\_. Doidinho. In: REGO, José Lins do. *Doidinho*. 37. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. p. vii-xii.

\_\_\_\_\_. Eurídice. In: REGO, José Lins do. *Eurídice*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. xxi-xxvi.

\_\_\_\_\_. O moleque Ricardo. In: REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. p. 17-26.

XAVIER, E. (Org.) *Tudo no feminino: a presença da mulher na narrativa brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

ZAWAADZSKI, P. O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, [19--].

## ANEXO - Lista das obras analisadas

A listagem, a seguir, apresenta em destaque e em ordem cronológicas apenas as obras apresentadas e/ou analisadas em nosso estudo. Com o quadro a seguir, procuramos dar visibilidade as possíveis relações entre os principais romances abordados.

ANO	GRACILIANO RAMOS	JORGE AMADO	JOSÉ LINS DO REGO	RACHEL DE QUEIROZ	JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA
1928					<i>A Bagaceira</i>
1930				<i>O quinze</i>	
1931		<i>O país do carnaval</i>			
1932			<i>Menino de engenho</i> (romance autobiográfico)	<i>João Miguel</i>	
1933	<i>Caetés</i>	<i>Cacau</i>	<i>Doidinho</i>		
1934	<i>São Bernardo</i>	<i>Suor</i>	<i>Banguê</i>		
1935		<i>Jubiabá</i>	<i>O moleque Ricardo</i>		<i>O boqueirão / Coiteiros</i>
1936	<i>Angústia</i>	<i>Mar morto</i>	<i>Usina</i>		
1937		<i>Capitães de areia</i>	<i>Pureza</i>	<i>Caminho de Pedras</i>	
1938	<i>Vidas Secas</i>		<i>Pedra Bonita</i>		
1939	<i>As terras dos meninos pelados</i>		<i>Riacho Doce</i>	<i>As três Marias</i>	
1941			<i>Água-mãe</i>		
1942	<i>Brandão entre o mar e o amor</i>	<i>Brandão entre o mar e o amor</i>	<i>Brandão entre o mar e o amor</i>	<i>Brandão entre o mar e o amor</i>	
1943		<i>Terras do Sem Fim</i>	<i>Fogo morto</i>		
1944		<i>São Jorge dos Ilhéus</i>			
1945	<i>Infância (memórias)</i>				
1946		<i>Seara Vermelha</i>			
1947			<i>Eurídice</i>		
1953	<i>Memórias do Cárcere (memórias)</i>		<i>Cangaceiros</i>		
1956			<i>Meus verdes anos</i> (memórias)		
1976					<i>Antes que me esqueça</i> (memórias)
1982		<i>O menino grapiúna</i> (memórias)			
1998				<i>Tantos anos</i> (memórias)	